

Milhares de pessoas atendidas: Defensoria Pública
Mais de 20.000 pessoas já foram atendidas

A Defensoria Pública, instituída pelo governador João Buaer, tem compromisso com a promoção da cidadania eleitoral. Foi uma das

40 anos

HISTÓRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIO DO PARÁ

CIDADE

CIDADANIA

Governo ouve denúncias e tranquiliza líderes rurais

No encontro com o governador, os líderes sindicais pediram mais segurança

“Balcão de Direitos” vai começar pela Cremação

Da luta
contra a
violência
à promoção
da cidadania



Docentes universitários continuarão em greve

A primeira audiência de ação trabalhista contra a Defensoria

DPE
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ

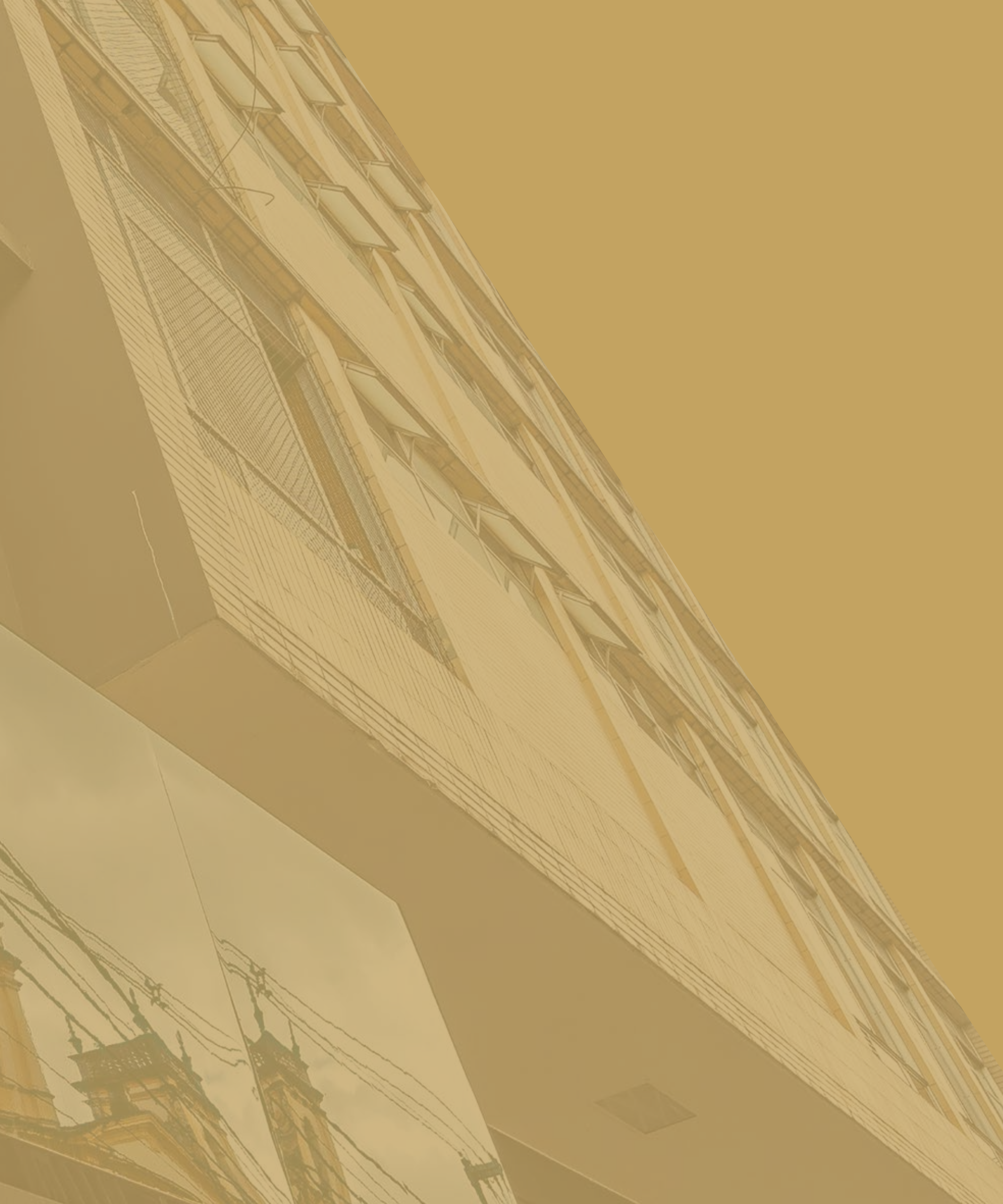


DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ



DPPE
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

The image shows a large, three-dimensional logo mounted on a building facade. The logo consists of the letters 'DPPE' in a bold, sans-serif font. The 'D' and 'P' are yellow, while the 'P' and 'E' are white. A small, light blue star is positioned between the two 'P's. Below the logo, the text 'DEFENSORIA PÚBLICA' and 'DO ESTADO DO PARÁ' is displayed in white, uppercase letters on a dark background. The building facade is light-colored and has a large window visible above the logo. The entire image is overlaid with a semi-transparent orange filter.



40 anos

DA LUTA
CONTRA A
VIOLÊNCIA
À PROMOÇÃO
DA **CIDADANIA**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pará (Estado). Defensoria Pública
História da Defensoria Pública do Estado do Pará :
40 anos : da luta contra a violência à promoção da
cidadania / Defensoria Pública. -- 1. ed. --
Belém, PA : Ed. dos Autores, 2024.

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-00-99069-0

1. Acesso à justiça 2. Assistência jurídica -
Pará (Estado) 3. Cidadania 4. Pará (Estado).
Defensoria Pública - História I. Título.

24-200904

CDU-343(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Defensoria pública do Estado do Pará
343(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129





CORPO GESTOR

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO

Defensor público-geral do Estado do Pará

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM

Subdefensora pública-geral do Estado do Pará

EDGAR MOREIRA ALAMAR

Corregedor-geral

LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL

Diretora Metropolitana

DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA

Diretor do Interior

RODRIGO AYAN DA SILVA

Diretor da Escola Superior

FÁBIO RANGEL PEREIRA DE SOUZA

Diretor de Inovação e Transformação Tecnológica

LAURO JOSÉ NASCIMENTO SPINELLI

Diretor Administrativo e Financeiro

ANA CAROLINA LOBO CORREA

Diretora de Comunicação Social

NORMA MIRANDA BARBOSA

Ouvidora-Geral

40 anos

HISTÓRIA DA
**DEFENSORIA
PÚBLICA**
DO ESTADO
DO PARÁ



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ



COMISSÃO ORGANIZADORA DO LIVRO

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM

Presidente da comissão

ADALBERTO DA MOTA SOUTO

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE MONTEIRO

CARLOS DOS SANTOS SOUSA

ELIANA SOCORRO SANTOS VASCONCELOS

ITALO DE ALMEIDA MÁCOLA JÚNIOR

JOSÉ ROBERTO DA COSTA MARTINS

MARIALVA DE SENA SANTOS

MÁRIO LUIZ GUIMARÃES PRINTES

APOIO TÉCNICO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

ANA CAROLINA LOBO CORREA

Diretora de Comunicação Social

LUANA CANTANHEDE

Assessora de comunicação e chefe da seção de redes sociais

HUGO COSTA SAMPAIO

Chefe da seção de criação

JOSÉ FEIO

Chefe de cerimonial

KAMILA MURAKAMI

Assistente de comunicação

GABRIEL OLIVEIRA

Designer

APRESENTAÇÃO

Defensor público-geral do Estado do Pará	10
--	----

HOMENAGENS

Governador do Pará	12
Senador Jader Barbalho	13
Presidente da Assembleia Legislativa do Pará	14
Presidente do TJPA	15
Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará	16
Procurador-Geral do Estado do Pará	17

CAPÍTULO I A ORIGEM: ERA DE CONFLITOS

Justiça para todos	22
Defensoria em oito atos	30
Defensoria na imprensa	32
Sonho realizado	36
Um país em ebulição	42
Mortes anunciadas	58
Tribunal da OEA condena o Brasil	60
Conflito em Eldorado	68
A voz dos defensores	72
Arquivo DPE	78
Sedes da DPE	84

CAPÍTULO II **A DEFENSORIA PELOS DEFENSORES**

A luta pela institucionalização	96
Advocacia humanizada	103
Acordo político deu origem à Defensoria	106
Um defensor marcado para morrer	110
A defesa dos que defendem	114
“Ninguém queria ser defensor público”	118
A Justiça para todos	122
Pioneiro na atenção aos indígenas	132
O diferencial é cuidar das pessoas	136
Defensoria pronta para o futuro	140

CAPÍTULO III **UM NOVO TEMPO**

Conquista histórica	148
Defensoria Pública em números	152
Áreas de atuação	156

CAPÍTULO IV **A SERVIÇO DA COMUNIDADE**

Perfil	164
Conexão Defensoria	166
Defesa da Mulher	168
Arara das Manas	170
Reincidência Zero	172
Defensoria Sustentável	174
Balcão de Direitos	176

CAPÍTULO V **OS CAMINHOS DA PESQUISA**

Uma história de vínculos	182
Linhas da memória	188
Fontes impressas	194
Referências	195



DICOM DPE

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉO
Defensor público-geral do Estado do Pará

Compromisso constante com a justiça

Ao folhear as páginas deste livro que narra os 40 anos de história da Defensoria Pública do Pará, é impossível não refletir sobre o caminho árduo e desafiador que percorremos para chegar até aqui. Relembrar o passado nos permite reconhecer o quanto avançamos, mas também nos instiga a manter o compromisso constante com a justiça e a igualdade para todos.

Recordo-me dos dias em que a assistência judiciária era vista como precária, deixando os hipossuficientes à mercê de um sistema muitas vezes inacessível. Foi diante desse cenário de injustiça e desigualdade que, em 1983, o então governador do Estado, Jader Barbalho, fundou a Defensoria Pública no Pará. Este foi um passo crucial para a modernização do acesso à justiça para os paraenses de baixa renda. Apesar das limitações iniciais, esse serviço era conduzido com dedicação por profissionais do direito que compreendiam a importância de sua missão.

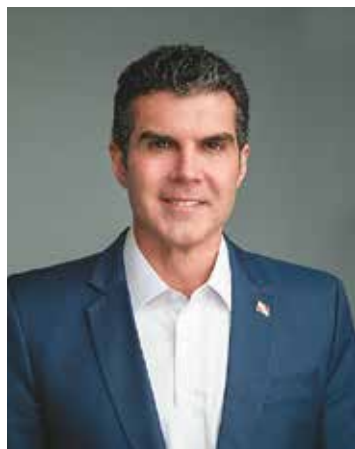
A criação da Defensoria Pública representou um marco extraordinário na luta contra a desigualdade. No entanto, foi com a Constituição Federal de 1988 que a instituição foi consagrada como “permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos

direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados” — uma missão quase sacerdotal.

Sou eternamente grato por ter contribuído, durante meu mandato, para a expansão da Defensoria Pública de 44 para 107 municípios paraenses. Nomeei mais de 80 defensores e mais de 30 servidores públicos. E, por meio do investimento em tecnologia da informação, conseguimos expandir significativamente o alcance dos nossos serviços, de 674 mil atendimentos em 2019 para 2,3 milhões em 2023.

Apesar dos avanços, a Defensoria Pública do Pará enfrenta limitações significativas, como a escassez de recursos financeiros e orçamentários, que provocam uma grande disparidade no número de membros e servidores em comparação com o Poder Judiciário e o Ministério Público. Isso resulta em diversas varas e comarcas sem a presença de defensores públicos, um desafio que esperamos superar em um futuro próximo.

Hoje, ao olharmos para trás, podemos nos orgulhar do progresso alcançado. No entanto, também é nosso dever renovar constantemente nosso compromisso com os princípios que norteiam a Defensoria Pública: justiça, igualdade e a defesa incansável dos direitos humanos. Que este livro sirva tanto como testemunho de nossa trajetória quanto como inspiração para os desafios que ainda estão por vir.



AGÊNCIA PARÁ

Helder Barbalho

Governador do Pará

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



Nestes 40 anos da Defensoria Pública do Pará (DPE-PA) reforço a mensagem que tenho enviado para este importante órgão e seus funcionários, desde o primeiro dia de nosso governo: interiorizar e ampliar o atendimento ao cidadão. Esse é o desafio e, enquanto Governo do Pará, esse é o nosso maior legado de parceria.

Enxergo a Defensoria Pública no seletorol das instituições democráticas e com uma missão das mais nobres do país: tornar a justiça ainda mais acessível aos cidadãos, com uma estrutura moderna e ágil, em um Estado de dimensões continentais. Por isso, realizamos investimentos históricos nunca feitos antes na história da Defensoria.

Nossa parceira institucional permitiu um completo redimen-

sionamento e reestruturação do órgão com a modernização e abertura de novas unidades físicas e, em paralelo, a realização de concursos públicos para contratação de novos defensores.

Essa nova organização da instituição submete-a aos requisitos e condições que a tornam ainda mais sólida e fértil por todo o Pará. Aproximando, cada vez mais, a advocacia pública das pessoas mais vulneráveis, garantindo direitos à população.

Não se intimidem pelo desafio. Podem contar com o apoio e auxílio do Governo do Pará. E que onde tiver um paraense, seja um ribeirinho, indígena, quilombola ou cidadão urbano, que possa ser acolhido e protegido por uma Defensoria forte.



Jader Barbalho

Senador da República

Desconfortável com o que era chamada de assistência judiciária, feita da forma mais precária, na qual os pobres eram obrigados a ter um Atestado de Pobreza de delegado de polícia para se habilitar a um atendimento burocrático e incipiente, criei, em 1983, a Defensoria Pública. Isso foi um grande passo pela modernização do atendimento aos direitos dos mais pobres.

Na época, o curso de Direito da Universidade Federal do Pará também prestava esse serviço por meio do Setor de Prática Jurídica, dirigido por um funcionário sem formação jurídica, mas com muita dedicação. Esse funcionário organizava as pessoas pobres, sem poder aquisitivo para contratar um advogado, para

que tivessem assistência dos estudantes de Direito a partir do 4º ano do curso. Era a figura do solicitador, que prestava assistência gratuita à população pobre. Mais ou menos parecido com a figura do rábula, que não possuía formação jurídica, mas tinha autorização da Justiça para atuar no interior do Estado, onde a falta de advogados era enorme.

A criação da Defensoria Pública foi uma obra excepcional, totalmente voltada para atender os mais pobres de forma justa e eficiente. Meu governo fez todos os investimentos possíveis e levou a Defensoria Pública aos municípios onde foi possível encontrar profissionais que estivessem dispostos a ir para o interior, até que o Estado realizasse concurso público.



ALEPA

Chicão

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará

A Defensoria Pública do Pará é, sem dúvida, um dos órgãos mais importantes e garantidores da função jurisdicional do Estado para com a população paraense. São quatro décadas de trabalho voltado para, especialmente, garantir o direito dos nossos cidadãos que estão em situação de vulnerabilidade, seja de forma individual ou coletiva, se tratando de grupos sociais.

Além disso, a Defensoria é uma grande parceira do nosso trabalho, inclusive por meio da nossa Comissão de Direitos Humanos, e presta, gratuitamente, serviços essenciais para os que necessitam de assistência jurídica judicial e extrajudicial. Além de conferir a orientação necessária,

faz o mais importante, assim como nossa comissão: defende os vulneráveis em todos os graus e instâncias, priorizando a conciliação e a promoção dos direitos humanos.

Sabemos dos desafios que a Defensoria Pública do Pará tem pela frente, mas vemos o comprometimento do atual defensor público-geral do Estado, João Paulo Lédo, e de todos os servidores da instituição. O lançamento de um livro é um importante passo para celebrar os 40 anos da instituição, mas é apenas mais um capítulo da história de reputação ilibada da instituição. Desejamos sucesso e estaremos sempre prestigiando e fortalecendo nossa relação com o órgão.

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ



AIRTON NASCIMENTO/TJPA

Desa. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

Presidente do TJPA no biênio 2023-2025

São 40 anos da Defensoria Pública do Estado do Pará e 150 anos de Tribunal de Justiça do Pará.

É realmente um prazer constatar essa caminhada em favor dos mais legítimos interesses da sociedade. Para Ghandi, quem trabalha com prazer não trabalha. Servir aos outros, prestando serviços essenciais em busca da justiça igualmente a todos, é um prazer maior, principalmente quando o outro, o público-alvo, é carente, sem recursos e condições para alcançar seus direitos.

São quatro décadas de serviço, desempenhando o papel da Advocacia nas mais variadas demandas, relevância que, por si só, justifica sua existência.

Como juíza, diante das inúmeras oportunidades que tive de conviver com os Defensores Públicos em audiências e julgamentos, multiplicada

nos últimos anos como Desembargadora e, hoje, Presidente do TJPA, vivi, vivo, testemunhei e testemunho o empenho, a dedicação dos que fazem a Defensoria Pública uma instituição ativa, atuante, em busca de fazer justiça, visando sempre à dignidade dos cidadãos.

É tempo de comemoração. O Estado sensível à necessidade do povo, que nele pensa e que por ele age, criou há 40 anos a Defensoria Pública, preenchendo uma lacuna que clamava para ser assistida.

Na qualidade de magistrada e Desembargadora Presidente do Poder Judiciário do Pará, uno-me a todos para parabenizar essa Instituição e celebrar os bons, necessários e essenciais serviços que vem prestando à sociedade.

Parabéns!



ACERVO PESSOAL

César Mattar Jr.

Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

Nas comemorações dos 40 anos da Defensoria Pública do Estado do Pará, na condição de atual Procurador-Geral de Justiça, não poderia deixar de prestar minhas homenagens, em nome de todo o Ministério Público do Estado do Pará, a essa Instituição, que desde a edição da Lei Complementar Estadual nº 13, de 18 de junho de 1993, no âmbito do Estado do Pará, promove o acesso dos hipossuficientes à Justiça.

Aliás, é bom que se ressalte, contudo, que a Defensoria Pública do Estado do Pará surge em 1983 e assume a assistência jurídica daquele grupo, que antes era realizada pelo Ministério Público do Estado. Portanto, há uma relação histórica e umbilical entre as duas instituições, que em razão da Carta Cidadã de 1988 e da Constituição do Estado do Pará de 1989 acabaram recebendo tratamento em dispositivos distintos.

Ainda há muito que avançar, e certamente os que fazem a Defensoria Pública do Estado sabem disso, mas o momento, comparando-se com as origens dessa Instituição, é de comemorar. Houve um avanço significativo para que a assistência jurídica seja integral e gratuita, como reza a Constituição Cabana, aos hipossuficientes, em todos os graus da jurisdição.

A Procuradoria Geral de Justiça congratula-se com esta publicação comemorativa, e o Ministério Público do Estado do Pará, como defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, está engajado para que o acesso à Justiça seja o mais democrático possível num país, como o Brasil, com fortes marcas de desigualdades sociais, e os que mais sofrem são os hipossuficientes.



ALEX RIBEIRO / AG. PARÁ

Ricardo Nasser Sefer

Procurador-Geral do Estado do Pará

Há 40 anos, a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) cumpre o seu papel de garantir o acesso do cidadão à ordem jurídica justa e à defesa dos direitos daqueles que mais precisam. Função esta que é desempenhada com louvor!

O acesso à justiça é um direito de todos e não deve ser visto como um privilégio de poucos grupos sociais. Por isto, a Defensoria tem sido fundamental para a função jurisdicional do nosso Estado, comprometida com a população paraense e com o desenvolvimento social do Pará.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) tem tido êxito em todos os

projetos construídos em parceria com esta instituição. Exemplo disto é a nossa Câmara de Conciliação que, em breve, atinge a marca de 10 mil acordos homologados na justiça paraense, em menos de 5 anos. Resultado este que não seria possível sem a boa vontade, a ética e o profissionalismo dos nossos defensores públicos estaduais.

Desejo que esta parceria tenha vida longa! Que a Defensoria possa ter os investimentos que merece e caminhar por todo o Pará, cada vez mais próximo do povo dos 144 municípios deste Estado! Parabéns, DPE, pelos seus 40 anos de luta e comprometimento!



DEFENSORIA
ESTADO





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

DO PARÁ PÚBLICA GERAL

PRÉDIO SEDE

ENTRADA DE MEMBROS,
SERVIDORES E COLABORADORES

40 anos

HISTÓRIA DA
**DEFENSORIA
PÚBLICA**
DO ESTADO
DO PARÁ



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

*A origem:
era de conflitos*

A origem:
era de conflitos



O governador do Pará, Jader Barbalho, e o procurador-geral Benedicto Monteiro.
O ano era 1983. Estava aberto o caminho para a criação da Defensoria Pública.

Justiça para todos

DA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA À PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Há quatro décadas, a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) nascia para dar assistência aos cidadãos hipossuficientes. Nos últimos anos da ditadura militar que se iniciou em 1964, período ainda marcado por repressão e violência, a instituição atuou na proteção, principalmente, dos atingidos pelos graves conflitos agrários que dominavam parte do Pará e que sofriam com a dificuldade de acesso à Justiça.

Em 18 de junho de 1983, o advogado, político, escritor e então procurador-geral do Estado Benedicto Wilfredo Monteiro ergueu os alicerces da DPE, naquele momento ainda ligada à Procuradoria Geral do Estado (PGE). Antes, a assistência judiciária era executada pelo Ministério Público.

Na época, o governador do Estado, Jader Barbalho, e Benedicto Monteiro estavam na linha de frente dos agentes políticos paraenses que enfrentavam o regime militar brasileiro. A luta era pela retomada da via democrática para o país.

Comprometido com os menos favorecidos, Benedicto Monteiro buscava, com a criação da DPE,

contribuir principalmente para a construção do sonho da reforma agrária. Para concretizar esse objetivo, ele nomeou defensores estrategicamente escolhidos para atuar nas diversas regiões do Pará, na defesa das populações do campo, na mediação e resolução de conflitos agrários e na organização de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos. Os advogados defensores foram encaminhados para os municípios com maior incidência de disputas fundiárias e para as regiões mais carentes de assistência jurídica.

A história da DPE está visceralmente relacionada à Constituição de 1988. O Brasil teve sete Constituições desde o Império: as de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e a atual. As Constituições nascem ou morrem em momentos históricos de ruptura para uma nova ordem política, econômica e social, refletindo a realidade de suas épocas. As Defensorias brasileiras, como instrumentos de cidadania, inexistiam nos textos constitucionais até 1988, quando a Carta Magna garantiu direitos às populações vulneráveis. Antes, apenas a Carta de 1891 tratava de assistência judiciária, ainda assim de forma limitada. A evolução



* Tanto no interior como na capital, Jader entregou vários conjuntos residenciais

Logo no início do governo de Jader Barbalho era comum o desfile diário de pessoas reclamando o direito de morar em passagens que desaguavam sempre em frente ao Palácio Leuro Sodré. Por erros administrativos acumulados ao longo das décadas, o governo de Jader Barbalho arcaava então com o ônus da insatisfação dos que não tinham onde morar. Deu-se partida então a um agressivo plano de assentamento urbano, cuja meta era beneficiar

120 mil pessoas. Proporcionando o acesso à casa própria a baixo custo, o programa atendeu até hoje um número muito superior ao do Sistema Financeiro da Habitação. Foi um trabalho heróico, sem a necessária ajuda federal e baseado apenas na coragem administrativa de Jader Barbalho, que desapropriou imensas áreas de terras e netas assentou milhares de famílias carentes. Ao mesmo tempo, a Assessoria

de Assuntos Comunitários, dirigida pelo advogado Oswaldo Coelho realiza um trabalho de acompanhamento, afastando possíveis especuladores e atendendo às necessidades das comunidades. O contato direto com os moradores foi intensificado e a criação de centros comunitários é incentivada.

Com isso, criou-se um canal aberto entre o Palácio do Governo e as comunidades, que fazem suas reivindicações de forma simples e direta.

O direito à moradia foi levado a sério como devia

Além da terra para morar, o governo preocupa-se em oferecer condições urbanísticas para as novas comunidades, instalando serviços de drenagem, transporte, urbanização e fornecimento de água e luz.

As 14 áreas desapropriadas e entregues às famílias no governo Jader Barbalho são as seguintes: Jaderlândia I, com 1.347 lotes e 6.660 habitantes; Jaderlândia II, 458 lotes e 1.550 habitantes; Jaderlândia III (Castanhal), 794 lotes e 3.970 habitantes - a previsão final é de 4 mil

lotes; Vila Esperança, 386 lotes e 1.900 habitantes; Jardim Sideral, 463 lotes e 1.921 habitantes; Santa Luzia, 126 lotes e 711 habitantes; Curio, 60 lotes e 316 habitantes; Nossa Senhora do Bom Remédio, 29 lotes e 112 habitantes; Cosanpa I, 51 lotes e 237 habitantes; Cosanpa II, 35 lotes e 169 habitantes; Morada Maria Melo, 30 lotes e 116 habitantes; em Santarém - Nova República, 909 lotes, com 6.508 habitantes; Mapiri, 418 lotes e 1.842 habitantes; Diamantino, 39 lotes e 218 habitantes.



Mentalidade renovada para Justiça paraense

Dificuldades de ordem diversa não impediram que a Secretaria

Direito à moradia. Com atuação direta da Defensoria Pública, as ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belém ganharam regularização.

ao direito à assistência judiciária integral e gratuita ao longo do tempo foi significativa.

No Pará, em 15 de dezembro de 1930, o interventor federal Joaquim de Magalhães Cardoso Barata instituiu, com o Decreto 68, 0 Juízo para as demandas das pessoas carentes, fixando o valor máximo para as causas em 500 mil réis. Barata criou uma estrutura no Ministério Público para promover a assistência judiciária.

A Constituição Cidadã de 1988, em seu artigo 134, consolidou a Defensoria Pública como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º. No mesmo sentido seguiu a Constituição Estadual, em seus artigos 190/192.

O primeiro passo para a autonomia da Defensoria Pública se deu com a Lei 5.298, de 26 de dezembro de 1985, publicada no Diário Oficial do Estado nº 25.646,

de 31/12/1985, que organizou a Procuradoria Geral do Estado. A Defensoria Pública foi inserida na seção II do art. 7º, que tratou da competência, da direção e da forma de contratação dos seus integrantes.

O Decreto nº 5.494, de 27 de junho de 1988, desvinculou de forma definitiva a Defensoria Pública da Procuradoria Geral do Estado, cabendo ao procurador-geral do Estado Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau Filho, através da portaria nº 091/88, lotar o quadro de pessoal da Defensoria Pública. O governador Hélio Gueiros nomeou o defensor público Cândido Paraguassú de Lemos Êleres como o primeiro gestor (Coordenador-Geral) da Defensoria Pública do Estado. A Portaria nº 91, de 1988, garantiu a separação, inclusive física, dos dois organismos públicos. O Decreto criou funções gratificadas.

Em obediência aos preceitos da Constituição Federal e da Constituição Estadual, a Assembleia Legislativa do Estado (Alepa) aprovou, em 1993, a primeira lei orgânica da Defensoria Pública do Estado ao editar Lei Complementar Estadual nº 13, de 18 de junho de 1993, dispondo sobre cargos, carreira de

Defensoria Pública

Instituição que superou apertos para ajudar o povo

Atualmente atende, por dia, 40 pessoas que não podem pagar advogado

Com cinco meses de existência, a Defensoria Pública, depois de passar por uma provada fogo cerrada, presta serviços de grande relevância à população carente da capital e interior.

Foto Carlos Paulo



A Defensoria Pública continua atendendo cerca de 40 pessoas por dia, no térreo do prédio da loja Bechara Metter, na rua Padre Champagnat, em frente ao Arco-Íris.

Os casos mais comuns se referem a problemas familiares, penais alimentícios e ações possessórias. Quase todas as pessoas que lá ocorrem são carentes, sem qualquer condição de pagar advogado para resolver seus problemas na Justiça. É isso que é checado através de uma triagem especial, feita logo em seguida ao registro da questão. Somente depois de verificada a real situação de necessidade do cliente, é então seu processo começa a tramitar além da burocracia da Defensoria Pública.

Foto Carlos Paulo



APERTOS

A Defensoria Pública é uma instituição criada e coordenada pela Procuradoria Geral do Estado. É um trabalho a cargo do Procurador Benedito Monteiro, uma de suas primeiras preocupações logo ao assumir. A Defensoria Pública funciona desde agosto de 1983, quando iniciou suas atividades em dependências do Palácio da Justiça. Oficialmente reconhecida a partir de julho deste ano, desde então passou a funcionar em espaço próprio.

Dentro de um processo codificado, atuam 24 estagiários e 12 advogados na Defensoria.

Exatamente no térreo do edifício onde fica a Procuradoria Geral do Estado. Inicialmente sem cair nas graças de algumas autoridades judiciais, a Defensoria acabou por passar vários apertos, caracterizados, sempre, nos prejuízos sofridos pelos seus pobres clientes. Hoje, a

O movimento é muito grande na Defensoria, principalmente de manhã.

chamados os defensores e, principalmente, prejudicava muito nossos clientes. Até hoje, mesmo com ela já afastada do cargo, ainda se sentem os reflexos da sua atuação", explica um dos 12 advogados contratados pela Defensoria e que não quis identificar-se "por motivos óbvios, é claro". Hoje a juíza Maria Helena atua na 7ª Vara do Civil e para seu lugar foram Maria do Céu Duarte e Maria Inês, que até agora, como juízas da Assistência Judiciária, "Nada temos a reclamar", afirma o mesmo advogado.

CRITÉRIO DINÂMICO

"Só mandamos o processo para a instância superior quando as tentativas de conciliação falham."

grande, para acabar por volta das 11 horas e assim continuar até ao fim do expediente, às 18 horas.

CONCILIAÇÃO

Conforme ainda explicações de Floribela Maria, o conteúdo social é desenvolvido ali na íntegra e em consequência o sistema de conciliação é normalmente o primeiro a ser desenvolvido. "Só mandamos o processo para a instância superior quando as tentativas de conciliação entre as partes atingem um ponto culminante negativo", explica Floribela. Seu trabalho

Foto Carlos Paulo



Marinha festeja Dia e reafirma ideais

O Dia do Marinheiro em Belém, foi comemorado no Círculo, com muitas autoridades e convidados. Na Ordem do Dia do ministro da Marinha, Alfredo Karam, afirmou que o dia 13 de dezembro não é somente o dia em que se comemora o nascimento do patrono da armada, almirante Tamandaré. É também o dia de todos quantos trabalham na Marinha. "Em nenhuma celebração como esta, o espírito fraterno que une os homens do mar se patenteia tão clara e tão significativa, pois temos os mesmos ideais em todos os escalões da hierarquia: na fidelidade aos compromissos assumidos para com o povo brasileiro, na observância dos princípios básicos da disciplina, na inalterável consciência cívica e no estrito respeito mútuo".

ATENTA E SILENCIOSA

Ante na Ordem do Dia, Alfredo Karam disse aos seus comandados que a Marinha está sempre atenta ao que se passa no Brasil e que enfrentará, atenta e silenciosamente, quaisquer crises sem pessimismos e sem derrotismos, "porque tem a visão concreta dos nossos altos destinos e sabe sempre pautar seus comportamentos, pelos ditames das leis que nos orientam em nossa atuação cotidiana".

MEDALHAS

Várias personalidades parenses foram homenageadas com medalhas da Marinha. O general de divisão, Hélio Pacheco e o capitão-de-mar e guerra, Saint Clair Guimarães Augusto receberam a Ordem do Mérito Naval. Esta Ordem foi criada pelo Decreto 24.659 de 11 de julho de 1934, e se destina a premiar os militares da Marinha que se distinguiram no exercício de suas funções e, excepcionalmente, corporações militares e instituições civis, nacionais e estrangeiras.

Dezenas de integrantes da Marinha também receberam medalhas. Receberam Medalha Militar de Ouro dois oficiais, Medalha Militar de Prata, 15 marinheiros, e Medalha Militar de Bronze 16 soldados.

Estiveram presentes às solenidades o vice-governador, Lúcio Fróis, os comandantes militares de região, e outras autoridades de diversas áreas.

Foto Carlos Paulo

Com cinco meses de existência, a Defensoria Pública estava nas páginas dos jornais, em 1984.

Notícia dava conta dos serviços prestados à população pobre da capital e do interior do Pará.

seus membros, atribuindo ao seu titular o cargo de Procurador-Geral da Defensoria Pública do Estado, nomeado pelo Governador do Estado, preferencialmente, dentre os integrantes da carreira. Posteriormente, com o Decreto nº 2.952, de 4 de novembro de 1994, o então governador Carlos Santos, com base em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), deu eficácia ao art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que efetivou todos os 114 defensores que estavam no órgão e optaram pela carreira antes da instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

Em 1994 foi dado o grande passo para a autonomia plena das Defensorias Públicas do Brasil ao serem aprovadas, pelo Congresso Nacional, a Lei Orgânica da Defensoria Pública da União e as Normas Gerais das Defensorias Públicas dos Estados. A Lei Complementar nº 80, da Presidência da República, organizou a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreveu normas gerais para sua organização nos Estados.

Em 7 de fevereiro de 2006, a Lei Complementar nº

54 reestruturou e regulamentou a Defensoria Pública, estabelecendo as atribuições e o funcionamento de seus órgãos e unidades, além da formação de lista triplíce, após eleição interna, para a escolha do defensor-geral. A LC 54 criou, ainda, o Conselho Superior da DPE e restringiu a ocupação da maioria dos cargos em comissão aos integrantes da carreira, instituindo gratificações.

Em 2008, a Defensoria teve assegurada sua autonomia orçamentária e financeira prevista na Constituição Federal, garantida por meio dos instrumentos de planejamento tributário estaduais – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

A DPE do Pará teve atuação de vanguarda, sendo pioneira na criação e aprovação de sua lei, antes mesmo da lei federal que organizou e estabeleceu as regras que norteiam a criação das Defensorias Públicas nos Estados, territórios e no Distrito Federal. Entre os fatos relevantes que influenciaram no avanço das Defensorias, em especial a do Pará, estão a sanção da Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, que trata da Reforma do Judiciário. A Emenda



Um encontro para a História. Dia do Defensor Público, 19 de maio, comemorado em 1998.

A DPE do Pará teve atuação de vanguarda, sendo pioneira na criação e aprovação de sua lei, antes mesmo da lei federal que organizou as Defensorias Públicas no país.

garantiu autonomia administrativa e financeira às Defensorias, dando, assim, tratamento igualitário às instituições que integram o tripé do sistema de Justiça e suprimindo uma lacuna da Constituição de 88.

Na época, o então governador do Pará, Simão Jatene, apesar da normativa federal, não permitiu a autonomia administrativa e financeira da Defensoria paraense, que só foi garantida em 2007, quando a governadora Ana Júlia Carepa encaminhou a proposta

da LDO à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) e estabeleceu repasse financeiro no percentual de 0,8% de duodécimo para a Defensoria.

Quase dois anos depois, em 7 de fevereiro de 2006, a Lei Complementar nº 54 atualizou a Lei Complementar nº 13, que organizou e regulamentou a DPE, e se adequou à Lei Complementar nº 80 e à Constituição federal. Ajustou-se, ainda, às Emendas Constitucionais nº 19/88, nº 41/2003 e nº 45/2004, que tratam das carreiras dos servidores públicos.

A primeira atuação da Defensoria esteve relacionada à presença do advogado José Meirelles Fontelles na absolvição do réu Hildebrando Gomes do Nascimento sob a alegação de legítima defesa. O julgamento ocorreu na Câmara Municipal de Ananindeua sob a presidência da juíza Maria Isabel de Oliveira Benone e com a participação da pretora Carmem Leão; pela Promotoria, atuaram Maria da Conceição Matos e, como seu assistente, João Batista Cavalcante.



DIÁRIO DO PARÁ

Belém, sexta-feira, 10 de agosto de 1984

Na inauguração da sede da Procuradoria Geral do Estado, no prédio do Bechara Mattar, onde passaria a funcionar a Defensoria Pública, Benedicto Monteiro reiterou o compromisso com os mais necessitados.

Festa popular inaugura a sede da Procuradoria e Defensoria

O governador Jader Barbalho inaugurou ontem as instalações da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública. Ficam no prédio Bechara Mattar, na praça Dom Pedro II. A inauguração foi prestigiada pelo povo e por dezenas de autoridades civis e militares, deputados, vereadores e outras personalidades, especialmente as ligadas ao Ministério Público do Estado.

Foto Dirceu Farnengo



Jader: enfim, os necessitados poderão ser defendidos

Ao assumir a Procuradoria, Benedicto prometeu defender os necessitados.

A execução do hino nacional pela banda de música da Polícia Militar, entoado pelos presentes, abriu a cerimônia. O governador Jader Barbalho e o Procurador Geral do Estado, Benedicto Monteiro, desceram a bandeira paraense de uma placa de bronze assinalando o ato inaugural da sede do organismo estadual. Ela toma conta de mais de um terço do edifício "Bechara Mattar". Abriga no andar térreo a Defensoria Pública, e nos segundo e terceiro andares, os setores da administração da Procuradoria Geral que passa a funcionar com mais de 50 funcionários.

SISTEMA JURÍDICO

Saudando a capacidade política e o desempenho administrativo do governador Jader Barbalho, o Procurador Benedicto Monteiro disse que estava muito honrado em viver aquele ato. Ao assumir a Procuradoria Geral, prestou o compromisso de instaurar o nosso sistema jurídico, de promover a defesa dos necessitados e de lutar pela reconquista da autonomia e do patrimônio do Estado do Pará. Disse que sabia que aceitava um grande desafio, já que o Estado estava sem o seu sistema jurídico organizado, a ponto do próprio cargo de Procurador Geral estar extinto absurdamente, sem qualquer medida para restaurá-lo. Resaltou também que o Pará, era

naquela altura o único Estado que não possuía se quer o seu órgão institucional de representação e defesa judicial e extra-judicial.

Benedicto Monteiro, salientou ainda que a própria Defensoria Pública, também instalada formalmente e que é compromisso e preocupação do governo Jader Barbalho com a população desassistida do Pará, já está funcionando antes mesmo que o Procurador tivesse seu próprio gabinete, já pode atender nada menos que cinco mil necessitados prestando assistência jurídica e judicial só em Belém. Ele no entanto em seu discurso, aproveitou a oportunidade para mais uma vez mostrar o quanto o Estado do Pará está sendo esbulhado em suas riquezas, atingindo principalmente o povo necessitado, e que agora o governo munido dessa Lei poderá implantar infra-estrutura administrativa e fazer funcionar seu principal instrumento de ação e defesa judicial, bem como o de promover a defesa dos legalmente necessitados.

Destacou também o trabalho da Defensoria Pública na defesa dos direitos de mais de cinco mil posseiros rurais e urbanos em todo o Estado, entre os quais aqueles que foram beneficiados pelas desapropriações efetuadas pelo governador Jader Barbalho. Em seu demorado discurso, Benedicto Monteiro ressaltou também os prejuízos do Estado e que bem poderiam ser evitados se houvesse no governo uma infra-estrutura jurídica administrativa.

O governador Jader Barbalho, agradecendo, ao destacar a importância que o ato constitua para seu governo, aplaudindo o pronunciamento do Procurador Geral do Estado, manifestou mais uma vez seu repúdio aos desmandos do governo federal no território paraense no que concerne a implantação de empreendimentos sem a devida consulta das autoridades locais, mas que agora terá que se haver com o Poder Público Estadual através do órgão que inaugurava na oportunidade.

Foto Dirceu Farnengo



Benedicto: lutando pela reconquista do patrimônio do Estado

Defensoria independente

DECRETO Nº 5.494, DE 27 DE JUNHO DE 1988,
DESVINCULA A DEFENSORIA PÚBLICA
DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



14 - Terça-feira, 28		DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ		994
DECRETO Nº 5.494 DE 27 DE JUNHO DE 1988		Junho - 1988		
DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO E DA DEFENSORIA PÚBLICA, CRIA FUNÇÕES GRATIFICADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		DECRETA:		
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos itens IV e IX, do artigo 81, da Constituição do Estado, e		Art. 1º - Fica, na Organização do Poder Executivo Estadual, transferida da Procuradoria Geral do Estado para a Governadoria do Estado, subordinada diretamente ao Governador, a Defensoria Pública, criada pela Lei Complementar nº 002, de 26 de dezembro de 1985 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado).		
CONSIDERANDO que, a nível de atuação programática e funcional, nos termos dos artigos 3º a 8º e 11 da Lei Complementar nº 002, de 26 de dezembro de 1985 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), a Defensoria Pública se compõe de corpo autônomo de integrantes com representação judicial;		§ 1º - O Chefe do Poder Executivo poderá delegar, no todo ou em parte, as atribuições que lhe são cometidas por este Decreto.		
CONSIDERANDO a necessidade de distinguir claramente a responsabilidade e a orientação dos dois Órgãos, por vezes de natureza conflitante, face às atribuições diferenciadas de cada um, principalmente no âmbito judicial, apesar de sujeitos a mesma direção;		§ 2º - A Defensoria Pública organizará seu Regimento Interno, observadas as leis aplicáveis a este Decreto.		
CONSIDERANDO a manifestação favorável à transferência da Procuradoria Geral do Estado;		Art. 2º - A Defensoria Pública compete o exercício das atribuições previstas na Lei Complementar nº 002/85, nos termos estabelecidos no referido provimento legal.		
CONSIDERANDO que em diversos estados da Federação a Defensoria Pública está estruturada em Órgão distinto da Procuradoria Geral, pela natureza diversa das tarefas que lhe são cometidas,		Art. 3º - A Defensoria Pública será dirigida por um Coordenador Chefe designado na forma estabelecida no artigo 9º da Lei Complementar nº 002/85, mediante indicação expressa do Governador do Estado.		
		Art. 4º - Observada a Lei Complementar nº 002/85, ao Coordenador Chefe compete:		
I - as responsabilidades fundamentais, nos termos do artigo 1º, do Decreto nº 2.231, de 12 de maio de 1982;	VII - submeter ao Governador do Estado sobre qualquer assunto de interesse do serviço ou irregularidades ocorridas, cuja decisão não seja de sua competência;	XII - designar ou dispensar os ocupantes das funções gratificadas e redistribuir o pessoal em exercício;		
II - coordenar, supervisionar, orientar e fiscalizar a execução das atividades da Defensoria Pública e o desempenho dos servidores do Órgão;	VIII - encaminhar, anualmente, relatório do funcionamento da Defensoria Pública ao Governador do Estado;	XIII - conceder licença, férias e outros direitos e vantagens, na forma da Lei;		
III - distribuir as pendências, processos ou ações judiciais que forem submetidos ou encaminhados à Defensoria, acompanhando pessoalmente o acompanhamento daqueles que entender convenientes;	IX - executar outras tarefas correlatas que lhe sejam atribuídas pelo Governador do Estado;	XIV - antecipar ou prorrogar o período normal de trabalho;		
IV - apreciar os pareceres e trabalhos dos Defensores e dos demais subordinados;	X - examinar despacho conclusivo sobre consultas, pareceres e informações dos Defensores Públicos;	XV - baixar portarias, instruções e ordens de serviço;		
V - distribuir os processos administrativos que lhe forem encaminhados para elaboração de pareceres e emití-los, quando julgar necessário;	XI - solicitar diretamente a quaisquer autoridades estaduais, municipais ou municipais, informações ou esclarecimentos concernentes a processos que lhe são afetos;	XVI - aprovar a proposta orçamentária da Defensoria Pública e movimentar as verbas destinadas ao Órgão, observadas as normas legais em vigor a este Decreto;		
VI - providenciar pessoal, material, equipamento e transporte indispensáveis à manutenção e ao desenvolvimento das atividades da Defensoria Pública;		XVII - desempenhar outras atribuições que lhe forem cometidas por Lei ou Ato do Chefe do Poder Executivo.		
Art. 5º - A Defensoria Pública, nos termos da Lei Complementar nº 002/85, será exercida por Defensores Públicos contratados pelo Governador do Estado, entre advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, em regime de Consolidação das Leis do Trabalho, com opção pelo FGTS, ou nomeados, por concurso, para os cargos estatutários que venham a ser criados.		Consolidação das Leis do Trabalho, com opção pelo regime do FGTS, ou na forma prevista na Lei nº 5.389, de 16 de setembro de 1987, que foram designados, em Portaria, pelo Procurador Geral do Estado.		
Parágrafo Único - Quando criados por lei os cargos de Defensor Público, os atuais ocupantes dos respectivos empregos, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho, ficarão automaticamente inscritos no concurso que for aberto para provimento dos cargos criados.		Parágrafo Único - Aos servidores de que trata o item IV do "caput" deste artigo, aplica-se o que concerne às suas correspondentes situações, o disposto no parágrafo Único do artigo 5º do presente Decreto.		
Art. 6º - Ficam, por força deste e lotados na Defensoria Pública, considerada a estrutura existente, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte:		Art. 7º - Ficam criadas no Quadro de Funções da Defensoria Pública as seguintes Funções Gratificadas:		
I - O Coordenador Chefe		I - 01 (um) Coordenador da Defensoria Pública da Capital - Símbolo FG - 4;		
II - Os Defensores Públicos		II - 01 (um) Coordenador da Defensoria Pública do Interior - Símbolo FG - 4;		
IV - Os servidores atualmente lotados na Procuradoria Geral do Estado, todos admitidos por contrato regido pela		III - 01 (um) Chefe de Administração - Símbolo FG - 4;		

Defensoria em oito atos

EMENDA CONSTITUCIONAL,
LEIS COMPLEMENTARES E RESOLUÇÕES
FORMAM ARCABOUÇO JURÍDICO DA DPE



1983

Lei Complementar Estadual nº 13/1983:
Criou e regulamentou a DPE, estabelecendo as bases para o funcionamento da instituição e seus deveres em relação aos assistidos.

1994

Lei Complementar nº 80/1994: Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, estabelece normas gerais para sua organização nos Estados e atribui à Defensoria Pública a função de prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados.

2004

Emenda Constitucional nº 45/2004:
Assegura às Defensorias Públicas estaduais autonomia funcional e administrativa, equiparando-as à Magistratura e ao Ministério Público.

2006

Lei Complementar Estadual nº 54/2006:
Reestruturou a DPE, revogando a normativa anterior, trazendo mudanças importantes na organização e atuação da Defensoria Pública no Estado.

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



2009

Lei Complementar nº 132/2009 (alteração à LC 80/1994):
Reforça os objetivos da Defensoria Pública, incluindo a primazia da dignidade da pessoa humana, a afirmação do Estado Democrático de Direito e a garantia dos princípios constitucionais.

2016

Resolução do Conselho Superior da DPE-PA nº 154/2016:
Regulamenta o afastamento de membros da Defensoria Pública para realização de mestrado e doutorado.

2019

Lei Ordinária nº 8.918/2019: Institui a Semana da Defensoria Pública no Estado do Pará, a ser realizada na terceira semana de maio, visando conscientizar a população sobre a importância do trabalho da Defensoria Pública.

2020

Resolução do Conselho Superior da DPE-PA nº 249/2020:
Considera serviço voluntário, para os fins da Resolução, a atividade não remunerada prestada por pessoa física à Defensoria Pública na área meio. O serviço voluntário não gera vínculo funcional ou empregatício.

Defensoria na imprensa

JORNAIS AJUDAM
A CONTAR A HISTÓRIA
DA DEFENSORIA PÚBLICA

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIO DO PARÁ LOCAL

Belém, quarta-feira, 12 de março de 1986 7

Defensoria Pública entra na guerra

O consumidor terá assistência jurídica e mais um órgão a apoiá-lo no combate à inflação

A Defensoria Pública do Estado passou a atuar desde ontem como mais um órgão de defesa do consumidor, atendendo suas reclamações e denúncias contra estabelecimentos comerciais que porventura estejam infringindo o congelamento de preços imposto pelo governo no Programa de Estabilização Econômica implantado no país desde o dia 26 de fevereiro passado. Movimentando cerca de 50 pessoas entre advogados e o pessoal de apoio a Defensoria Pública é mais um órgão estadual que entra na guerra contra a inflação atendendo o povo em suas justas reclamações com vistas à manutenção do ato do governo.



Floribela Maria Cantal, coordenadora do novo serviço

do convênio firmado entre o Governo do Estado com a Superintendência Nacional de Abastecimento e através do qual movimentou a Procuradoria Geral do Estado e o judiciário Estadual na defesa do consumidor. Em palestra com a reportagem, ela salientou que o órgão está habilitado, inclusive, a promover assistência jurídica junto a Justiça Comum, estando apto a transmitir orientações como

esclarecimentos a possíveis dúvidas tanto por parte do consumidor como do comerciante.

Todas as queixas ou reclamações, através de processo são encaminhadas à Delegacia Regional da Superintendência Nacional de Abastecimento, órgão ao qual cabe a responsabilidade de autuar o estabelecimento comercial infrator. Floribela adiantou ainda que dentro de uma semana este serviço de fiscalização estará sendo instalado oficialmente nas defensorias do interior do Estado espalhados em 40 municípios das diversas regiões sob a coordenação do dr. Godofredo Pires dos Santos. A Defensoria Pública vai capital por outro lado já está treinando 74 comunidades de bairros que irão atuar no programa de fiscalização de preços em toda a Grande Belém.



O serviço de apoio ao consumidor, da Defensoria Pública, já atende muita gente

CONVÊNIO

Sob a coordenação da dra. Floribela Maria Cantal, chefe do novo setor de serviço público da Defensoria é resultado

Sunab divulga novas tabelas na 6a.-feira

A Sunab ficou de divulgar na sexta-feira novas listas congelando produtos hortifrutigranjeiros, eletrodomésticos e materiais de construção. Serão oito listas e, segundo se informa, com 2.400 itens cada uma. Se for confirmado o número de itens é certo que a Agência Estado não terá condições de transmitir essas listas pelo circuito. Explica-se: quando foram divulgadas as últimas listas, cada uma tinha 300 itens (as oito, tinham um total de 2.400 itens) e a transmissão delas pelo circuito quase não foi possível, tendo a Agência transmitido a do Leite e a de São Paulo pela manhã, mais quatro no período da tarde e início da noite e as três últimas após às 22h30m, encerrando a transmissão por volta das 1h30m da madrugada do dia seguinte.



Aberto Encontro sobre Subestações

Foi aberto ontem no auditório da Secretaria da Fazenda do Estado, o 1º Encontro Regional Sobre Subestações Convencionais e Blandas Isoladas. O evento é promovido pelo Comitê Brasileiro de Eletricidade - COBEL, uma organização da Celpa.

Participam técnicos especialistas da Eletrobrás, Eletrosul, Light, Cepel, Cesp, Cemig, Coviab, Chesf, Furnas, além de representantes de fabricantes como Lorenzetti/Inebras e Camargo Correa/Brown Boveri.

As discussões serão versadas sobre as padronizações na área de subestações — custo x benefícios; características elétricas comuns aos equipamentos de manobra; especificação de disjuntores; padronização de chaves; ensaios de tipos e de

zação de arranjos e diagramas unifilares de subestações até 138 KV; pára-raios e carboretos de sílica (características principais e ensaios); pára-raios a óxido metálico (características principais e ensaios) contaminação atmosférica em equipamentos de subestações. Do Encontro parti-

cipam além de técnicos da Celpa, profissionais de outras empresas regionais ligadas ao setor elétrico.

REDUZIR CUSTOS

O programa visa a redução dos custos dos equipamentos para as instalações do setor elétrico, no

momento em que a palavra de ordem no Brasil é a redução de custos. Inicialmente estão sendo elaborados os padrões, com vistas a implantar nas regiões do país as diretrizes concluídas nas comissões de estudos do Comitê Brasileiro de Eletricidade. Um dos objetivos é fazer com que a

qualidade do produto colocado na praça seja adequada a nível internacional.

Para este ano a Eletrobrás pretende executar a implantação destas metas na região norte, a partir de Belém. Outro programa está sendo elaborado para a região Nordeste, em Fortaleza, seguindo a implantação na região Leste, na cidade de Vitória, e finalmente em Porto Alegre para atingir todas as empresas do sul do país. O dr. José George de Melo Lima, um dos coordenadores a nível da Eletrobrás, recomendou que todas as empresas do setor elétrico do Brasil, se engajem no processo de utilização de último padrão de equipamentos no Brasil, pois só assim será possível melhorar a qualidade de fornecimento de energia elétrica.



Foto Abdias Prohira

Diário do Pará, 12 de março de 1986: Defensoria Pública garante assistência jurídica ao consumidor.

Defensoria pública ganha proposta de descentralização

A descentralização da Defensoria Pública, do centro da cidade para os bairros e passar a atribuição ao defensor público de educador, foram solicitadas pelo deputado José Rufino, do PTB, em pronunciamento feito na tribuna da Assembleia Legislativa. O parlamentar petebista deseja que a Casa envie expediente ao governador Hélio Gueiros, ao Procurador Geral e ao Consultor Geral do Estado para que estudem a viabilidade do pleito.

José Rufino argumentou que a clientela que procura a Defensoria Pública, criada no Governo Jader Barbalho, reside geralmente na periferia da cidade e que é composta por pessoas que na maioria das vezes não têm dinheiro

e alcançam o prédio em que funciona o órgão. "Além do mais, declarou José Rufino, a Defensoria Pública deve atingir com mais profundidade os seus objetivos, com a apresentação ao público de um serviço eficiente, célere e menos dispendioso."

Asseverou o parlamentar petebista que o defensor público deve também ser um educador, mostrando ao povo que não teve acesso à escola os seus direitos e seus deveres, afirmando e indagando: "Quanto sabem da inviolabilidade de seu domicílio? Quanto sabem que ninguém poderá ser preso sem ordem de autoridade judicial? E o sagrado Instituto do Habeas Corpus? Será que os desvalidos têm conhecimento do que qualquer pessoa pode impetrar?"

DESMATAMENTO
O deputado José Diogo denunciou ainda que pes-

tar a destruição das matas às margens dos igarapés Maú e Paramaú, pertencentes ao município de Marapanim. "O caso é dos mais graves, pois — disse José Diogo — com a exploração não racional das chamadas madeiras de várzea, impedindo assim danos ecológicos, que vão desde a ameaça do desaparecimento das águas até tornar impraticável a qualidade das terras de suas margens, para finalidades agrícolas."

— Os igarapés são de suma importância para a população que vivem às suas margens, pois além de serem utilizados como via de navegação para pequenas embarcações, são através deles que alguns vilarejos estabelecem contato, escam a produção e comercializam as mais diversas mercadorias. Ocorre que às margens desses igarapés estão as chamadas madeiras de várzea, em sua maioria a virola e a ucuibeira.

Apelo em favor da Defensoria

Apelo em prol da revitalização da Defensoria Pública do Estado do Pará foi feito pelo deputado Aldebaro Klautau, da bancada do PDT, na Assembleia Legislativa. Segundo esse parlamentar, a Defensoria Pública precisa ser olhada com maior atenção pelo Governo do Estado, pois hoje atende a mais de 120.000 pessoas e sofre carências, o que impede o seu desenvolvimento e a agilização dos processos.

Klautau leu este pronunciamento, na defesa da Defensoria Pública:

"Trago à consideração de V. Excia., a situação em que se encontra a Defensoria Pública de nosso Estado, em que pese o interesse demonstrado pelo Governo Estadual, no sentido de garantir a eficiência e a eficácia dos trabalhos realizados na Defensoria, vinculada que está, desde junho de 1988, diretamente à Governadoria, por força do Decreto nº 5.494.

Embora apresente extensa linha de atuação e tenha substancial significação no trato de questões como as de cunho fundiário urbano, penais alimentícias, separações judiciais e divórcios, com cerca de quarenta mil casos evoluídos a ações ajuizadas, além dos casos extraforais, que totalizam cento e vinte mil, a Defensoria Pública hoje sofre carências que tornam insignificante maior produtividade: o auditório onde eram realizados seminários, palestras e cursos de reciclagem teve todos os seus móveis retirados; da biblioteca, os livros foram levados para a Procuradoria Geral; do sistema de transporte que havia, para o desenvolvimento regular dos trabalhos, atualmente há apenas um veículo que serve a administração.

A atuação dos defensores públicos permite que um mínimo de litígios seja levado ao Judiciário, o que deixa patente o papel que a Defensoria encumprou, funcionando como uma espécie de juizado de pequenas causas, suprimindo a necessidade de atuação do Judiciário que, mesmo obrigado constitucionalmente, ainda não se motivou nesse campo da distribuição da justiça. Apesar de todos esses méritos, um defensor público recebe hoje pouco mais de dois salários mínimos, mais a gratificação de nível superior e, para continuar prestando relevantes serviços à população paraense, a Defensoria só conta mesmo com o ideal dos Defensores que, com todas as dificuldades que enfrentam, ainda defendem os legítimos necessitados.

Assim é que proponho a V. Exas que lutemos juntos pela tomada de medidas urgentes em favor da Defensoria Pública, quais sejam: auxílio-transporte e alimentação para os Defensores que atuam no interior; isonomia salarial com as carreiras jurídicas, prevista na Constituição Federal e ratificada

Diário do Pará, 24 de setembro de 1987: deputado propõe a descentralização da Defensoria Pública para melhor atender à população da periferia.

Defensor público protesta contra baixos salários

Classificando a condição dos defensores públicos como calamitosa, o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará, Licurgo Peixoto, disse que principalmente a questão salarial faz com que as condições de serviço da categoria sejam precárias. Licurgo informa que o defensor público de nível I ganha, incluindo gratificação, a média de Cr\$ 20.000 e Cr\$ 25.000 defensor do nível dois, contando-se, também, com a gratificação, que corresponde cerca de 80% dos valores acima citados.

— Um funcionário de nível superior tem que dedicar toda a sua atividade profissional em favor dos necessitados, é o caso dos defensores públicos. Além de não dar para sustentar uma família, esse salário impede que o defensor preste um trabalho digno, eficaz, pois ele tem que dedicar uma parte do seu tempo ao seu escritório particular — desabafa.

Na verdade não deveria-se poder atender particularmente quem empunha-se na função de defesa pública, porém, devido às condições da classe, foi concedida uma liminar autorizando esse trabalho extra.

São mais de 200 pessoas atendidas diariamente, em caráter de gratuidade, tornando-se assim, um trabalho necessário à sociedade, portanto, merecedor de atenção por parte do governo do



Licurgo Peixoto, presidente da associação

Estado, de acordo com a análise de Licurgo. Desse número de atendidos, a maioria se dirige à Sub-Coordenadoria de Família do Órgão, que trata de questões ligadas, por exemplo, à divórcio, entre outras questões desse âmbito.

Mobilização

Por enquanto a categoria não pensa em grevar, pois tem consciência da importância do seu serviço prestado à comunidade, além do mais, uma greve do setor não causaria prejuízo financeiro ao Estado. O presidente da Associação informa que já há um movi-

mento a nível nacional para aprovar a lei complementar referente ao setor, no Congresso, onde já circula o Projeto 146/89, que reorganiza a defensoria pública do Distrito Federal e prescreve normas gerais aos Estados.

Por mais que já funcionasse há tempos, a Defensoria Pública foi institucionalizada com a Constituição Federal, promulgada em 88. A Defensoria Pública que abrange a capital paraense, por exemplo, existe desde 1981. "Mas a assistência judiciária funciona desde 1937 aqui no Pará".

Além da complementação federal, a categoria pretende que a Assembleia Legislativa do Pará complemente também a Lei constitucional.

— A Associação já está elaborando um projeto, estamos sendo auxiliados por cinco advogados da Associação e já estamos terminando esse projeto de lei complementar estadual.

Licurgo afirma que Hélio Gueiros está pouco interessado na situação da categoria dos defensores públicos, não fazendo valer o que está na Constituição.

Além desse projeto complementar, há o que dispõe sobre a questão salarial, reivindicando isonomia, que a Constituição, conforme o presidente da Associação, estabelece isonomia dos defensores públicos com as demais categorias do setor judiciário.

Diário do Pará,
1º de abril de 1990:
deputado Aldebaro
Klautau (PDT) aponta
carências da Defensoria.

Em 12 de junho de 1990, o Diário do Pará noticia a atuação da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará (Adpep) na luta por melhores salários.

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ

DPE
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

35



AGÊNCIA BENEDITO MONTEIRO

*Benedicto Monteiro discursa na inauguração da sede do Bechara Mattar.
A Defensoria Pública estava criada.*

Sonho realizado

VIDA DEDICADA À DEFESA DOS MAIS NECESSITADOS

A atuação de Benedicto Monteiro foi fundamental para a criação e a consolidação da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE). Advogado, jornalista, escritor e político, ele desempenhou papel significativo, em todos os campos em que atuou, na defesa dos mais necessitados e na promoção da justiça para os pobres.

Deputado estadual e depois federal, a intervenção de Benedicto Monteiro no cenário político foi crucial para a aprovação de leis e a alocação de recursos para a instituição. Benedicto traçou o caminho histórico que seria seguido pela nova instituição, arrematando os advogados que assumiriam a função de primeiros defensores públicos do Pará. A defesa do trabalhador rural estava no topo das prioridades dele.

“O político Benedicto Monteiro sempre foi uma pessoa corajosa. Ele pautou a vida política dele na questão da reforma agrária”, afirma Benedicto Monteiro Filho, filho do idealizador da DPE. Com Wanda

Marques Monteiro, Benedicto teve ainda as filhas Aldanery, Ana Luiza, Wanda Benedicta e Dulcinez.

A criação da Defensoria Pública do Pará foi um dos grandes sonhos do político Benedicto Monteiro, diz o filho. A defesa dos necessitados era a maior causa de sua vida, completa, e a instituição cumpriria esse papel na esfera jurídica.

A luta pela reforma agrária esteve intimamente ligada à criação da Defensoria Pública do Pará, recorda Benedicto Filho. A instituição surgiu em uma época em que o Estado vivia sob o império da violência no campo e os primeiros defensores públicos atuaram diretamente na defesa dos expropriados da terra, seja mediando conflitos, seja promovendo a criação de sindicatos de trabalhadores rurais.

Benedicto entrou para a política para “defender a tese da reforma agrária”, diz o filho. “Inclusive houve um grande avanço nessa área na Constituinte.”

Benedicto Filho lembra que o pai foi a São Paulo



ACERVO BENEDICTO MONTEIRO

Dirigentes políticos de oposição aos governos militares pós-64 participaram da cerimônia que marcou a consolidação da Defensoria Pública do Estado do Pará.

para acompanhar a experiência da Defensoria paulista. O que existia, conta, era a Procuradoria, com a Defensoria como um apêndice. “A partir daí, ele montou sua equipe com base sempre no movimento social. A maioria dos que foram à época nomeados defensores pertenciam ou eram representantes dessas classes, dos sindicatos, das associações de bairro. E aí ele começou com muita dificuldade, não tinha sala, não tinha nada, não tinha prédio. Começou uma sala da Sefa (Secretaria de Estado da Fazenda) e daí foram estruturando.”

A violência dos anos 1980 no Pará – com o assassinato de líderes sindicais como João Canuto, a execução do advogado Paulo Fonteles e do deputado estadual João Batista, com os quais Benedicto teve uma convivência muito próxima – nunca o fez desistir, ao contrário. “Ele sempre ia para cima. Ele nunca foi de recuar no posicionamento dele. Então, toda vez que acontecia alguma coisa que fosse para interferir, que

fosse para tentar segurar, ele dobrava a vontade dele de fazer as coisas”, relata Benedicto Filho.

Bacharel em Ciências Jurídicas, Benedicto Monteiro exerceu os cargos de promotor público, juiz de Direito e secretário de Estado. Foi eleito deputado estadual, tendo sido cassado em 1964 pelo regime militar instalado. Caçado nas matas de Alenquer pela ditadura militar, ficou preso e incomunicável por vários meses, sendo torturado e afastado da sociedade. Teve seus direitos políticos suspensos por mais de dez anos.

Depois que saiu da prisão, dedicou-se ao exercício da advocacia agrária e da literatura. Publicou o livro “Direito Agrário e Processo Fundiário” e várias obras de poesia e ficção. O seu principal livro de contos, “Carro dos Milagres”, foi premiado pela Academia Paraense de Letras (APL), e o romance “A Terceira Margem” recebeu o prêmio Nacional de Literatura da Fundação Cultural do Distrito Federal.



Governador Jader Barbalho e procurador-geral Benedicto Monteiro trocam cumprimentos. Para Bené Monteiro, a Defensoria foi a realização de um sonho.

Enfrentando uma luta exaustiva contra o câncer, o escritor, ainda hospitalizado, conseguiu concluir e lançar o livro “O homem rio”, que ele dizia ser “o último sonho a ser sonhado”. Benedicto Monteiro morreu em 15 de junho de 2008, logo após o lançamento da última obra.

Nascido em Alenquer, município da região do Baixo Amazonas, em 1º de março de 1924, Benedicto Wilfredo Monteiro deixou significativo legado de romancista da Amazônia. Com mais de 20 obras publicadas, é considerado um dos mais importantes escritores paraenses do século XX. Sua obra, mundialmente estudada, é uma jornada amazônica, tendo o povo da região como protagonista, narrador e guardião de histórias que destacam a vastidão da Amazônia.

Nos textos de Benedicto Monteiro, os amazônidas são apresentados como eles são, com uma conexão profunda com a terra, os rios e a natureza. As

Benedicto Monteiro entrou na política para defender a tese da reforma agrária, luta que esteve intimamente ligada à criação da Defensoria Pública.

histórias refletem essa ligação íntima, revelando a espiritualidade, a sabedoria ancestral e a harmonia com o ambiente. Nas narrativas de Benedicto, os amazônidas enfrentam desafios, lutam contra invasores, defendem suas terras e preservam suas tradições. Eles personificam a resistência contra a exploração e a degradação da Amazônia.

“Eu não sei como que ele fazia isso, mas ele tinha muitas atividades, ele gostava dessa vida, tinha o político e o escritor. Ele ouvia muitas pessoas”, diz o filho. “Ele ouvia muitas pessoas, então a maioria das histórias dele são de histórias que ele ouvia tanto no interior do Alenquer quanto no convívio dele”, recorda Benedicto Filho.

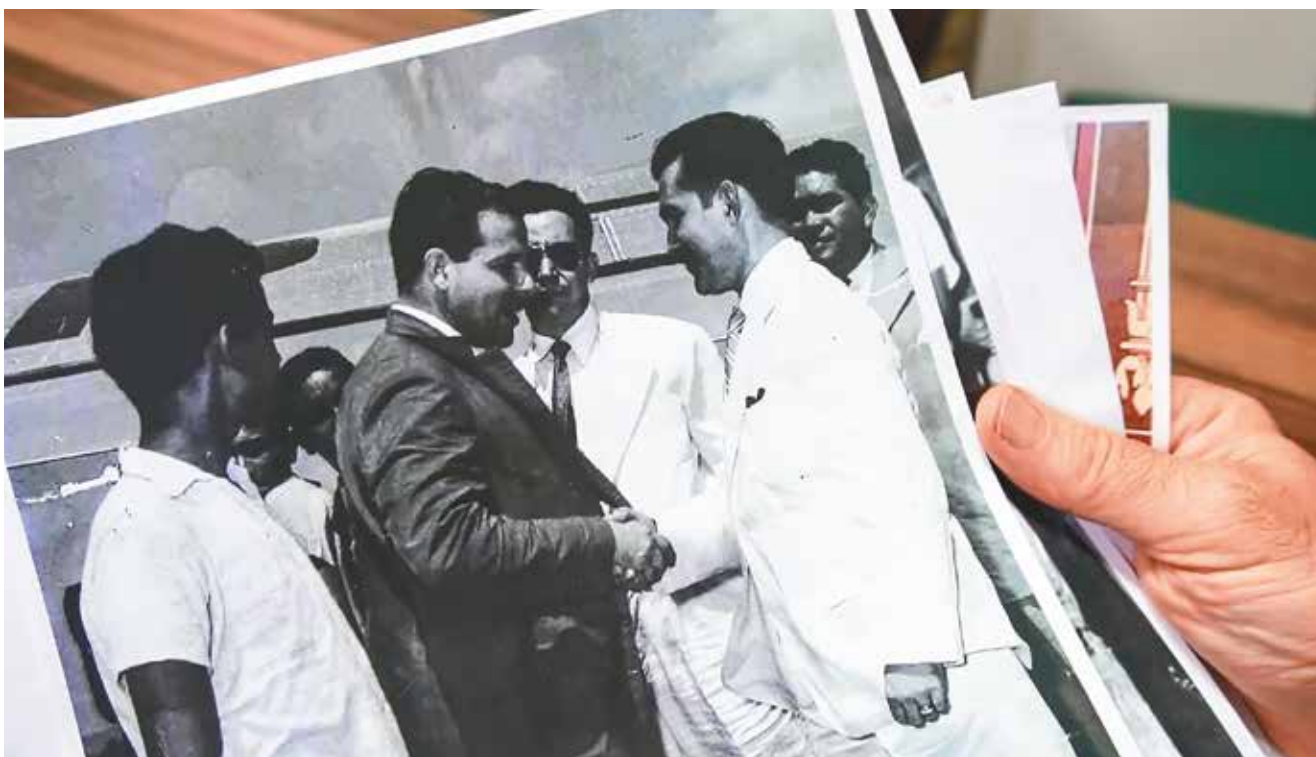
40 anos
HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



FERNANDO SETTE

Benedicto Monteiro Filho sobre o pai: “Ele se doava totalmente para a política e para as ideias que defendia”.

FERNANDO SETTE



Político de prestígio nacional, deputado estadual, Benedicto Monteiro teve o mandato cassado depois do golpe de 1964.

FERNANDO SETTE



Preso em Alenquer, Benedicto Monteiro ficou detido por vários meses, incomunicável, em dependências militares de Belém.

Benedicto Monteiro Filho lembra da convivência com o pai: “Ele se doava totalmente para a política e para as ideias que ele defendia. A nossa casa estava sempre cheia de gente, de todas as facções que defendiam as causas populares. Como político ele foi sempre assim. E ele foi preso justamente pelo que defendia. Ele foi absolvido e voltou.”

“Nós sofremos de 1964 até 1982 todos os tipos de invasões”, recorda. Todas as vezes que uma autoridade vinha a Belém, conta Benedicto Filho, o pai era “recolhido” ao presídio onde hoje está a Casa das 11 Janelas. “Nossa vida sempre foi assim.”

Apesar da perseguição política, Benedicto Monteiro não desistiu de suas causas. A família foi contra, mas ele prosseguiu e se elegeu deputado federal “com essa bandeira, inclusive. A foto que ele usava na campanha era a que ele tinha sido preso”, conta o filho.

“O canto do lavrador”, de prova de subversão a hino por justiça social

Quando foi cassado pela ditadura militar brasileira, uma das provas apresentadas pelo regime de exceção contra o então deputado estadual Benedicto Monteiro foi a música “O canto do lavrador”. Em sua autobiografia “Transtempo”, de 1993, Benedicto Monteiro afirma que a Igreja Católica se apropriou de sua canção, tornando-a menos radical.

“O canto do lavrador” foi criada para os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais que Benedicto ajudou a organizar. A música representa a luta, a esperança e a resistência desses trabalhadores em busca de melhores condições de vida e acesso à terra.

Em 1964, a canção serviu como prova de subversão no processo instaurado pela Justiça Militar contra Benedicto. “O canto do lavrador” é um símbolo da luta pela justiça social e dos desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais na Amazônia.

A composição permanece como um hino de resistência e esperança, lembrando da importância de defender os direitos dos que trabalham a terra e da necessidade contínua de lutar por justiça e igualdade.

“O canto do lavrador”

*Agora nós vamos pra luta
A terra que é nossa ocupar,
A terra é pra quem trabalha
A história não falha
Nós vamos ganhar
Já chega de exploração
Já chega de tanto sofrer ou
morrer jogado no eito,
ou leva no peito o jeito é vencer.
Já chega de tanta promessa
Já chega de tanto esperar
A terra na raça ou na garra,
na Lei ou na marra,
Nós vamos tomar.
Agora nós vamos pra luta,
A terra que é nossa ocupar,
A terra é pra quem trabalha,
A história não falha.
Nós vamos ganhar.*

Benedicto Monteiro, 1962



Um país em ebulição

A LUTA PELA TERRA E O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

O início do governo de João Goulart (1961-1964), após a renúncia de seu antecessor Jânio Quadros, deu-se em um momento de tensão política pelas incertezas quanto às pretensões do presidente. A disputa se acirrou de tal forma que, em tom conciliatório, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 4, instituindo o sistema parlamentarista de governo.

Nesse “novo” modelo, diversas atribuições do presidente passaram para a responsabilidade do Conselho de Ministros. A Emenda ainda previa a realização de um plebiscito que decidiria sobre a manutenção do parlamentarismo ou o retorno do sistema presidencial.

O plebiscito, que deveria ocorrer somente em 1965, foi, no entanto, antecipado para 1963 pelas circunstâncias internas, devido à grande mobilização em torno da consulta popular. Na ocasião, a maioria optou pelo retorno ao presidencialismo e com Goulart ocupando o mais alto cargo do Executivo nacional.

Em 1961, ocorreu o Congresso Camponês na cidade de Belo Horizonte (MG), do qual Goulart participou, e foi lançado o slogan “Reforma agrária na lei ou na marra”. O texto constitucional de 1946, em seu artigo 141, condicionava a desapropriação fundiária ao pagamento de uma indenização e, nesse sentido, a maioria do Congresso desaprovava a possibilidade de alteração.

A partir de 1962, o apoio às reformas de base ganhou maior vulto com a adesão à causa de nacionalistas e da esquerda. Surgiu neste ano a Frente de Mobilização Popular, sob a liderança de Leonel Brizola, que passou a congregar uma diversidade de indivíduos, entre os quais lideranças sindicais, representantes de organizações camponesas, parlamentares, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores e o Pacto de Unidade e Ação. No Nordeste, o advogado e escritor Francisco Julião, deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro

(PSB) de Pernambuco, organizava as Ligas Camponesas, movimento de luta pela reforma agrária que teve suas origens na década de 1950. Quando se efetivou como presidente, Goulart adotou as reformas de base como sua principal bandeira de luta.

Já no primeiro semestre de 1963, o Executivo chegou a enviar um anteprojeto de reforma agrária, sugerindo a alteração do texto constitucional a partir de uma emenda, tendo em vista a alteração da Carta de 1946. O PTB apresentou uma proposta que, entretanto, foi rejeitada pelo Congresso. Enquanto isso, a mobilização entre nacionalistas e esquerdistas ampliava a pressão sobre o governo, que adotou a medida de desapropriar, via decreto, as terras situadas às margens dos açudes e das rodovias e ferrovias federais. Proprietários das terras reagiram, ameaçando valer-se da força diante de qualquer tentativa de reforma agrária.

Apresentava-se, na década de 1960, um quadro oportuno para a efetivação de reformas sociais, entre elas a reforma agrária, em prol de uma divisão menos desigual da terra.

O Pará não esteve imune à tensão social nem alheio aos debates em torno da reforma agrária. Um dos seus principais interlocutores, sem dúvida, foi Benedicto Monteiro, que teve grande atuação em causas sociais e políticas, principalmente a partir de sua formação em Ciências Jurídicas. Na Assembleia Legislativa, chegou a usar o slogan do congresso camponês de 1961, tendo sido considerado na ocasião um radical, subversivo e revolucionário. Com o golpe civil-militar de 1964, foi processado e respondeu durante doze anos perante a Justiça Militar por causa do seu pronunciamento.

O posicionamento de Benedicto Monteiro assumiu o caráter de uma advertência à sociedade e às autoridades. Apresentava-se, na década de 1960, um quadro oportuno para a efetivação de reformas sociais, entre elas a reforma agrária, com grande parte dos setores civis organizados em prol de uma divisão

menos desigual da terra. O desejo compartilhado de uma reforma agrária não veio com a emergência do golpe nem com os sucessivos governos militares. Pelo contrário, as ações e interferências na Amazônia acabaram por gestar a deflagração da luta violenta pela terra.

Ao longo da década de 1980, o sentimento geral e constantemente denunciado por Benedicto Monteiro em artigos escritos para os jornais locais era de impunidade. O momento de agravamento desse quadro esteve atrelado ao assassinato do advogado Gabriel Sales Pimenta, ocorrido em 18 de julho de 1982, em Marabá, sudeste do Estado, da qual o próprio Monteiro foi testemunha.

Gabriel Pimenta atuou como advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, tendo prestado, como representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), assistência jurídica aos trabalhadores rurais. Por sua atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais frente aos exploradores de madeira, na região de Pau Seco, Gabriel passou a ser ameaçado, sobretudo depois de ter conseguido, em 1981, a revogação de liminar de reintegração de posse que favoreceu trabalhadores rurais. Denúncias reiteradas de ameaças de morte apresentadas à Secretaria de Segurança Pública, em Belém, causavam pânico na região.

Com 26 anos, natural de Juiz de Fora, Minas Gerais, Gabriel Pimenta era formado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Concursado, chegou a trabalhar no Banco Brasil, em Brasília, até receber convite da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para advogar em defesa dos movimentos sociais do campo. Atuou em Porto Nacional, Goiás, depois em Conceição do Araguaia e finalmente em Marabá, no Pará.

Gabriel foi assassinado às 22h30 do dia 18 de julho de 1982. Manoel Cardoso Neto, conhecido “Nelito”, José Pereira da Nóbrega, o “Marinheiro”, e Crescêncio Oliveira de Sousa foram indiciados pela polícia e denunciados pelo Ministério Público por homicídio qualificado. O julgamento se arrastou por duas décadas. Nenhum deles chegou a ser levado a júri popular. Nenhum cumpriu pena.

O assassinato de Gabriel Pimenta provocou a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) por “graves falências” judiciais. O tribunal considerou que, ao se omitir de cumprir sua obrigação de investigar, processar e punir os autores do crime, o Estado brasileiro violou os



ARQUIVO NACIONAL

O presidente João Goulart conduziu as campanhas pelas reformas de base que a sociedade brasileira cobrava. A reação veio na forma de golpe militar. Jango acabou deposto.

direitos às garantias judiciais, à proteção judicial, à verdade e à integridade pessoal, previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos.

A Corte sublinhou que “a violência contra pessoas defensoras de direitos humanos tem um efeito amedrontador (*chilling effect*), especialmente quando os delitos permanecem impunes”. O tribunal também ressaltou que Gabriel Pimenta não foi vítima de uma situação isolada, mas de um contexto de “impunidade estrutural” em crimes contra trabalhadores rurais e defensores de seus direitos no Pará.

A morte de Gabriel Pimenta passou a ensejar ações mais efetivas do Estado do Pará diante das tensões e da violência nas áreas rurais. A criação da Defensoria Pública do Estado do Pará foi ao encontro dessa necessidade.

As atividades da Defensoria rapidamente espraia-

A morte de Gabriel Pimenta passou a ensejar ações mais efetivas do Estado do Pará. A criação da Defensoria foi ao encontro dessa necessidade.

ram-se pelo Estado do Pará, juntamente com a incorporação de novas esferas de atuação. Os principais casos envolviam ações de alimento litigiosas, homologação de acordo de alimento e amigáveis. Além disso, a sua atuação incluía ainda o assessoramento jurídico nas comunidades e centros comunitários, o que também representava parte significativa dos atendimentos. Entre a sua criação em agosto de 1983 e abril de 1985, a instituição atingiu mais de 20 mil pessoas. A partir de março de 1986, também entrou em funcionamento um setor de Defesa do Consumidor, coordenado por Florisbela Maria Cantal Machado.



Em Belém, a década de 1980 foi marcada pela luta por moradia digna. Foi a época das ocupações que deram origem a muitos bairros de Ananindeua e das periferias da capital.

A partir do avanço nos atendimentos, tornava-se evidente a aproximação da Defensoria dos trabalhadores e trabalhadoras, em particular das organizações sindicais, seja na região metropolitana ou nos interiores. Essa é a razão da ligação direta com lutas sociais encampadas pelos advogados, parlamentares e movimentos sociais solidários às questões sociais e atentos ao agravamento das tensões agrárias no Estado do Pará. A relação foi tão estreita que a Defensoria acompanhou de forma bastante próxima os assassinatos, alguns com grande repercussão, que se sucederam ao longo dos anos de 1980 e também de 1990, paralelamente ao processo de redemocratização e no tumultuado campo de disputas ideológicas.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no sul do Pará, e organizador do Partido Comunista do Brasil naquele município, João Canuto de Oliveira, foi uma das vítimas da violência no campo. A morte aconteceu no dia 18 de dezembro de

1985 em frente ao cemitério da cidade, quando dois homens armados dispararam contra ele 12 tiros. O assassinato fazia parte das ações cometidas pelos latifundiários contra os trabalhadores rurais e com a conivência de setores da segurança pública, pelo menos foi o que o próprio Canuto afirmara em carta encaminhada em novembro de 1985 ao deputado estadual Paulo Fonteles e que deveria ter como destino final o governador do Estado. Na missiva ele fazia denúncias contra um capitão da Polícia Militar, indicando que este teria efetuado prisões de trabalhadores rurais a mando de fazendeiros, era defensor dos latifundiários e sugerindo ao governador a substituição do policial.

O então deputado Paulo Fonteles foi um personagem marcante nesse contexto. Com atuação enérgica na Assembleia Legislativa (durante seu mandato de deputado estadual pelo PMDB), seus pronunciamentos na tribuna foram, quase sempre, de denúncias de violências realizadas contra trabalhadores rurais e

MORTO COM 12 TIROS

Líder sindical abatido em frente ao Cemitério



Ele tinha arma, munição, dinheiro e cheques roubados

Prenderam em Belém perigoso assaltante

Preso na manhã de ontem, por uma equipe do DOE - Grupo de Operações Especiais da Sepup, por solicitação da Polícia goiana, o homicida e assaltante pastoso, vulgo Cara de Cavalo, de nome Geraldo Rufino de Oliveira, um polígono que está sendo procurado em diversos Estados do Brasil.

Ontem, às 9 horas, uma equipe do DOE prendeu o Geraldo, natural do município de Barretos, Rio Grande do Norte, residente em Belém, na passagem de Índia, 152, bairro do Coqueiro. No interior de seu carro Fiat, placa HK 3134, de Mato Grosso, foram apreendidas pedras semi-preciosas, dois anéis de ouro, um revólver Taurus carregado, cartucho para espingarda calibre 12, 30 balas de 9 milímetros, diversas balas calibre 38 e 7,65, bem como a importância de 10 milhões de cruzeiros, dinheiro este que Geraldo Rufino usou, tentando subornar a equipe de policiais.

Cara de Cavalo é um elemento de alta periculosidade, que aplica seus golpes em diversos Estados, e nas cidades de Castanhal, Santarém, Manaus, Fortaleza, Goiânia e Gurupi. Em Belém, o marginal já tinha aplicado a troca de pastas, onde roubou cerca de 100 milhões de cruzeiros, no interior de um ônibus da linha Gurupi-Belém.

Também foram apreendidos diversos cartões de cheques, três destes pertencen-



Cara de Cavalo, o bandido

tes a Antonio Salomé Dias Carneiro, fornecedor da Cerveja Econômica de Gurupi, e mais um livro de cheque ouro, do mesmo cliente, do Banco do Brasil, além de telefonários do Bate.

Geraldo Rufino foi autuado pelo delegado Nelson Marquês, titular da Divisão de Estelionato e ficará aguardando o modo à cidade de Goiânia. O inquérito foi instaurado e a polícia aguarda também o aparecimento de vítimas desta facinora.



Manoel poderir ficar paralisado. Está no PSM

Lavrador despencou da árvore

Foi assaltado na avenida Tavares Bastos, bairro da Marabá, Jonas Ciríaco Ramo, de 43 anos, que perdeu o relógio de pulso e dinheiro que levava em uma bolsa. Eram dois bandidos que estavam armados de fuzis e porrete.

Jonas resolveu reagir a ação dos bandidos mas levou a pior. Um dos bandidos aplicou-lhe duas facadas deixando-o completamente ensanguentado no local do delito fugindo com o companheiro. Um motorista de táxi que passava no local é que socorreu o rapaz levando-o ao Pronto Socorro Municipal onde foi operado mas está em estado grave.

Famílias da vítima ficaram de procurar a Polícia para pedir providências. O caso foi registrado por policiais de plantão no PSM.

ATROPELAMENTO

Na avenida Bernardo Sayfo, Estrada Nova, o Chevette de placa AH-7778, dirigido pelo motorista Paulo Roberto de Souza residente a avenida Sarzedo Correa, 388, atropelou a mulher Maria Ociliza dos Santos, de 21 anos, residente próximo do local do acidente. Com várias escoriações pelo corpo a vítima foi levada ao PSM pelo condutor do veículo atropelado.

FICARÁ PARALÍTICO

Foi internado no Pronto Socorro Municipal

Assassinato com 12 tiros quando transitava pela frente do cemitério da cidade, por dois pistoleiros, que fugiram correndo, apinhando um carro que os aguardava à distância.

O Secretário de Segurança, Lélis Alcântara determinou diligências urgentes, ordenando que os presos indicados como mandantes, autores e coautores sejam colocados a sua disposição.

O deputado Paulo Fonteles, um dos líderes políticos na área dos acontecimentos, convocou, à noite de ontem, a imprensa e entregou uma carta que a vítima escrevera há um mês passado, denunciando o capitão comandante do pelotão da PM sediado em Xingú, como cômico com os fazendeiros daquela região.

Ontem, cerca das 12 horas, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no sul do Pará, e organizador do Partido Comunista do Brasil, no município, João Canuto de Oliveira, caído, 47 anos, pai de sete filhos, ex-candidato a prefeito, retornava do sindicato, para sua residência. Quando chegou bem em frente ao portão central do cemitério daquela cidade, apareceram a sua frente dois homens empunhando quatro revólveres de grosso calibre, que o alastraram com 12 tiros pelo corpo. Em seguida, fugiram, tomando rumo ignorado até agora.

O Secretário Lélis Alcântara, tão logo tomou conhecimento deste assassinato, determinou ao coronel da PM, Antonio Carlos, comandante do batalhão sediado em Marabá, e delegado regional do Tocantins e Araguaia, que tomasse todas as providências que o caso requer, e que as penas indicadas sejam pesadas e cobradas à disposição do titular da Sepup.

As últimas horas, por determinação do coronel Antonio Carlos, seguiu para Rio Maria, uma grande diligência, composta por militares da PM, polícia civil e uma equipe do INL, tem-tudo em Marabá.



Paulo Fonteles lamenta o ocorrido e pede providências

Às 20 horas de ontem, o deputado Paulo Fonteles, em entrevista coletiva, lamentou profundamente o ocorrido com o líder sindical e disse que fazia de público um apelo às autoridades policiais, dizendo que o crime perpetrado contra Canuto é mais uma barbárie cometida pelo latifúndio contra os trabalhadores rurais. Continuando, Fonteles informou que já passou telegramas aos ministros da Justiça e da Reforma Agrária, e que estava com o governador Jader Barbalho, e que a área de terra ocupada pela fazenda Canuto, de propriedade de João Jackson Coelho e Ovídio de Oliveira, fazendeiros goianos, seja desapropriada em benefício das 50 famílias que vivem desalojadas dali, em 84, por decisão da Justiça de Marabá.

O deputado seguiu na manhã de hoje para

Rio Maria, onde acompanhará o desfecho do caso, bem como das investigações, pois presume que Canuto tenha sido morto a mando dos proprietários da fazenda Canuto.

Paulo Fonteles entregou à imprensa uma carta datada de 30 de novembro deste ano, em que João Canuto de Oliveira pede que seja transmitida ao governador do Estado, Paulo de Almeida, o comportamento do capitão da PM, comandante do pelotão de Xingú, de nome Edison. Diz a carta que este militar tem efetuado roubos de trabalhadores rurais a mando de latifundiários. E mais que ele é intransigente defensor dos latifundiários da área. Termina a carta solicitando ao governador a substituição do militar, como medida salutar, capaz de devolver a tranquilidade pública e a credibilidade perante a população de Rio Maria.

Morre matador da esposa



Depois do crime, ele deu sete facadas no seu corpo

Morreu antontem à noite, no Pronto Socorro Municipal, o capangista Bionor Neves da Silva, que residia à rua José Machado, 9, no Bengali. Ele estava internado naquela casa de saúde com sete facadas no corpo, desferidas por ele próprio.

Bionor, na semana passada, assassinou a própria esposa dele, Maria Angélica Neves, de quem estava separado. Mesmo assim, eles viviam se encontrando e quase sempre no bordel existente atrás do bar Ponta Clara, no Bengali. No dia do crime, alguns minutos antes, a mulher, após manter relações sexuais com o marido, pediu-lhe dinheiro e ele disse que não possuía no momento. A mulher então que estava com uma faca, disse que iria matá-lo. Fendendo superficialmente, entretanto, ele então tomou-lhe a arma e disse que iria ensiná-lo como se matava... e a matou.

Ocorre que após ver a mulher totalmente ensanguentada, morta, aos seus pés, Bionor ficou tomado de remorso e resolveu se matar e com a mesma faca, desferiu vários golpes no corpo.

EM AGONIA

Devido ao movimento diferente dentro do quarto do bordel, rapidamente o casal foi descoberto e Bionor conduzido para o Pronto Socorro Municipal, onde foi operado passando quase uma semana em agonia permanente, com os ferimentos graves, vindo a falecer antontem à noite.

O cadáver foi removido para o IML e a Polícia da Marabá vai encerrar o processo aberto para apurar o caso. Não há culpado a priori.

Maguila bebeu e esfaqueou um

Foi aberto inquérito na Delegacia do Juruá, e a Polícia está procurando para prender o elemento conhecido por "Maguila", que reside à passagem Gurupi, naquele bairro. Ele é acusado de ter aplicado cinco facadas em Antonio Wanderlei Pantiga, de 42 anos, durante um desentendimento e bebedeira no bairro.

Ontem, uma irmã da vítima informou à Polícia que Antonio estava em estado grave no Pronto Socorro Municipal, onde o internaram logo após a cena de sangue e que já havia sido operado mas passava mal.

O criminoso fugiu logo após o delito. Mas um assalto ocorreu ontem na orla marítima do rio Guamá, mas pertencente na rua Parícuti à beira-mar. Manoel de Jesus Rodrigues Cardoso, de 34 anos, residente à travessa de Breves, 1819, foi atacado por cinco bandidos armados de cano de ferro e facas. Tomaram cerca de 90 mil cruzeiros da vítima além de agredir a socos e pontapés, deixando-o completamente equimotado.

Manoel foi até a Delegacia do Juruá, registrar o caso ficando a Polícia de investigar. Os assaltos na orla marítima estão causando de um maior poder de repressão policial uma vez que diariamente as queixas sobre homicídios do Juruá, e este mesmo homicídio recentemente ocorreu na orla marítima em decorrência da falta de policiamento.

Morte do guarda sem solução

O assassinato do guarda de segurança de Niterói, Raimundo Faleiro, liquidado em frente ao depósito do Bradesco, na rua Dr. Moraes, bairro de Batista Campos, está ainda sem uma solução em termos de investigações e abertura de inquérito policial.

Ontem, após tomarem conhecimento da fuga do principal suspeito do crime, o marginal "Culú", policiais do Juruá comentaram que o inquérito não deverá ser aberto, pois o crime não se enquadra de sua jurisdição. Pode ser ou da Delegacia da Cremação ou do Distrito Central. Nessas duas unidades policiais, os comentários eram de que desconheciam tudo sobre o caso e esperavam que familiares da vítima fizessem um registro. Na verdade esse registro já foi feito na Delegacia do Juruá, no dia do crime por um dos parentes de Niterói.

Com tanto conflito de jurisdição, a

solução na opinião de um policial será transferir o caso, ou então iniciar os trabalhos pela Divisão de Homicídios, pois ali, não existe o problema de jurisdição. Ela age sobre toda a cidade e até mesmo o Estado.

A FUGA DE CULÚ

Os comentários ontem na Corregedoria era de que seria aberta uma sindicância para apurar responsabilidade na fuga do assaltante.

Ele, mesmo ferido, com um tiro no umbigo, saiu à tarde de antontem pelo portão central do hospital do PSM, no horário de visitas, justamente em período de grande movimento, com todos os policiais tanto civis como do Batam, ali presentes, de plantão, e ninguém, estranhamente viu o marginal sair e certamente sua saída, deslocando-se com dificuldade, chamava a atenção de alguém.

Tocaiaram o pescador



Aureliano passa mal

O pescador Aureliano da Silva Flor, de 55 anos, residente em Viseu, ontem pela manhã deu entrada no PSM. Antontem à noite, ao sair para pescaria foi tocado e atingido a bala pelo elemento conhecido por Jaime Pili, que pertence a uma família de pistoleiros e era capanga do finado gatilheiro Quintino.

Aureliano está passando muito mal no PSM, onde já foi operado. Seus familiares informaram ontem que a família do acusado do balacamento é toda de pistoleiros e inclusive um irmão de Jaime já matou um homem que se encontrava internado em um hospital em Viseu, invadindo o prédio e cometendo o crime barbaramente.

Informaram também que na Delegacia de Viseu só existem dois soldados e que tem esses pistoleiros, justamente porque são

Nos anos de 1980, os assassinatos de sindicalistas estampavam as páginas de jornais.

A luta pela terra manchava de sangue o território paraense.



ACERVO / ABAP

Paulo Fonteles, o “advogado do mato”, foi assassinado à luz do dia, na rodovia BR-316, Região Metropolitana de Belém.

ser comprovada com a gravação do seu discurso em praça pública, indicando responsáveis pelo problema das terras entre grileiros articulados com a polícia e o fato de Fernandes ter sido enganado por terceiros para fazer a acusação.

O caso Cidapar foi ainda bem mais significativo. O discurso do deputado pedessista Eloy Santos (PDS), na tribuna da Assembleia Legislativa, teve como objetivo atingir Fonteles, Monteiro e o governador Jader Barbalho, não poucas vezes acusados de serem estimuladores da invasão de propriedades rurais e dos posseiros. A fala gerou grande tensão e Paulo Fonteles reagiu ao discurso de forma incisiva, afirmando que o adversário político era um contumaz detrator da “honra alheia”. O líder peemedebista, Romero Ximenes, manifestou-se em favor de Fonteles. Foi então que Eloy partiu em direção a esse último chamando-o para um embate físico, o que gerou a intervenção de Lucival Barbalho, que interrompeu a

sessão. Retornando à tribuna, Ximenes solidarizou-se com Fonteles, defendeu o governador, o procurador-geral e a Defensoria Pública, acusando Eloy de “terrorismo malufista” e culpando a Cidapar pelos conflitos na área de Viseu.

A empresa Cidapar realizou a montagem de um projeto agroindustrial na região de Viseu, divisa entre o Pará e o Maranhão. No processo de implantação, adquiriu cinco cartas de sesmaria, que nunca haviam sido demarcadas no Estado do Maranhão. Munida dessas cartas, a empresa ingressou com uma ação demarcatória, na comarca de Viseu, na qual reivindicava mais de 380.000 hectares de terra, tendo conseguido uma sentença em seu favor. Na área havia cerca de 10 mil famílias.

A partir da decisão judicial, a Cidapar conseguiu grande quantidade de recursos para o financiamento do projeto. Porém, logo depois, a empresa faliu e as terras foram levadas a hasta pública e adquiridas

pelos órgãos que haviam financiado a empresa, entre eles o Banco Denana de Investimentos, que passou as terras para outras empresas, como a Propará, de Joaquim Oliveira, o Banco Real, a Bangu, entre outras.

O governo do Pará, na gestão de Alacid Nunes, descobriu que as documentações das sesmarias haviam sido forjadas. Tratava-se, portanto, de um caso de grilagem. O governo tomou imediatas providências para anular a sentença, que importava a devolução da grande porção de terras públicas ao Estado. Outros órgãos também se habilitariam no processo, como Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Funai (Fundação Nacional do Índio), porque as documentações falsificadas incorporavam também áreas federais e da aldeia indígena Tembés. O Tribunal Federal de Recursos logo anulou três dos cinco processos demarcatórios.

Em 1988, promulgou-se a Constituição Federal que restaurou a democracia. O texto constitucional trazia, como princípio basilar, a função social da terra.

Havia ainda de ser resolvida a questão social. A Cidapar-Propará tentou se apoderar de uma área na qual estavam situados 36 povoados com uma população de aproximadamente 40 mil pessoas, em sua maioria agricultores que possuíam uma relação estreita com as terras, muitos desde o seu nascimento. A principal liderança do povo na região, o lavrador “Zé Piau” foi assassinado em 1981 por três pistoleiros dentro da sua casa. Daí em diante, muitos moradores da região estiveram em Belém clamando por paz social. Chegaram a ter audiências na Assembleia Legislativa, bem como com os governadores Alacid Nunes e Jader Barbalho. No entanto, as ações violentas patrocinadas pela Cidapar-Propará tornaram-se constantes em relação aos trabalhadores, enquanto o processo judicial se estendia nos tribunais. Entre a população, surgiram novos líderes da reação aos pistoleiros, como Quintino e Abel.

O governador Jader Barbalho ainda tentou uma negociação conciliatória, que incluía a proposta do reconhecimento dos documentos falsificados como legais e os territórios passíveis de serem demarcados, ressaltando-se, no entanto, as áreas de posse e propriedade dos lavradores. A proposta recebeu, entretanto, a negativa do presidente da empresa. Jader então levou a questão ao conhecimento do ministro dos Assuntos Fundiários, Danilo Venturini. Porém, ao que tudo indica, segundo os jornais da época, o governo federal somente interviria após a prisão do líder Quintino.

A visão de Fonteles sobre a questão, pronunciada nos jornais de 1984, era de esperança em relação ao fim da tensão e a construção de uma “paz na planície” da fronteira Pará-Maranhão. Isso porque o deputado considerava a derrota do PDS na eleição indireta para presidente da República, quando Paulo Maluf perdeu no Colégio Eleitoral para Tancredo Neves (PMDB), o fim da ditadura, como sinais de novos tempos, sem, todavia, deixar de citar aquele período como gerador do “monstro da crise agrária e agrícola e industrial, a educacional, e previdenciária”. Fonteles disparou: “O sustentáculo do latifúndio e dessas empresas criminosas está caindo de podre, afogado na corrupção e na incompetência”. Mas não era o fim e o próprio deputado seria vítima do “monstro”.

Em 1986, Fonteles, que então cumpria o fim do mandato de deputado estadual, disputou as eleições para a Câmara Federal, mas não foi eleito. Era um momento oportuno para o ataque de seus opositores, pois o “advogado do mato” estava sem a proteção atinente ao cargo, a partir de março de 1987. O assassinato do parlamentar era questão de tempo.

O jornalista Lúcio Flávio Pinto acompanhou o conflito da Cidapar e coletou informações importantes sobre a morte de Paulo Fonteles. Ele escreveu que dois homens se hospedaram no hotel Milano, região central de Belém, e dali teriam estruturado um plano de execução do já ex-parlamentar, até que os outros dois homens chegassem para executá-lo. Esclarece o jornalista que foi uma “articulação demorada” e que contou com o retorno ao Pará de James Sylvio Vita Lopes e que exerceria sua mais destacada função: “resolver problemas de terras enfrentados por proprietários”.

Vita Lopes atuou como gerente no conflito Cidapar e foram creditadas a ele muitas mortes. Sua



Câmara dos Deputados festeja a Constituição Cidadã, o ponto de partida para a restauração da democracia plena no Brasil depois dos 21 anos de ditadura militar.

ação organizada, com homens fortemente armados e bem aparelhados, traduziu-se na alcunha de “capitão James”, tendo, inclusive, feito frente a Quintino. A independência de suas ações, os vínculos de compromisso, além das pressões do governo, fizeram, entretanto, com que ele fosse dispensado, tendo, por essa razão, retornado para São Paulo.

Na volta ao Pará, James articulou contatos, estabeleceu firma própria de segurança e realizou encontros com os “homens de cobertura” do assassinato de Paulo Fonteles, sem, contudo, aproximar-se dos executores diretos. Fonteles foi executado com três tiros, em 11 de junho de 1987, nas dependências do posto Marechal IV, rodovia BR-316, na saída de Belém. Os dois articuladores do Milano, após a execução, fugiram do Pará, enquanto os executores se esconderam na sede da empresa de Vita Lopes, este já em sítio paulistano. A morte de Fonteles gerou grande comoção e ensejou cobranças por investigações.

Em 1988, promulgou-se a Constituição Federal que legalmente restaurou a democracia após a ditadura militar (1964-1985). Essa afirmação política do sistema democrático não deixava de ser observada com otimismo por alguns, ao mesmo tempo em que ainda era possível perceber marcas profundas deixadas pelos anos finais do período dos generais presidentes.

O texto constitucional trazia, como princípio basilar, a função social da terra. O artigo 184 da Constituição estabeleceu a competência do governo federal para a desapropriação de terras para fins de reforma agrária que não cumprissem a função social. Essa função, conforme o art. 186, é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;



O deputado estadual João Batista, defensor público, foi assassinado a tiros no exercício do mandato, em 1988, em área central de Belém.

A promulgação da Constituição ocorreu em outubro de 1988. Em dezembro, no dia 6, foi assassinado o advogado João Carlos Batista (PSB), em pleno exercício de seu mandato de deputado estadual.

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Apesar da visão de que o direito à propriedade da terra agora deveria considerar também a coletividade, não se pode dizer que houve um refreio na questão agrária no Pará. A promulgação da Constituição ocorreu em

outubro de 1988 e, logo em dezembro, no dia 6, foi assassinado o advogado João Carlos Batista (PSB), em pleno exercício de seu mandato de deputado estadual. Era impossível não associar a morte de Batista com a de Fonteles, menos de um ano e meio antes. Ele era defensor dos posseiros e acusado de mandar invadir terras para forçar a divisão aos mais necessitados. Chegou a sofrer três atentados e estava na lista dos “marcados para morrer”. Em diversos momentos da vida política, João Batista usou a tribuna como arma, denunciando pistoleiros que rondavam o seu apartamento, espancamentos de posseiros, prisões ilegais, alegando sempre a culpabilidade da União Democrática Ruralista (UDR) e dos grandes proprietários.

Falas exaltadas e manifestações de representantes da sociedade ligados ao movimento dos sem-terra e de diversas lideranças de partidos políticos progressistas marcaram a saída do cortejo com o corpo de João Batista do Palácio da Cabanagem, sede do Poder Legislativo,



Deputado João Batista e o “gatilheiro” Quintino em manifestação no interior do Pará: mortes anunciadas.

em direção ao cemitério de Santa Izabel. O sentimento geral era de consternação pela morte, mas também de conclamação a uma resposta firme aos atentados ocorridos. Foram assassinados Gabriel Pimenta (1982), Paulo Fonteles (1987) e João Carlos Batista (1988), três advogados de linha de frente no debate sobre questões sociais, que defendiam posseiros e combateram, com veemência, os grandes proprietários de terra e grileiros.

Benedicto Monteiro escreveu e publicou no jornal *O Liberal*, de Belém, um alerta geral para o mundo: “A violência no campo brasileiro hasteou a bandeira sangrenta de um povo que clamava pela preservação da Amazônia e pela reforma agrária”. Era 1º de janeiro de 1989.

O Movimento dos Sem-Terra (MST), organizado desde 1984, estabeleceu seu campo de atuação no Pará a partir de 1989. Em 1990 ocorreu a primeira ocupação, no município de Conceição do Araguaia, quando aproximadamente cem famílias ocuparam a fazenda Ingá. Foi nessa área que os sem-terra conseguiram,

em 1992, implantar o seu primeiro assentamento. Outras lutas vinham sendo encampadas pelo movimento, tal como a ocupação da fazenda Caranana, no mesmo município, área conquistada em 1993.

Ainda no início da década de 1990, os sem-terra intensificaram sua atuação na microrregião de Marabá, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Naquele momento, havia a compreensão, pelos órgãos de segurança, de que o movimento era composto por guerrilheiros que promoviam invasões de terras e representavam um enorme perigo social.

O MST continuou a formar grupos de famílias e organizar novos assentamentos. Entre elas, havia o desejo de ocupação da fazenda Macaxeira, no município de Eldorado dos Carajás. Os sem-terra ocuparam-na e organizaram uma resistência. Nesse momento, iniciou-se um processo de negociação com o Incra, que queria assentá-los em outra área, em Tucuruí. Os sem-terra não acataram a proposta.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ 40 ANOS

Chacina ecoa no Parlamento Europeu

As denúncias da Chacina de Eldorado podem chegar ao Parlamento Europeu. Um grupo de cidadãos de pequena entidade ambiental, sobre o qual se criou uma comissão presidida por Francisco Mitterrand, Daniel Mitterrand, filha do presidente francês, viajou à Europa, com o intuito de visitar a Comissão Europeia, em Bruxelas, e apresentar ao Conselho de Estado, em Paris, os resultados de sua pesquisa.

Representando suas organizações, foram parte da delegação: o deputado do Movimento Sem Terra, Milton Carlos Mendes, de direção regional, Francisco Elias Araújo e Daniel Alves, diretor nacional de coordenação da Confederação Nacional dos Organismos Cooperativos Via Campesina, Paulo Nicoloso, o secretário-geral da Direção Nacional do PT, Geraldo Fontes, o presidente do Conselho Nacional do PT, Valdir Zanetti, e o deputado federal, do PT, e Valdir Viana, do Mato Grosso.

Em viagem ao Chile, na manhã da segunda-feira, o governador paranaense, Aécio Neves, na

resposta indígena, onde o Estado tem a ver com a visita aos índios Carajás. "Lá, estamos em contato com a comunidade indígena, em Eldorado do Carajás", afirma o deputado. Além disso, qual foi a respeito da grande da fundação, a comissão tem a intenção de fazer um relatório sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais e políticos em Eldorado do Carajás.

Além disso, a comissão também vai fazer um relatório sobre a situação dos trabalhadores rurais e políticos em Eldorado do Carajás. A comissão também vai fazer um relatório sobre a situação dos trabalhadores rurais e políticos em Eldorado do Carajás.

Além disso, a comissão também vai fazer um relatório sobre a situação dos trabalhadores rurais e políticos em Eldorado do Carajás.



"Os trabalhadores da Chacina de Eldorado" diz o cartaz erguido por um ativista do Eldorado.

partir que Eldorado se encontra entre o Decreto 1.771, de 1994, que possibilita a compra de terras indígenas no Brasil, e a principal medida do presidente da Fundação Francisco de Assis, em 1995.

Após visitar o Brasil, Daniel Mitterrand, filho do presidente francês, viajou à Europa, com o intuito de visitar a Comissão Europeia, em Bruxelas, e apresentar ao Conselho de Estado, em Paris, os resultados de sua pesquisa.

Possível novo conflito. O deputado Marcelino Dias (PSDB) denunciou na Câmara dos Deputados a situação de violência em Eldorado do Carajás. Ele afirmou que recebeu um relatório da Associação Rural de Eldorado do Carajás, que denunciava a situação de violência em Eldorado do Carajás. Ele afirmou que recebeu um relatório da Associação Rural de Eldorado do Carajás, que denunciava a situação de violência em Eldorado do Carajás.

Dossiê aponta como culpados o governador e os coronéis Fabiano e Padua

SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS

Cadastro único é arma contra sonegador

A criação de um cadastro único de impostos no Brasil é a solução para o problema de sonegação de impostos no Brasil. O governador paranaense, Aécio Neves, na manhã da segunda-feira, o governador paranaense, Aécio Neves, na

resposta indígena, onde o Estado tem a ver com a visita aos índios Carajás. "Lá, estamos em contato com a comunidade indígena, em Eldorado do Carajás", afirma o deputado. Além disso, qual foi a respeito da grande da fundação, a comissão tem a intenção de fazer um relatório sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais e políticos em Eldorado do Carajás.

Além disso, a comissão também vai fazer um relatório sobre a situação dos trabalhadores rurais e políticos em Eldorado do Carajás. A comissão também vai fazer um relatório sobre a situação dos trabalhadores rurais e políticos em Eldorado do Carajás.

Além disso, a comissão também vai fazer um relatório sobre a situação dos trabalhadores rurais e políticos em Eldorado do Carajás. A comissão também vai fazer um relatório sobre a situação dos trabalhadores rurais e políticos em Eldorado do Carajás.

Legalização do uso de drogas domina forum

A legalização do uso de drogas, como tema das principais sessões do encontro no Brasil, foi o assunto mais discutido no fórum. O governador paranaense, Aécio Neves, na manhã da segunda-feira, o governador paranaense, Aécio Neves, na

Eldorado dos Carajás: morte de 19 sem-terra em confronto com a Polícia Militar expôs a violência em território paraense para o mundo.

solução para o assentamento dos sem-terra. afirmou, ainda, que o próprio movimento possuía uma parcela de culpa, pois, segundo ele, todos os esforços haviam sido feitos para a desapropriação ou mesmo a compra da fazenda Macaxeira, mas que, diante da impossibilidade, os sem-terra só demonstraram "intolerância, a radicalização, a sectarização da liderança desse movimento".

Como reparação pelas mortes, no âmbito da Justiça, o governador determinou a abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM), além de um congênere na esfera civil, com acompanhamento do Ministério Público e também de representantes da sociedade. Entre as ações imediatas, o Estado autorizou o auxílio médico aos feridos (logo nos dias subsequentes ao confronto muitos não queriam ir para os hospitais, pois ainda pairava o medo, em particular as lideranças, bem como as denúncias de não atendimento adequado), o enterro digno dos mortos, assistência às famílias, além da concessão de indenizações aos parentes enlutados, em particular às viúvas. A Defensoria Pública do Es-

tado do Pará atuou na base dessas ações. Teve papel importante na localização e identificação de familiares e das viúvas e prestou a assistência jurídica. A DPE ajuizou "as ações competentes para reconhecimento de seus direitos e para o recebimento de pensão do Estado, em compensação pelos prejuízos sofridos".

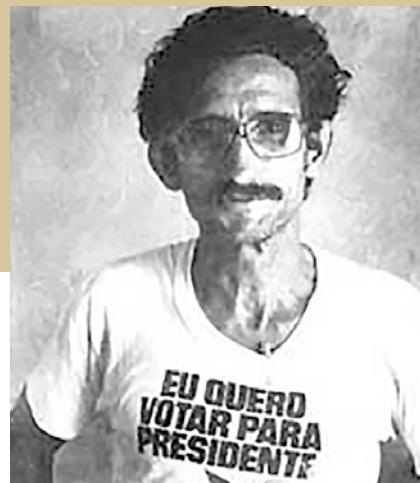
A violência do episódio de Eldorado dos Carajás concorreu para mudanças significativas dentro e fora do Estado do Pará. A Política Militar do Estado do Pará passou a formar quadros que estivessem preparados para lidar com situações de negociação. Foram formuladas políticas de atuação estratégica, em particular em áreas de conflito, para evitar, ao máximo, o confronto direto. Na esfera federal, o governo decidiu, entre outras ações, pela criação de um Ministério Extraordinário de Reforma Agrária, que gerenciaria também o Inca. Dessa forma acabava-se, pelo menos essa era a proposta, com a burocracia nas desapropriações e nos assentamentos dos sem-terra.

Mortes anunciadas

OS CRIMES QUE ENTRARAM PARA A HISTÓRIA



ACERVO / ABRAPÓ



ACERVO / BLOG PAULO FONTELES FILHO



ACERVO / BLOG PAULO FONTELES FILHO

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



1982

Mineiro, 26 anos, **Gabriel Pimenta** foi assassinado às 22h30 do dia 18 de julho de 1982, em Marabá, no sudeste do Pará. Ele havia acabado de se formar em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e aceitou convite da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para advogar para os movimentos sociais do campo. Como advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, atuou no conflito da área conhecida como Pau Seco.

1985

Em 18 de dezembro de 1985, o líder camponês e sindicalista **João Canuto de Oliveira** foi executado com 12 tiros disparados por pistoleiros a mando de latifundiários, em Rio Maria, no sul do Pará. Canuto era uma das principais lideranças na defesa da reforma agrária. O crime segue impune. Em 1998, o Brasil foi condenado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) pelo assassinato do sindicalista.

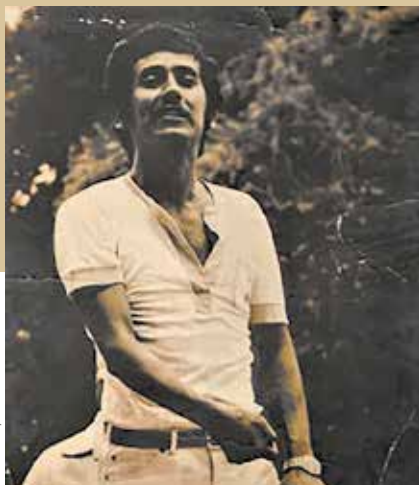
1985

Em 4 de janeiro de 1985, **José Quintino de Oliveira, o Quintino Gatilheiro**, foi assassinado com dois tiros de fuzil por uma tropa de policiais militares. Isso ocorreu após os policiais cercarem a casa onde ele estava, na localidade de Vila Nova, região do Piriá, nordeste do Pará. Quintino enfrentou a invasão de terras na região do Guamá. Ele nasceu no Ceará, em localização incerta. Mudou-se para o Pará em 1958.



1987

Em 11 de junho de 1987, o advogado e ex-deputado estadual **Paulo Fonteles**, conhecido como “o advogado do mato”, sofreu uma emboscada e foi morto durante o dia, em área movimentada, com três tiros na cabeça em um posto de combustíveis na rodovia BR-316, no município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém. O crime gerou comoção e cobrança por investigações, tanto dos executores quanto dos mandantes do crime. Fonteles tinha 38 anos e era filiado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Até hoje o caso não foi completamente elucidado.



1988

Em 6 de dezembro de 1988, o deputado estadual **João Batista**, de 36 anos, foi assassinado em frente à casa dele, no centro de Belém, diante da esposa e dos três filhos pequenos. João Batista era conhecido por sua atuação em defesa da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais. Ele sofreu três atentados a bala antes de sua morte, mas nunca abandonou sua militância. O crime permanece impune. A União Democrática Ruralista (UDR) foi responsabilizada.



1991

Considerado sucessor de João Canuto, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (PA), **Expedito Ribeiro de Souza**, foi assassinado em 2 de fevereiro de 1991, em Rio Maria. O fazendeiro Jerônimo Alves do Amorim foi condenado a 19 anos e seis meses de prisão por ter sido o mandante. O pistoleiro José Serafim Sales, o “Barreirito”, condenado a 25 anos de prisão pela execução de Expedito, fugiu da cadeia e foi preso em Boston, nos Estados Unidos, numa comunidade de brasileiros.

Tribunal da OEA condena o Brasil

SENTENÇA APONTA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS
HUMANOS NO CASO GABRIEL PIMENTA

40anos

HISTÓRIA DA
**DEFENSORIA
PÚBLICA**
DO ESTADO
DO PARÁ



Em 4 de outubro de 2022, o assassinato do advogado e defensor de trabalhadores rurais Gabriel Sales Pimenta ganhou repercussão internacional. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) responsabilizou o Brasil por violação de direitos humanos no caso.

O tribunal considerou que, ao se omitir de cumprir sua obrigação de investigar, processar e punir os autores do crime, o Estado brasileiro violou os direitos às garantias judiciais, à proteção judicial, à verdade e à integridade pessoal, previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos.

Na década de 1980, Pimenta foi um dos primeiros advogados a residir em Marabá, município marcado por violentos conflitos agrários no sudeste do

Pará. Ele atuava nos movimentos sociais na região de Pau Seco, sendo representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em 18 de julho de 1982, ao sair de um bar conhecido como “Bacaba”, em Marabá, na companhia de alguns conhecidos, Gabriel Pimenta foi morto com três tiros nas costas, à queima-roupa, por um homem que saiu de um veículo e fugiu logo em seguida. As investigações do caso se iniciaram no dia seguinte, mas negligência e omissões no decorrer do processo judicial levaram à impunidade, evidenciando as “graves falências do Estado”, que resultaram na prescrição do processo, 24 anos após a morte de Gabriel. Com isso, até o momento, não foram esclarecidas as circunstâncias do crime.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS***CASO SALES PIMENTA VS. BRASIL****SENTENÇA DE 30 DE JUNHO DE 2022**
(Exceções preliminares, Mérito, Reparações e Custas)**RESUMO OFICIAL EMITIDO PELA CORTE INTERAMERICANA**

Em 30 de junho de 2022, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante, “a Corte Interamericana”, “a Corte” ou “o Tribunal”) proferiu Sentença mediante a qual declarou a República Federativa do Brasil (doravante, “o Estado”, “o Estado do Brasil”, ou “o Brasil”) internacionalmente responsável pela violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial e ao direito à verdade, contidos nos artigos 8.1 e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (doravante, “a Convenção Americana” ou “a Convenção”), em relação à obrigação de respeito e garantia dos direitos, estabelecida no artigo 1.1 do mesmo instrumento, em prejuízo a Geraldo Gomes Pimenta, Maria da Glória Sales Pimenta, Sérgio Sales Pimenta, Marcos Sales Pimenta, José Sales Pimenta, Rafael Sales Pimenta, André Sales Pimenta e Daniel Sales Pimenta. Isto, como consequência das graves falências do Estado na investigação sobre a morte violenta de Gabriel Sales Pimenta, as quais implicaram o descumprimento do dever de devida diligência reforçada para investigar crimes cometidos contra pessoas defensoras de direitos humanos, bem como a vulneração flagrante da garantia do prazo razoável e a situação de absoluta impunidade em que se encontra o referido homicídio até a atualidade.

Ademais, o Tribunal declarou o Estado responsável pela violação do direito à integridade pessoal, reconhecido pelo artigo 5.1 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em prejuízo às vítimas supra referidas.

I. Fatos**A. Contexto de violência e impunidade relacionado à luta pela terra no Brasil**

O Brasil possui um extenso território com grande capacidade produtiva e de assentamento social, que, desde o período colonial, vivenciou uma distribuição desequilibrada da propriedade.

Desde a década de 1960, há registros de distintos conflitos agrários que resultaram em mortes

* Integrada pelas seguintes juízas e juízes: Ricardo C. Pérez Manrique, Presidente; Humberto Antonio Sierra Porto, Vice-Presidente; Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot, Juiz; Nancy López, Juíza; Verónica Gómez, Juíza; e Patricia Pérez Goldberg, Juíza. Presentes, ademais, o Secretário, Pablo Saavedra Alessandri, e a Secretária Adjunta, Romina I. Sijniensky. O Juiz Rodrigo Mudrovitsch, de nacionalidade brasileira, não participou da tramitação do presente caso e tampouco da deliberação e assinatura desta Sentença, conforme o disposto nos artigos 19.1 e 19.2 do Regulamento da Corte.

violentas de trabalhadores(as) rurais e seus defensores(as). Com efeito, de 1961 a 1988, foram mortos 75 sindicalistas, 14 advogadas/os, 7 pessoas religiosas, 463 líderes de lutas coletivas, entre outros, no Brasil. O Estado do Pará, durante o período de 1961 a 1988, foi o líder no ranking de mortes e desaparecimentos, com 772 entre 1971 e 2004, dos quais, respectivamente, 239 e 574 ocorreram no Sul daquele estado. O Pará foi destacado por alguns organismos e organizações internacionais pelos conflitos constantes e violentos relacionados à luta pela terra, que resultaram na morte de centenas de trabalhadores rurais, líderes sindicais, advogados e defensores de direitos humanos.

Entre 1964 e 1998, dos 703 casos de trabalhadores rurais vítimas de homicídio, 5,26% foram julgados. Por outro lado, entre 1985 e 2013, de 428 casos de homicídios relacionados a conflitos no campo, 21 casos foram levados a julgamento, resultando na condenação de 12 autores intelectuais e 17 autores materiais. Quanto ao município de Marabá, no Estado do Pará, onde ocorreu a morte de Gabriel Sales Pimenta, a taxa de impunidade foi de 100% entre 1975 e 2005.

B. Sobre Gabriel Sales Pimenta e seu trabalho como defensor de direitos humanos de trabalhadores rurais

Gabriel Sales Pimenta era um jovem de 27 anos ao momento de sua morte. Era oriundo do município de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, e formou-se em Direito pela Universidade Federal desse município. Em 1980 se incorporou como advogado do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marabá (doravante denominado "STR"), no Estado do Pará. O senhor Sales Pimenta foi um dos primeiros advogados a residir em Marabá. Além disso, foi representante da Comissão Pastoral da Terra, por meio da qual ofereceu assessoria jurídica a trabalhadores rurais, foi fundador da Associação Nacional de Advogados dos Trabalhadores na Agricultura e participou ativamente de movimentos sociais na região e em outras esferas. Em seu exercício como advogado da STR atuou na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

Desde ao menos 1973, partes de Pau Seco que haviam sido incorporadas ao patrimônio da União, eram habitadas e cultivadas por trabalhadores rurais "posseiros" e suas famílias. Em 1980, M.C.N. e J.P.N. alegaram ter adquirido o domínio útil de Pau Seco, onde começaram a explorar a madeira existente na região, o que gerou um conflito com os referidos trabalhadores rurais. Em outubro de 1981, em vista da ação de reintegração da posse iniciada por M.C.N. e J.P.N., foi expedida uma liminar de reintegração de posse, de modo que a polícia militar procedeu com o despejo dos trabalhadores rurais. Diante dessa ação, em 20 de novembro de 1981 Gabriel Sales Pimenta, como advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, interpôs um mandado de segurança[†] perante o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e solicitou a revogação da liminar de reintegração de posse que havia gerado o despejo. Esse mandado de segurança foi concedido, de modo que, em 21 de dezembro de 1981, ordenou-se ao oficial de justiça que se dirigisse à região do conflito "para garantir a permanência" dos trabalhadores rurais.

Segundo declarações, em 1982, Gabriel Sales Pimenta teria denunciado à Secretaria de Segurança Pública em Belém, na capital do Estado do Pará, ameaças e homicídios de trabalhadores rurais em Pau Seco em três ocasiões. A última denúncia foi realizada em junho de 1982. Por outro lado, as ameaças contra Gabriel Sales Pimenta tiveram início ao menos em dezembro de 1981, após o êxito em reverter o despejo dos trabalhadores rurais da região de Pau Seco.

[†] Consiste em uma ação prevista na Constituição da República Federativa do Brasil, cujo objetivo é proteger um direito certo que foi violado por um ato ilegal ou abusivo de uma autoridade pública ou de um agente de uma pessoa jurídica em exercício de atribuições do Poder Público. Cf. Artigo 5, LXIX, da Constituição brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

C. A morte de Gabriel Sales Pimenta e a investigação policial

Em 18 de julho de 1982, Gabriel Sales Pimenta dirigiu-se ao bar conhecido como “Bacaba”, na cidade de Marabá, na companhia de alguns conhecidos. Aproximadamente às 22:30 horas, Gabriel Sales Pimenta, Edson Rodrigues Guimarães e Neuzila Cerqueira Guimarães saíram juntos do bar. Quando os três haviam percorrido entre 30 a 35 metros em direção ao veículo de uma amiga, passaram ao lado de um automóvel marca Volkswagen, tipo Fusca, de cor bege, que se encontrava estacionado. Um homem saiu do veículo e disparou três vezes contra o senhor Sales Pimenta, que morreu de maneira instantânea. O homem posteriormente teria fugido no mesmo veículo. Segundo a declaração de uma testemunha, no veículo se encontravam outros dois homens.

A investigação policial teve início no dia seguinte. Em 22 de julho de 1982 o Delegado da Divisão de Delitos contra a Pessoa, que era responsável pela investigação policial, identificou a M.C.N. e J.P.N. como os supostos autores do homicídio de Gabriel Sales Pimenta. Posteriormente, em relatório de 8 de setembro de 1982, acrescentou C.O.S. à lista de acusados.

D. Fatos autônomos ocorridos no âmbito do processo penal com posterioridade a 10 de dezembro de 1998 (data de reconhecimento da competência contenciosa da Corte por parte do Brasil) e medidas adicionais realizadas pelos familiares do senhor Sales Pimenta

Em 19 de agosto de 1983, o Ministério Público apresentou denúncia penal contra M.C.N., J.P.N. e C.O.S. como autores do delito de homicídio qualificado, perante a Juíza de Direito da Comarca de Marabá. A denúncia foi recebida em 23 de agosto de 1983.

Em novembro de 1999, o Ministério Público solicitou a extinção da responsabilidade penal do acusado J.P.N. devido a sua morte, o que foi decretado pelo Juiz em exercício, juntamente com a improcedência da denúncia contra C.O.S., por falta de provas. Assim, declarou o senhor M.C.N. como o único acusado. Entre janeiro e maio de 2001, M.C.N. foi intimado três vezes para que tomasse conhecimento da sentença de pronúncia, a qual transitou em julgado em 7 de janeiro de 2002.

Programou-se o julgamento perante o Tribunal do Júri para 23 de maio de 2002. Duas testemunhas não foram localizadas, entre elas, a testemunha ocular Luzia Batista, quem, segundo manifestou seu vizinho, teria falecido. O julgamento programado não foi realizado pois o acusado M.C.N. não foi localizado. A esse respeito, sua ex-esposa informou que o senhor M.C.N. vivia em São Paulo. Nesse mesmo dia, foi expedida uma ordem de prisão preventiva, entretanto, não foi remetida às autoridades de São Paulo.

Em 20 de fevereiro de 2004, o caso foi remetido à Vara Agrária, uma vez que a Vara Criminal determinou que não tinha competência porque o delito teria uma motivação de natureza agrária. Em fevereiro de 2005, o Tribunal de Justiça do Pará determinou que a Vara Agrária não tinha competência no âmbito criminal. Em 28 de julho de 2005, os autos foram devolvidos à Vara Criminal. Quando o processo retornou à Vara Criminal, foi agendada nova sessão de julgamento; entretanto, não pode ser realizada porque o acusado não compareceu. O juiz, então, ordenou a suspensão da sessão até que fosse localizado e ordenou a emissão de ordens de prisão dirigidas a todos os estados do Brasil. Em 6 de março de 2006, M.C.N. comunicou seu domicílio em Brumado, Bahia. Em 3 de abril de 2006, a Polícia Federal conseguiu cumprir a ordem de prisão preventiva. Assim, foi fixado o dia 27 de abril de 2006 como a data para o julgamento. Em 10 de abril de 2006, os advogados do acusado impetraram um habeas corpus

perante o Tribunal de Justiça do Pará, a fim de solicitar a decretação de prisão domiciliar ou a extinção da responsabilidade penal com base na prescrição. O Ministério Público também se manifestou a favor da decretação da prescrição. Em 2 de maio de 2006, o pedido de extinção da responsabilidade penal foi denegado pelo Juiz de primeira instância da Vara Criminal de Marabá. Em 8 de maio de 2006, as Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Pará proferiram uma decisão contrária e declararam extinta a punibilidade do crime.

Em junho de 2007, Rafael Sales Pimenta, irmão de Gabriel Sales Pimenta, apresentou uma reclamação por excesso de prazo no processo penal, perante o Conselho Nacional de Justiça, alegando a morosidade em sua tramitação. Em setembro de 2008, a reclamação foi arquivada por considerar-se que havia perdido o seu objeto, já que o processo penal havia sido extinto por prescrição.

Por outro lado, em novembro de 2007, a mãe de Gabriel Sales Pimenta, Maria da Glória Sales Pimenta, ajuizou uma demanda de indenização contra o Estado do Pará por danos morais resultantes do atraso na tramitação do processo penal e da conseguinte impunidade do homicídio de seu filho. Em outubro de 2011, a Terceira Vara Cível da Comarca de Marabá considerou que a demanda era procedente e condenou o Estado do Pará a pagar uma indenização de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) a favor de Maria da Glória Sales Pimenta. Em junho de 2016, ao examinar a apelação interposta pelo Estado do Pará, o Tribunal de Justiça admitiu o recurso e determinou a exclusão da responsabilidade estatal e denegou o pagamento da indenização. Após distintos recursos infrutíferos interpostos pelos familiares de Gabriel Sales Pimenta, em junho de 2021, a Primeira Câmara do Superior Tribunal de Justiça negou o último recurso.

II. Mérito

a. Direitos às garantias judiciais e à proteção judicial

A Corte recordou que, em casos de atentados contra pessoas defensoras de direitos humanos, os Estados têm o dever de investigar as violações cometidas contra essas pessoas de maneira séria e efetiva, combater a impunidade e assegurar uma justiça imparcial, oportuna e de ofício, que implique na busca exaustiva de qualquer informação para elaborar e levar a cabo uma investigação que conduza à devida análise das hipóteses de autoria, por ação ou por omissão, em diferentes níveis, explorando todas as linhas investigativas pertinentes para identificar os autores. Em consequência, diante de indícios ou alegações de que determinado fato contra uma pessoa defensora de direitos humanos pode ter como motivação justamente o seu trabalho de defesa e promoção dos direitos humanos, as autoridades investigadoras devem tomar em consideração o contexto dos fatos e suas atividades para identificar os interesses que poderiam ter sido afetados no exercício das mesmas, para estabelecer e esgotar as linhas de investigação que levem em consideração o seu trabalho, determinar a hipótese do delito e identificar os autores.

Em razão do papel fundamental que desempenham à luz do exercício cotidiano de suas atividades na promoção e proteção de direitos humanos, o Tribunal reiterou a existência de um dever reforçado de devida diligência quanto à investigação sobre a morte de pessoas defensoras.

Outrossim, a Corte destacou que o cumprimento do dever estatal de criar as condições necessárias para o gozo e desfrute efetivo dos direitos estabelecidos na Convenção está intrinsecamente vinculado à proteção e ao reconhecimento da importância do papel que cumprem as e os defensores de direitos humanos, cujo trabalho é fundamental para o fortalecimento da democracia e do Estado de Direito. O Tribunal recordou, ademais, que as

atividades de vigilância, denúncia e educação que realizam contribuem de maneira essencial à observância dos direitos humanos, pois atuam como garantes contra a impunidade. Dessa forma, complementam o papel não apenas dos Estados, mas do Sistema Interamericano de Direitos Humanos em seu conjunto. Nesse sentido, a Corte enfatizou a necessidade de erradicar a impunidade relacionada a atos de violência cometidos contra pessoas defensoras de direitos humanos, pois consiste em um elemento fundamental para garantir que possam realizar livremente o seu trabalho em um ambiente seguro.

A Corte sublinhou que a violência contra pessoas defensoras de direitos humanos tem um efeito amedrontador (*chilling effect*), especialmente quando os delitos permanecem impunes. A esse respeito, o Tribunal reitera que as ameaças e os atentados à integridade e à vida dos defensores de direitos humanos e a impunidade dos responsáveis por estes fatos são particularmente graves porque têm um efeito não apenas individual, mas também coletivo, na medida em que a sociedade se vê impedida de conhecer a verdade sobre a situação de respeito ou de violação dos direitos das pessoas sob a jurisdição de um determinado Estado.

Ao examinar o caso concreto, a Corte considerou que os principais fatos ocorridos com posterioridade ao 10 de dezembro de 1998 que refletem a falta de devida diligência do Brasil em processar e sancionar a todos os responsáveis pelos homicídio de Gabriel Sales Pimenta são: (i) a ausência de identificação e de análise do contexto no qual o defensor realizava seu trabalho de defesa de direitos humanos de trabalhadores rurais; (ii) a falta de adoção de medidas de proteção a testemunhas oculares, máxime diante da existência de um contexto de violência e impunidade em relação à luta pela terra no Brasil; (iii) a ausência de investigação sobre as mortes do acusado J.P.N. e da testemunha ocular Luzia Batista da Silva durante a etapa da decisão de pronúncia e do exame do caso pelo Tribunal do Júri, respectivamente; (iv) a exclusão de C.O.S. como acusado na sentença de pronúncia por falta de provas, devido à omissão de alguns atos investigativos essenciais; (v) a falta de medidas suficientes para assegurar o comparecimento de M.C.N. aos atos processuais que requeriam sua presença e de diligências adequadas para sua apreensão quando havia ordens de prisão decretadas contra ele, e (vi) o envio do processo penal para a Vara Agrária quando a competência era claramente do Tribunal do Júri.

Adicionalmente, a Corte considerou que a aplicação da prescrição a favor do único acusado no processo penal, com o consequente arquivamento definitivo do processo, não foi resultado do trâmite normal e diligente do processo penal, mas foi fruto de uma série de ações e omissões estatais durante o curso desse processo.

Por outro lado, a Corte também considerou injustificável a demora excessiva na tramitação do processo penal e do processo civil de indenização, atribuível diretamente à conduta das autoridades de administração de justiça, já que transcorreram quase 24 anos desde os fatos do presente caso até a decisão que extinguiu o processo penal, e mais de sete anos desde a data de reconhecimento da competência da Corte até a referida decisão definitiva no processo penal, bem como o transcurso de quase 14 anos na tramitação do processo cível.

Em virtude do exposto, o Tribunal considerou que o Estado não cumpriu sua obrigação de atuar com a devida diligência reforçada para investigar de forma séria e completa a morte violenta do defensor de direitos humanos Gabriel Sales Pimenta, assim como violou o prazo razoável na investigação e tramitação dos processos penal e civil relacionados com o homicídio do senhor Sales Pimenta. Portanto, estabeleceu que o Brasil vulnerou os artigos 8.1 e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 de tal tratado, em prejuízo aos familiares de Gabriel Sales Pimenta.

b. Direito à verdade

A Corte sublinhou que a morte violenta do senhor Sales Pimenta se enquadrou em um contexto de um nível exacerbado de homicídios contra trabalhadores rurais e defensores de seus direitos, acompanhado de uma situação generalizada de impunidade em relação a esse tipo de delitos e precedido de várias ameaças dirigidas contra a vítima. Nessa medida, a Corte assinalou que o esclarecimento do homicídio e das correspondentes responsabilidades não tinha apenas importância para a família de Gabriel Sales Pimenta, como também tinha uma dimensão coletiva, na medida em que a falta de esclarecimento sobre as circunstâncias da morte violenta do senhor Sales Pimenta geraria um efeito amedrontador para as pessoas defensoras de direitos humanos, para os trabalhadores rurais e para a sociedade em seu conjunto.

Somado ao anterior, o Tribunal verificou que, quase 40 anos após o homicídio de Gabriel Sales Pimenta, o caso se encontra em uma situação de absoluta impunidade até a atualidade, devido ao não esclarecimento das circunstâncias da morte de Gabriel Sales Pimenta, apesar da identificação de três suspeitos e da existência de duas testemunhas oculares e de outros meios de prova que se encontravam à disposição das autoridades estatais.

Portanto, a Corte entendeu que o Brasil violou o direito à verdade em detrimento dos familiares do senhor Sales Pimenta, com base na transgressão dos artigos 8.1 e 25.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao seu artigo 1.1.

c. Direito à integridade pessoal

A Corte verificou que os familiares de Gabriel Sales Pimenta acompanharam e estiveram ativamente envolvidos, como assistentes de acusação, no processo penal iniciado para apurar o seu homicídio desde o princípio, e envidaram esforços para o seu avanço e conclusão. Apesar disso, esse processo, conforme já referido previamente, foi concluído após quase 24 anos dos fatos, unicamente com a declaração da extinção da responsabilidade penal a favor do único acusado sobrevivente. Adicionalmente, constatou que a duração das investigações e do processo penal sem que tenha havido a sanção de nenhum responsável pela morte violenta e a falta de devida diligência provocaram sofrimento e angústia nos referidos familiares, em detrimento de sua integridade psíquica e moral. O Tribunal indicou que a absoluta impunidade em que se encontra o homicídio de Gabriel Sales Pimenta constitui um fator chave na violação da integridade pessoal de cada membro de sua família. Assim, concluiu que o Estado violou o direito à integridade pessoal reconhecido no artigo 5.1 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em prejuízo aos familiares do senhor Sales Pimenta.

III. Reparações

A Corte estabeleceu que sua Sentença constitui *per se* uma forma de reparação. Adicionalmente, ordenou ao Estado as seguintes medidas de reparação integral: (i) criar um grupo de trabalho com a finalidade de identificar as causas e circunstâncias geradoras da impunidade estrutural relacionada à violência contra as pessoas defensoras de direitos humanos dos trabalhadores rurais e elaborar linhas de ação que permitam superá-las; (ii) oferecer tratamento psicológico e/ou psiquiátrico gratuito aos irmãos do senhor Sales Pimenta que o requeiram; (iii) publicar o resumo oficial da Sentença no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado do Pará e em um jornal de grande circulação nacional, assim como a Sentença, na íntegra, no *sítio web* do Governo Federal, do Ministério Público e do Poder Judicial do Estado do Pará; (iv) realizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional em relação aos fatos do presente caso; (v) nomear uma praça pública no município de Marabá, no Estado do Pará, com o nome de Gabriel Sales Pimenta, onde seja instalada uma placa de bronze que indique o nome completo de Gabriel Sales Pimenta e

explique brevemente sua vida; (vi) criar um espaço público de memória na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, no qual seja valorizado, protegido e resguardado o ativismo das pessoas defensoras de direitos humanos no Brasil, entre eles, o de Gabriel Sales Pimenta; (vii) criar e implementar, em âmbito nacional, um protocolo unificado e integral de investigação, dirigido especificamente aos crimes cometidos contra pessoas defensoras de direitos humanos, que leve em consideração os riscos inerentes ao seu trabalho; (viii) revisar e adequar seus mecanismos existentes, em particular o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, nos âmbitos federal e estadual, para que seja previsto e regulamentado através de uma lei ordinária e tenha em consideração os riscos inerentes à atividade de defesa dos direitos humanos; (ix) elaborar e implementar, através do órgão estatal correspondente, um sistema nacional de coleta de dados e cifras relacionados a casos de violência contra as pessoas defensoras de direitos humanos; (x) criar um mecanismo que permita a reabertura de investigações e processos judiciais, inclusive naqueles em que tenha ocorrido a prescrição, quando, em uma sentença da Corte Interamericana, se determine a responsabilidade internacional do Estado pelo descumprimento da obrigação de investigar violações de direitos humanos de forma diligente e imparcial, e (xi) pagar as quantias fixadas na Sentença a título de dano material, imaterial, custas e gastos.

A Corte supervisionará o cumprimento integral dessa Sentença, no exercício de suas atribuições e em observância a seus deveres conforme à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e dará por concluído o presente caso uma vez que o Estado tenha cumprido de forma cabal o disposto na mesma.

O texto da Sentença na íntegra pode ser consultado no seguinte *link*:
http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_454_por.pdf



ITALO MÁCOLA

Defensor público aposentado

Conflito em Eldorado

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ

Resumidamente e no que interessa para a presente crônica histórica. Recém-nomeado Procurador-Geral da Defensoria Pública (Defensor-Geral) e ainda organizando, no possível, os bens e outros que sobraram da partilha com a Procuradoria do Estado (a Defensoria Pública foi criada a partir da Procuradoria Geral do Estado), foi quando no dia 17 de abril de 1996 tomei conhecimento do conflito em Eldorado dos Carajás. Procurando entender, parti para a Secretaria de Justiça e fui conversar com o então secretário Aldir Viana (promotor exercendo como secretário). Aduzi que deveríamos ir a Marabá, é claro depois de muitas avaliações sobre o episódio. Então decidimos ir. Aquilo tinha tomado uma dimensão nacional, com muitos movimentos sociais, políticos de oposição se dirigindo a Marabá para participar do enterro dos 19 sem-terra.

Ainda no calor da emoção, depois de ouvir retalhos do episódio, fomos convidados para um programa de televisão ao vivo. Não podíamos deixar de ir, afinal era a presença do Estado no sul do Pará. Entramos no estúdio

pensando: “vamos para o abate”, baseado no que observávamos nos noticiários do Brasil e do mundo na televisão do hotel.

Quando iniciou o programa, choveu de telefonemas para a emissora se referindo ao episódio. Para nossa surpresa, os muitos telefonemas eram em defesa dos policiais, aludindo que os ocupantes da estrada estavam cometendo ilegalidades e atrapalhando a vida de todos bloqueando a estrada. Comentamos com o “juridiquês” pertinente e lamentamos muito as inúmeras mortes do episódio.

Voltando ao hotel, recebi um telefonema do então governador Almir Gabriel para que fizesse um relatório verbal do que estava acontecendo na cidade. Informei a ele que a cidade estava em paz, o movimento era próximo dos corpos, com inúmeros discursos profissionais levando à comoção daqueles presentes. Seguiram-se outros telefonemas do governador, para atualizar as informações.

Soube depois que o secretário de Segurança Pública, Dr. Paulo Sette Câmara, em audiência, sugeriu que o governador ficasse longe da ação e que assumiria ele toda a responsabilidade,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNO DO PARÁ REPUDIA QUALQUER ATO DE VIOLÊNCIA.

O Governo do Estado do Pará lamenta profundamente o conflito ocorrido em Eldorado dos Carajás, no entroncamento entre as rodovias PA 275 e PA 150, quando, designada para desobstruir a estrada, parte da Polícia Militar de Marabá entrou em choque com os integrantes do Movimento dos Sem-Terra, do qual resultaram 19 civis mortos e seis policiais feridos.

Tão logo tomou conhecimento dos fatos, o governador Almir Gabriel determinou:

a) Imediato afastamento do coronel Mário Colares Pantoja do Comando da Polícia Militar de Marabá;

b) Imediata abertura de inquérito policial-militar e de inquérito civil, ambos acompanhados pelo Ministério Público, pelo Ministério da Justiça e pelas Sociedades de Direito Civil;

c) Punição rigorosa e exemplar dos responsáveis apontados pelos referidos inquéritos;

d) Pagamento de pensão às famílias dos mortos, bem como o pagamento das despesas com o sepultamento;

e) Completa assistência médica aos feridos e todos os esforços para resguardar-lhes a vida.

A violência, a truculência, não representam a linha de conduta deste Governo, preocupado, desde o seu primeiro dia, em fazer da justiça, da convivência, da tolerância, da união, os símbolos de um novo tempo de desenvolvimento.

É inaceitável que, a pretexto de fazer cumprir uma ordem superior, policiais que portam armas como instrumentos de defesa extrapolem a própria ordem, atropелеm a legalidade, e cometam um atentado contra a vida humana e os princípios democráticos.

Sobretudo, é lastimável que profissionais experientes e preparados para comandar um batalhão e resguardar a segurança da população ordenem um ataque armado de tal monta contra cidadãos.

O Governo sempre acreditou na força do diálogo, no poder do bom-senso, para a solução de conflitos sociais. Desde o princípio, o Governo tem apoiado e ajudado os sem-terra, chegando a distribuir mais de 30 toneladas de alimentos, remédios e material para a construção de alojamentos, além de garantir-lhes assistência médica.

Em sua última viagem a Brasília, o governador Almir Gabriel obteve a ampliação do número de assentamentos previstos para o Pará, de 5.500 para 8.000 este ano.

Somente no atual Governo, já foram assentadas 1.800 famílias.

Antes deste conflito, o Governo estava negociando junto ao Incra e proprietários rurais novos assentamentos, com os quais pretendia atender às necessidades mais prementes dos trabalhadores sem terra.

Os líderes do movimento estavam sendo informados, passo a passo, do andamento dessas negociações, que, infelizmente, ainda sofrem de entraves burocráticos. O Governo, contudo, estava pressionando para uma rápida solução.

É lamentável que algumas dessas lideranças tenham agido de forma irresponsável e intolerante.

O Governo do Pará vai continuar adotando todas as medidas, em todos os níveis - municipal, estadual e federal - para o mais rápido assentamento de todos os sem-terra existentes no Estado.

O Governo quer a paz no campo. E não aceitará o uso da violência para alcançá-la.



Diário do Pará, abril de 1996: jornal aponta responsabilidade do governador Almir Gabriel pela morte de sem-terra em Eldorado dos Carajás.



À imprensa, o governador Almir Gabriel chamou para o Estado a responsabilidade pelas indenizações às famílias dos sem-terra mortos. A Defensoria Pública identificou familiares.

pois já estava aposentado da Polícia Federal e posteriormente o governador poderia exonerá-lo, encerrando assim o episódio. Almir Gabriel não aceitou e aduziu que era o governador e não poderia se omitir. Além de ser injusto, seria irresponsável.

Em petit comité, vários membros da equipe de governo jocosamente disseram que nesta hora era para trancar o Dr. Almir, para que ele não fosse à televisão assumir a responsabilidade do fato. O certo é que assumiu toda a responsabilidade publicamente, o que dificultou algumas ações que faria diante do sistema de segurança.

Quando o governo anunciou uma pensão aos familiares que faleceram no conflito, avaliei o que a Defensoria Pública poderia fazer para ajudar. Atribuí a responsabilidade de facilitar as pensões das famílias dos falecidos ao defensor Gledson Diniz, que com uma equipe tenaz conseguiu identificar todos os familiares, uma

vez que não moravam no Estado do Pará e sim no interior de outros Estados da federação. Sem isso, dificilmente receberiam a pensão do Estado devido à burocracia e à falta de instrução e por conseguinte documentação dos favorecidos.

O governador, como médico pneumologista, e com alma profundamente humana, ficou muito abatido, talvez isso o tenha levado a propor à Assembleia Legislativa este reparo.

As investigações do episódio disseram que o batalhão vindo de Marabá recuou diante do revide dos sem-terra, mas o batalhão vindo de Parauapebas, que já tinha animosidade com o movimento por conversações anteriores, fez um ataque cirúrgico pelo flanco traseiro, excluindo mulheres e crianças, provocando o resultado abjeto.

Este fato foi muito importante no Estado. Fomos chamados para mediar outros conflitos, mas essas são outras histórias.




ADPEP PARÁ
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS
DO ESTADO DO PARÁ

Defensoras e Defensores
Públicos pelo acesso dos
vulneráveis à justiça!

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES
PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ

A voz dos defensores

ORGANIZADA E ATUANTE, ADPEP GARANTE AVANÇOS

Criada em 17 de dezembro de 1987, a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará (Adpep) completa 37 anos em 2024 acumulando avanços na carreira, defendendo quem defende. A entidade, no entanto, tem feito muito mais do que reivindicar melhor remuneração à classe.

A Adpep nasceu junto com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, o que proporcionou aos defensores públicos paraenses participar ativamente do movimento nacional que culminou com a institucionalização da Defensoria Pública constitucionalmente. No Pará, a Adpep também teve participação decisiva junto aos constituintes estaduais.

Organizada e atuante, a Adpep também esteve presente em outras importantes lutas, como na defesa da Lei Complementar Federal nº 80/94, que é a Lei Orgânica da Defensoria Pública; e da Lei Complementar Estadual nº 13/94, posteriormente modificada pela Lei Complementar

Estadual nº 54/2006, que reestruturou a DPE.

A criação da Adpep foi proposta pela defensora pública Maria de Belém Batista Pereira em 1986, com base na experiência dos defensores públicos do Rio de Janeiro. “Ao visitar a Defensoria Pública daquele Estado, conheceu Roberto Vitagliano, então presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro. Ele sugeriu que os Defensores Públicos do Estado do Pará também se organizassem em associação para reivindicação de seus direitos”, conta o defensor público aposentado Carlos Sousa, em entrevista concedida durante as comemorações do 30º aniversário da Adpep.

Carlos Sousa foi o primeiro presidente da entidade. “Como eu conseguia reunir o maior grupo de defensores e defensoras públicas em torno do boteco do Totó, na Cidade Velha, coube a mim, nas rodas de cervejas, articular a formação de um grupo para organizar a Entidade de Classe”, recorda.

Galeria da Presidência da Adpep



Carlos dos Santos Sousa
1988 – 1990
1996 – 1998



Licurgo de Freitas Peixoto
1990 – 1992



**Florisbela Maria
Cantal Machado**
1992 – 1994



**José Roberto da
Costa Martins**
1994 – 1996



César Augusto Assad
1998 – 2000
2000 – 2002



**Ítalo de Almeida
Mácola Júnior**
2002 – 2004



**Luiz Paulo de
Albuquerque Franco**
2004 – 2006



**Maria de Belém
Batista Pereira**
2006 – 2008
2008 – 2010



**Antônio Carlos
de Andrade Monteiro**
2010 – 2012



Marialva de Sena Santos
2012 – 2014
2014 – 2016



Fabio Pires Namekata
2016 – 2018



**Mônica Palheta
Furtado Belém Dias**
2018 – 2020



**Marcus Vinicius Campos
da Silveira Franco**
2020 – 2022
2022 – 2024



Salão Nobre da Adpep leva o nome de Benedicto Monteiro, o patrono da Defensoria Pública do Estado do Pará.

O defensor Roberto Martins, hoje aposentado, foi escolhido para assumir a presidência da comissão encarregada da elaboração do estatuto e de outras providências necessárias à criação da entidade. “Providenciada a primeira etapa, passamos para a fase de eleição da primeira diretoria da entidade, sendo o meu nome escolhido por unanimidade para assumir a primeira presidência da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará, fundada no dia 17 de dezembro de 1987.”

“Além de mim, da Maria de Belém e do Roberto Martins, vários colegas contribuíram para a criação da entidade. Posso destacar Florisbela Cantal, Vera Marques, Climério Mendonça, Licurgo Peixoto, José do Carmo e muitos outros que constam em registros

nos anais da Associação”, acrescenta.

A relevância da Adpep a coloca em destaque nacional. A associação tem o reconhecimento da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), criada em 1984 e que representa cerca de 6 mil defensoras e defensores públicos ativos e inativos das 27 unidades da federação.

A Anadep trabalha pelo fortalecimento da Defensoria Pública, colaborando com os Três Poderes no aperfeiçoamento da ordem jurídica com sugestões e atuação efetiva em projetos em tramitação no Legislativo. Por meio de sua diretoria e das comissões temáticas, propõe pautas e projetos que beneficiam os usuários dos serviços da Defensoria Pública nas mais diferentes áreas de atuação.

Estatuto da Adpep - Artigo 2º

A Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Pará tem os seguintes objetivos:

I – representar e promover, por todos os meios, em âmbito estadual, a defesa das prerrogativas, dos direitos e interesses individuais e coletivos das Associadas e Associados, em juízo ou fora dele, de conformidade com o disposto art. 5º, inciso XXI, da Constituição Federal;

II – promover o aprimoramento cultural de suas associadas e associados, através da realização de congressos, seminários, cursos e similares, ou grupos especiais de trabalho, estudo e pesquisa;

III – colaborar com os poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação de interesse das Defensoras e Defensores, e da Defensoria Pública;

IV – editar e divulgar o seu informativo;

V – promover ação civil pública de responsabilidade por danos causados a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico nos termos da lei federal nº. 7.347, de 24/07/85 ou em defesa de qualquer outro interesse difuso ou coletivo;

VI – articular-se com instituições nacionais e estrangeiras, por filiação, intercâmbio ou convênio;

VII – ajuizar, após autorização da Assembleia Geral, ação individual ou coletiva, mandados de segurança e/ou de injunção e demais ações cuja legitimatidade seja outorgada por lei, objetivando a salvaguarda dos direitos, garantias e prerrogativas de suas Associadas e Associados;

VIII – pugnar por justa e digna remuneração, bem como por boas condições de trabalho, condizentes com a importância do cargo de Defensora e Defensor Público;

IX – lutar por aumento de orçamento para a Defensoria Pública, junto aos Poderes Públicos.

X – incentivar e promover junto à administração da Defensoria Pública do Estado do Pará a movimentação contínua na carreira de Defensora e Defensor Público, observadas as regras legais de promoções e remoções;

XI – incentivar e promover junto à administração da Defensoria Pública do Estado do Pará à realização de concurso público para o preenchimento de todos os cargos de Defensora e Defensor Público, bem como de servidoras e servidores e de técnicas e técnicos às áreas-meio da Instituição;

XII – divulgar e conscientizar a sociedade sobre a importância do papel institucional da Defensora e Defensor Público.

XIII – organizar e promover o Congresso Estadual das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Pará, a cada 02 (dois) anos, de modo a não coincidir com o Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos.

XIV – promover assistência à saúde, social, cultural, psicológica e financeira, através de serviços próprios ou através de convênios com entidades públicas ou privadas.

XV – realizar qualquer atividade compatível com a natureza da ADPEP. XVI – atuar na proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.



Primeira sessão especial da Alepa em homenagem ao Dia do Defensor Público.



Os defensores públicos Carlos Sousa (esquerda) e José Roberto Martins.



Defensoras Anelyse Freitas e Florisbela Klautau, em 2006.



Defensoras Eliana Vasconcelos, Anelyse Freitas (centro) e Maria de Belém.



Semana do Defensor Público, em 2006.



Reunião dos defensores públicos com o governador Simão Jatene.



Defensores públicos participam de evento na capital.



Ação do Balcão de Direitos em maio de 2007



*Alcides Ferreira, ex-DPG, em conversa
com usuários da DPE.*



Reforma do prédio da 1ª Câmara de Mediação.



Posse dos defensores da turma de maio de 2007.



Reunião dos defensores com o governador Simão Jatene.

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ







DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
PRÉDIO SEDE



Sedes da DPE

DE ESPAÇOS PROVISÓRIOS A MODERNAS INSTALAÇÕES

Nos primórdios, a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) funcionou no prédio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa). Depois, nos altos da loja Bechara Mattar, na praça Dom Pedro II, região central de Belém, onde funcionava a Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Em agosto de 1999, um incêndio de grandes proporções destruiu o prédio da Bechara Mattar. Duas pessoas morreram no local. A DPE já não ocupava mais o espaço nos andares altos.

Reportagens dos jornais da época relataram o fato: “No térreo do imóvel funcionava o comércio propriamente dito, com a venda de tecidos, brinquedos e fogos de artifício. Na sobreloja, ficava o escritório do estabelecimento comercial e, nos demais andares, o depósito da loja. Segundo algumas pessoas que estavam no local, a tragédia ocorrida ontem à tarde poderia ter sido bem maior. É que, há seis meses, deixou de funcionar, no edifício Bechara Mattar, a sede da Defensoria Pública do

Estado do Pará. Esses populares lembraram que o incêndio começou num momento em que costumava ser grande o movimento na Defensoria, que hoje funciona no prédio da antiga agência do Banpará, na área conhecida como buraco da Palmeira”.

O atual imóvel próprio da DPE, na rua Manoel Barata com travessa Padre Prudêncio, foi inaugurado em 29 de dezembro de 1998 pelo governador Almir Gabriel. Antes, em 5 de abril de 1994, foi inaugurado o prédio da Regional de Ananindeua, ainda no governo de Jader Barbalho, que assinou o termo do ato de afetação do imóvel onde funcionou o Fórum de Ananindeua, doando o prédio à Defensoria do Pará.

A DPE passa por um período de expansão. De 2020 até o momento, 13 novas sedes foram inauguradas. A instituição saiu de 44 para 103 municípios com atuação defensorial, chegando à marca de 2 milhões de atendimentos realizados em todas as regiões paraenses apenas em 2023.



ACERVO BENEDITO MONTEIRO

Prédio do Bechara Mattar, no centro de Belém, abrigou a Defensoria Pública.



FERNANDO SETTE

*Hoje abandonado, o prédio do Bechara Mattar pegou fogo.
O brasão do governo do Estado foi encontrado em meio às cinzas.*

Em 2024, em menos de um mês, foram entregues três novas sedes: Castanhal, Santa Izabel do Pará e Mosqueiro. O foco é descentralizar o acesso aos direitos básicos de pessoas mais vulneráveis.

Em Mosqueiro, o espaço foi construído do zero e conta com estrutura moderna, recursos de acessibilidade, quatro salas para atendimento, sendo uma no térreo, para facilitar o acesso às pessoas com dificuldade de locomoção, e fraldário. A sede fica localizada na Rua 15 de Novembro, N° 1210, Vila - Mosqueiro.

A Defensoria Pública de Santa Izabel do Pará funcionava, anteriormente, na sala do Fórum - condição semelhante àquela dos tempos iniciais da DPE - e não comportava mais a grande demanda de atendimentos no município, que atualmente possui cerca de 70 mil habitantes. A nova Defensoria conta com amplas salas, para que o assistido tenha privacidade para falar

durante seu atendimento, acessibilidade, fraldário e climatização em todos os ambientes.

A sede de Castanhal, local amplo, moderno e climatizado, tem a estrutura de um novo auditório, brinquedoteca e espaço para acolhimento de mulheres em situação de violência de gênero. A sede é a primeira a receber a instalação de uma Usina Fotovoltaica. Além da redução nos custos mensais com energia, a implantação do sistema contribuirá para a preservação do meio ambiente.

O município de Oriximiná, no Baixo Amazonas, também ganhou sede nova da DPE. A cidade fica localizada a 800 quilômetros da capital, Belém. O novo prédio conta com salas para atendimentos, auditório, sala de reuniões e é todo preparado com recursos de acessibilidade, a fim de garantir um atendimento mais humanizado para os assistidos.

40 anos
HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



FERNANDO SETTE

Brasão recuperado no prédio da Bechara Mattar que pegou fogo.



Prédio do Bechara Mattar abrigou a Defensoria Pública até 1999.

40 anos
HISTÓRIA DA
**DEFENSORIA
PÚBLICA**
DO ESTADO
DO PARÁ



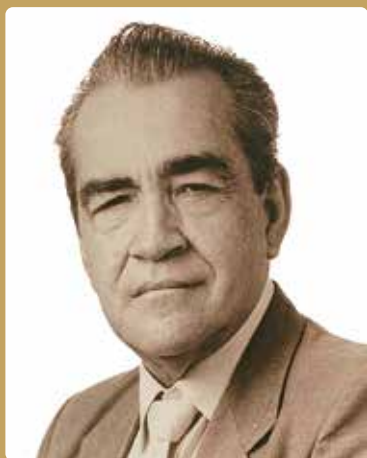
ACERVO PESSOAL / MARIAIVA SANTOS

Antigo prédio do Banco do Estado do Pará, hoje edifício-sede da Defensoria Pública.

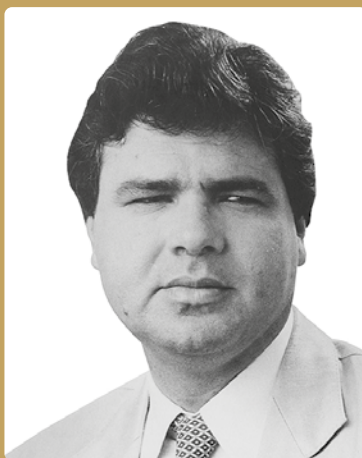


Entrada do edifício-sede da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Galeria de Defensores Públicos-Gerais da DPE



Benedicto Wilfredo Monteiro,
fundador da instituição (1983-1984)



Frederico Coelho de Souza
(1984-1985)



Paraguassú Éleres
(1985-1990)



Afonso Vítor Cardoso
(1990-1991)



**Maria Sônia Rodrigues
Lobo Gluck Paul**
(1991 – 1994)



Antônio Régis Macedo
(1994-1995)



**Italo de Almeida
Mácola Júnior** (1995-1999;
2001-2002; 2002-2003)



**Gledson Antonio do
Nascimento Diniz**
(1999-2001)



**Alcides Alexandre Ferreira
da Silva**, na interinidade
(2003-2004)



Anelyse Santos de Freitas
(2004-2006; 2006-2008)



**Antonio Roberto
Figueiredo Cardoso**
(2008-2010; 2010-2012)



**Luis Carlos
de Aguiar Portela**
(2012-2014; 2014-2016)



**Jeniffer de
Barros Rodrigues**
(2016-2018; 2018-2020)



**João Paulo Carneiro
Gonçalves Lédo**
(2020-2022)

40 anos

HISTÓRIA DA
**DEFENSORIA
PÚBLICA**
DO ESTADO
DO PARÁ



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

*A Defensoria
pelos defensores*



FERNANDO SETTE

A luta pela institucionalização

CARLOS DOS SANTOS SOUSA

*Um dos mais antigos integrantes da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), **Carlos Alberto Santos Sousa** é defensor aposentado e segue na instituição como assessor jurídico da Corregedoria. Não é exagero afirmar que o trabalho realizado pela Defensoria é a missão de vida dele. “Estou na Defensoria Pública desde 1983. Fui um dos primeiros defensores designados, nomeado para atuar numa região de conflito, em Viseu.”*

“**F**aço parte do quadro de defensores públicos pioneiros que ingressaram na instituição antes da instalação da Assembleia Nacional Constituinte e por esse motivo, por força do art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, obtivemos o direito de opção na carreira, respeitadas as vedações legais. Cerca de 130 defensoras e defensores públicos acreditaram na instituição e resolveram fazer a opção, mesmo com o impedimento da advocacia particular.

“Eu e o defensor público Roberto Martins, hoje aposentado, fomos os dois primeiros defensores públicos nomeados e designados para atuar em região de conflito de terra. Minha primeira comarca foi a de Viseu, nomeado especificamente para atuar no conflito de terra da gleba Cidapar, na rodovia Pará-Maranhão, enquanto que o Roberto Martins foi nomeado para a região do Sul do Pará.

“E por que isso? Porque a gente trabalhava com o

deputado Paulo Fonteles (assassinado por pistoleiros em 1987) e ele já atuava como advogado naquelas áreas de conflitos e, pelo fato de ter sido eleito deputado estadual, precisava dar continuidade à defesa dos trabalhadores rurais daquelas regiões (Sul do Pará e Gleba Cidapar), cabendo a mim e ao Roberto Martins, na condição de defensores públicos, assumir a missão. O Roberto Martins atuou por cerca de dez anos na região do Sul do Pará, enquanto eu atuei na gleba Cidapar por aproximadamente dois anos, até ser autorizado pelo Dr. Benedicto Monteiro a me retirar da área em decorrência da dimensão que o conflito se tornou.

“A partir daí fui designado defensor público itinerante para cobrir várias comarcas que se encontravam sem a cobertura da Defensoria Pública, até ser guindado à capital para ajudar na organização da Defensoria Pública do Interior. A defensora pública Florisbela Cantal ficou com a Defensoria Pública da Capital.



Os defensores públicos que atuavam nos conflitos, seja rural ou urbano, eram tachados de ‘comunistas do Bené Monteiro’, porque defendíamos os ocupantes das áreas.

“A Procuradoria-Geral do estrado do Pará foi criada através da Emenda a Constituição Estadual nº 18/1983, com as atribuições de defender judicialmente o Estado, além de substituir o Ministério Público na defesa dos legalmente necessitados. A tarefa coube aos advogados nomeados como defensores públicos.

“Com a nomeação do Dr. Benedicto Monteiro como primeiro Procurador-Geral do Estado do Pará, a defesa dos legalmente necessitados não ficou limitada ao que o Ministério Público antes fazia. Ele direcionou a atuação dos defensores públicos para os conflitos fundiários rural e urbano, com vistas a garantir

aos assistidos o direito à terra para produzir o sustento próprio e da família e de morar com dignidade.

“Com esse propósito, a partir de 1º de agosto de 1983, vários defensores públicos foram nomeados especificamente para atuar em áreas de conflitos, seja urbano ou rural. Eu, particularmente, fui designado para atuar no conflito da gleba Cidapar, enquanto outros defensores foram designados para atuar em conflitos urbanos. Nessa época a cidade de Belém estava em expansão rumo ao município de Ananindeua, onde várias invasões de terra ocorreram. Nesse caso, o papel dos defensores públicos foi fundamental para manter os ocupantes em suas posses. Nessa época, os defensores públicos que atuavam nos conflitos, seja rural ou urbano, eram tachados de “comunistas do Bené Monteiro”, porque defendíamos os ocupantes das áreas, mas não incentivávamos as invasões, apenas cumpríamos com o dever de defender judicialmente os que necessitavam de assistência judiciária.

“Lembro que à época o coordenador do interior era o defensor público João Batista, eleito deputado estadual, assassinado em 1988, em pleno mandato,

por sua atuação em defesa do direito de morar e da reforma agrária. A agenda do João Batista como coordenador da Defensoria do Interior era bastante concorrida e eu assessorava a coordenação no sentido de suprir os municípios que necessitavam da atuação dos defensores públicos, e assim fomos galgando espaço nos mais longínquos municípios desse Estado.

“Com a expansão dos serviços da Defensoria Pública foi necessário redimensionar a sua atuação em regiões. Como na época a forma de ingresso de defensores públicos era feita mediante contrato temporário, conseguimos de forma regionalizada expandir os serviços da Defensoria Pública de quase todas as comarcas que à época existiam.

“A Procuradoria Geral e a Defensoria Pública iniciaram as atividades no prédio da Secretaria de Fazenda, na Doca de Souza Franco. Em 1985 a PGE alugou o prédio do Bechara Mattar, ao lado da igreja da Sé. Com a separação física e administrativa, o prédio do Bechara Mattar funcionou como a primeira sede da Defensoria Pública do Estado.

“Na gestão do Procurador-Geral Aldebaro Klautau, a Defensoria Pública se desvinculou definitivamente da Procuradoria-Geral do Estado. Foi baixado um decreto e a Defensoria Pública ficou vinculada diretamente ao Governador do Estado, que nomeou o primeiro Coordenador da Defensoria Pública. A partir daí começamos a ter vida própria, não ainda como instituição autônoma, porque dependia de formalização legal, o que só veio ocorrer a partir da Constituição federal de 1988 e da Lei Federal nº 80/94.

“A institucionalização da Defensoria Pública, em nível constitucional, foi fruto de um árduo trabalho dos defensores públicos de todo o país. Nessa época, eu exercia a liderança da classe ao ser eleito o primeiro presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado. A nossa organização foi fundamental para as conquistas que hoje se desfrutam na instituição.”

“A forma de ingresso de defensores públicos era feita mediante contrato temporário. Foi necessário redimensionar a atuação da Defensoria em regiões.”

Terror na Gleba Cidapar

Em Viseu, o defensor Carlos dos Santos Sousa viu de perto a violência no campo que se alastrava pelo Estado. “Eu entrei na Defensoria Pública para atuar, especificamente, em conflitos de terra. Eu e o dr. Roberto Martins, a gente antecipou o início de funcionamento da Defensoria Pública, em 1983. Como a emenda que cria a Defensoria é de maio, a nomeação do Benedicto Monteiro é de julho, ela só começou a funcionar a partir de 1º de agosto de 83. Evidentemente, a gente só passou a receber salário a partir de agosto de 1983.”

O conflito da Gleba Cidapar era antigo e envolvia um número muito grande de famílias, numa área que alcançava três municípios, na Pará-Maranhão, em Viseu, no garimpo de Cachoeira, Ourém e Capitão Poço. “Nosso trabalho era entrevistar os trabalhadores rurais e entrar com cinco mil ações de usucapião. Um grupo fortíssimo, americano, tinha comprado aquela área e usava uma vigilância militar. A gente corria um risco muito grande, porque a gente defendia os trabalhadores rurais.”

Carlos Sousa recorda o surgimento de um dos nomes marcantes naquele período. “Apareceu a figura de um justiceiro na área chamado Quintino (José Quintino de Oliveira), como um aliado dos trabalhadores rurais. Diziam que o Quintino se virava em cachorro, se escondia atrás de um cipó. Todo cachorro que entrava na Cidapar a vigilância matava, porque diziam que seria o Quintino. Nós trabalhamos lá por dois ou três anos, percorremos toda aquela região, a pé, no lombo de cavalo. As áreas eram muito grandes. Várias ações foram ajuizadas, na Comarca de Viseu.”

Fato curioso, relatado pelo defensor, é que naquela época, em Viseu, o povo nunca tinha visto um helicóptero. “No dia da audiência chegaram dois helicópteros. O primeiro com o pessoal da segurança da Cidapar, que era comandada pelo James Vita Lopes, que dizem que era do Exército, e que foi um dos acusados e condenado pela morte do Paulo Fonteles. Eles fizeram a segurança na porta do Fórum, botaram a Polícia Militar para correr. Depois chegaram os diretores da empresa Cidapar, com os advogados, um que eles foram buscar no Rio de Janeiro, Clovis Ferro Costa, que é paraense. Eu estava com menos de um ano de formado e me metendo num conflito perigoso. Houve mortes, não foram poucas, e nós tivemos que sair fugidos de lá.”

40 anos

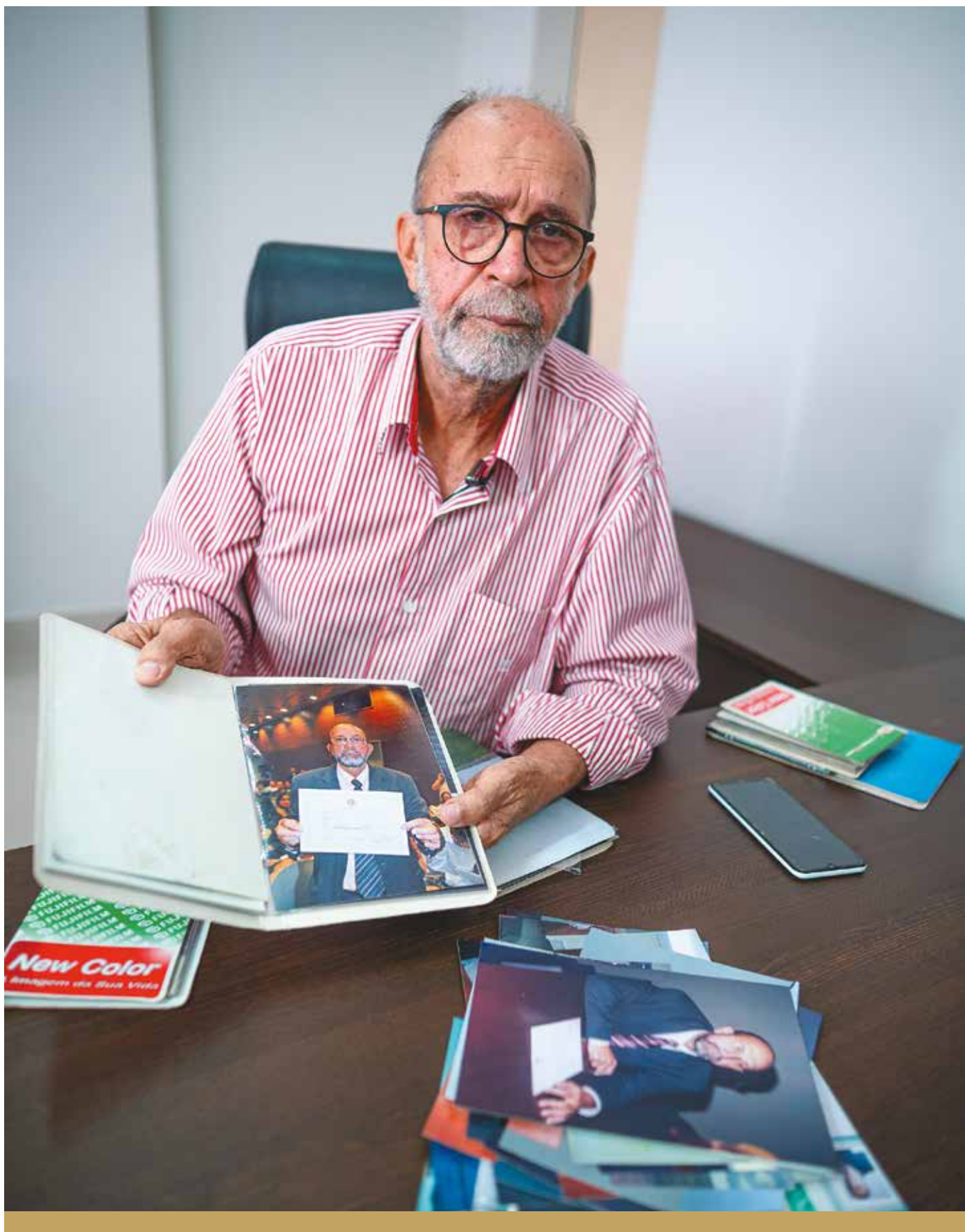
HISTÓRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ



FOTOS / FERNANDO SETTE



FOTOS / FERNANDO SETTE



FERNANDO SETTE

Advocacia humanizada

ADALBERTO DA MOTA SOUTO

*Há 39 anos, quando o advogado **Adalberto da Mota Souto** foi nomeado defensor público em Castanhal, a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) ainda carecia de infraestrutura, mas tinha de sobra servidores comprometidos.*

“Para você ser defensor público você tem que ter perfil, porque você vai para uma instituição, como eu fui, que não tinha uma máquina de escrever.”

“**I**ngressei no quadro de defensor público no ano de 1985. Prestei serviço à instituição por quase 39 anos e posso dizer que a metade da minha vida, estou com 73, mais da metade da minha vida foi dentro da instituição, servindo à instituição, e a instituição também me servindo, me dando conhecimento, me dando cultura, me humanizando.

“A Defensoria Pública tem essa função também de humanizar o advogado que está ingressando na carreira de defensor público. Como advogado, a gente vê o mundo com uma visão e na Defensoria Pública você começa a olhar o mundo de outro ângulo. Você começa a descobrir a chaga daqueles mais necessitados. Vai ter a visão do social. Para ser defensor público, você tem que ter perfil de defensor público.

“Eu fui pra uma instituição que não tinha uma máquina de escrever. Eu morava em Castanhal, tinha escritório, e foi assim: ‘Você agora é defensor público, tá aqui sua portaria. Agora você vai lá com o juiz e arruma um local no Fórum pra você trabalhar’. Eu virei defensor público e não levei nada. Só a portaria. Eu tinha amizade com a juíza e ela me arrumou uma sala. Ela me deu uma mesa e eu levei minha máquina de escrever para trabalhar como defensor público.

“Um ponto importante nesse início: o Carlos Sousa (defensor público) era um ponto de referência para todos nós. Era um irmão mais velho, a pessoa que ouvia nossas lamúrias, mágoas e reclamações. A instituição estava no início e não tinha quase nada de estrutura. Ela veio melhorar com o doutor Italo Mácola. A Defensoria Pública tem dois tempos: antes de Italo Mácola e depois de Italo Mácola.

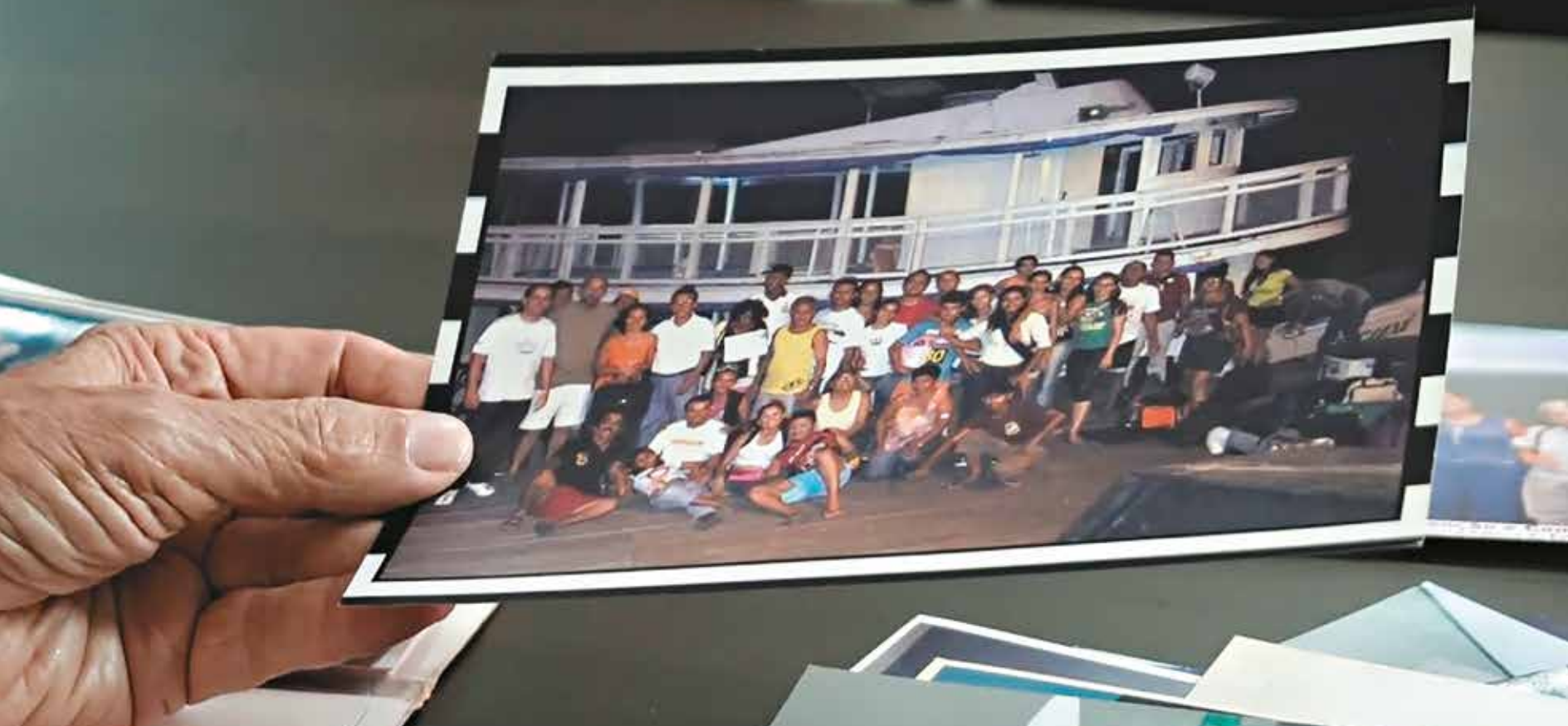


“Como advogado, a gente vê o mundo com uma visão e na Defensoria Pública você começa a olhar o mundo de outro ângulo. Você começa a descobrir a chaga daqueles mais necessitados.”

Ele tinha apoio do governador Almir Gabriel e nos trouxe para esse prédio. Até então a gente estava no prédio do Bechara Mattar, que depois pegou fogo. Esse prédio (o novo, na rua Manoel Barata) deu outra visão para a Defensoria Pública, a visão de instituição, com o primeiro planejamento estratégico.

“Eu trabalhei como diretor do Interior. Nessa

época os conflitos fundiários eram muitos no Pará. O governador baixou um ato criando uma comissão de instituições para fazer a mediação dos conflitos fundiários em consequência do massacre de Eldorado – uns chamam de massacre, outros de conflito. Na época do conflito, eu fui para passar uma semana e passei 90 dias em Curionópolis, na época daquela tragédia. Com o retorno, eu fui fazer parte da comissão – que tinha Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Incra, Secretaria de Segurança Pública, Iterpa – e o desembargador Marcelino Maciel me indicou para ser o presidente. Eu fiquei por dois anos. Quase fiquei morando em Marabá. Mediamos 79 conflitos. Inclusive a retirada dos sem-terra da fazenda do senador Jader Barbalho fui eu que medie. Pacificamente. O caso teve muita repercussão, a Defensoria saiu até na Folha de S. Paulo.



“A Defensoria Pública, como instituição, teve uma missão muito importante, está tendo e ainda vai ter muito maior ainda, pelo alcance que ela faz no social. Nós temos uma dificuldade muito grande de alcançar a justiça àqueles mais necessitados. Às vezes a gente fala que é gente demais, é muita gente para um defensor atender. É. A carga é até desumana. Mas não é porque o povo está brigando muito, é porque o povo não tinha acesso. Você não tinha como pagar um advogado. Não tinha como buscar seu direito.

“A criação da Defensoria Pública foi uma visão muito acertada do governador Jader Barbalho. No governo dele é que foi criada a Defensoria Pública. E foi no governo dele que eu fui nomeado. Ele me chamou para ir. Eu nunca pedi para ser defensor. O governador chegou um dia em Castanhal, eu tinha uma certa ligação com ele, e ele falou comigo: ‘Por que você não vai ser defensor público, Adalberto?’. Eu recusei o convite, agradecendo, estava trabalhando na prefeitura. Mas depois ele veio e insistiu de novo e eu aceitei.

“Eu encontrei o meu perfil, no que eu queria trabalhar. Eu tinha uma dificuldade muito grande de cobrar honorário, e eu vivia de honorários, porque em Castanhal todo mundo era meu amigo e eu ficava com vergonha de cobrar.

“Como instituição, a Defensoria se firmou, ganhou respeito. Nós chegávamos na Comarca e

éramos discriminados. Pelos advogados, às vezes pelos próprios juízes, pelo promotor. Uma, pelo salário que os defensores ganhavam na época; outra, pela estrutura que nós tínhamos. Parecia assim que era uma coisa que não ia vingar. Esses pioneiros da Defensoria Pública, dizemos assim: nós conseguimos, nós conseguimos o nosso objetivo.”

O caso do parto

Castanhal é uma cidade de muitos paraibanos, nordestinos, destaca o defensor aposentado Adalberto da Mota Souto, ele mesmo natural da Bahia. Os nordestinos fizeram Castanhal, afirma.

“Eu fui nomeado defensor público e um dia, eu estava na defensoria pública, e chegou um nordestino:

- Doutor, eu queria falar com o senhor.
- Pois não, pode dizer.
- É que a minha mulher tá em regime de parto e eu queria que o senhor fosse dar uma olhada nela.
- Mas rapaz, eu não sou médico, sou advogado – eu disse.
- Mas o senhor não fala que é doutor? Doutor é pra saber tudo!

E deu trabalho para eu convencer que eu não podia ir lá fazer o parto da mulher dele. Foi uma história simples, pequena, mas a gente passava até por isso.”



FERNANDO SETTE

Acordo político deu origem à Defensoria

ANTHERO ELOY FERREIRA DE ALMEIDA LINS

*Advogado e jornalista, **Eloy Lins** é um dos pioneiros da Defensoria Pública paraense. Na memória, ele guarda uma vida inteira dedicada à defesa sobretudo de trabalhadores e muitas histórias da terra natal, Breves, onde se estabeleceu nos primeiros anos do exercício profissional, atendendo vários municípios marajoaras sem condições adequadas de trabalho.*

“**S**ou filho de escrivão e neto do juiz de Direito João Tertuliano de Almeida Lins, que foi trabalhar em Terra Santa, depois em Alenquer e Monte Alegre e se aposentou por causa das perseguições que sofreu no governo de Magalhães Barata, interventor do Estado. Jornalista, comecei na Folha do Norte, depois fui para a Província.

“No Sindicato dos Jornalistas se encontraram o escritor Benedicto Monteiro e Jader Barbalho, deputado estadual e que queria ser candidato a governador, o Benedicto também, e fizeram uma troca: o Benedicto Monteiro deixava de ser candidato a governador para ser candidato a deputado federal, e o Jader seria candidato a governador na condição de, como governador, criar a Defensoria Pública, que só tinha no

Rio de Janeiro. O Pará é a segunda Defensoria mais antiga. Jader se elegeu e Benedicto foi nomeado para fundar a Defensoria Pública do Estado do Pará e começou as nomeações para vários lugares do Estado.

“Iniciei na Defensoria Pública em 21 de dezembro de 1983, na cidade de Breves, no Marajó, sem nenhuma estrutura, pois a Defensoria Pública era um apêndice da Procuradoria Geral do Estado. Como eu sou de Breves, cobri municípios de Melgaço, Portel, Bagre, Currálinho e Gurupá. Lá começou a Defensoria para mim. Fiquei de dezembro de 1983 a agosto de 1990.

“A gente não tinha apoio nenhum, era muito difícil. Passagens eram pagas pela gente. Eu morava na casa dos meus pais, em Breves, almoçava nas pensões. Eu usava



ACERVO BENEDITO MONTEIRO

“A gente não tinha apoio nenhum, era muito difícil. Passagens eram pagas pela gente. Eu morava na casa dos meus pais, em Breves, almoçava nas pensões.”

uma máquina de escrever que era minha, portátil Lettera 22, da Olivetti. Os móveis eram do Cartório Eleitoral.

“Eu ajudei a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O vogal da Justiça do Trabalho era dos empregadores. A questão da terra não era tão relevante. As questões de alimentos ocupavam muito a gente. Nós fomos uns heróis. A Defensoria veio preencher uma falha em favor dos humildes, principalmente processos de paternidade. Hoje é tudo diferente. Se não fosse a Defensoria, sei lá como seria o Estado do Pará hoje.

“Não tínhamos sala no Fórum para trabalhar,

éramos obrigados a alugar um local para podermos exercer a função de defensor público. Os juízes não nos cediam uma sala e assim, ganhando pouco, alugávamos o local para o trabalho. Porém tínhamos a liberdade de exercer a advocacia particular, era assim que podíamos pagar aluguel e outras despesas como luz, água e uma pessoa para fazer limpezas. Até os móveis da sala onde trabalhávamos eram por nossa conta, a Defensoria não nos ajudava a comprá-los, portanto era muito difícil.

“Quando conseguíamos ajuda do prefeito local, ele queria que passássemos a mão por cima de algumas arbitrariedades que ele cometesse, por isso nunca dependi de prefeito para me ajudar com aluguel nem com secretária.

“Depois tudo foi melhorando, e passamos a receber móveis, computadores e mais materiais para trabalharmos com melhor qualidade. Em 1995 e 1996 melhorou o salário e fomos obrigados a deixar de advogar particular, ficando apenas com os vencimentos pagos pelo governo. Não era fácil, porque assim mesmo ainda era pouco.

“Graças a Deus, agora, a Defensoria do Estado do Pará tem uma estrutura admirável, é um órgão reconhecido e respeitado por todos. Isso nos deixa otimistas e orgulhosos de fazer parte da Defensoria Pública, pois muito me orgulho em dizer que sou um defensor público aposentado do Estado do Pará.”

Sem acordo com quem pode pagar

A Defensoria Pública surgiu para preencher uma lacuna em favor dos humildes, entende o defensor aposentado Eloy Lins. “Principalmente essa questão de crianças, que nasciam e o homem não queria reconhecer a paternidade. Dava muito processo.”

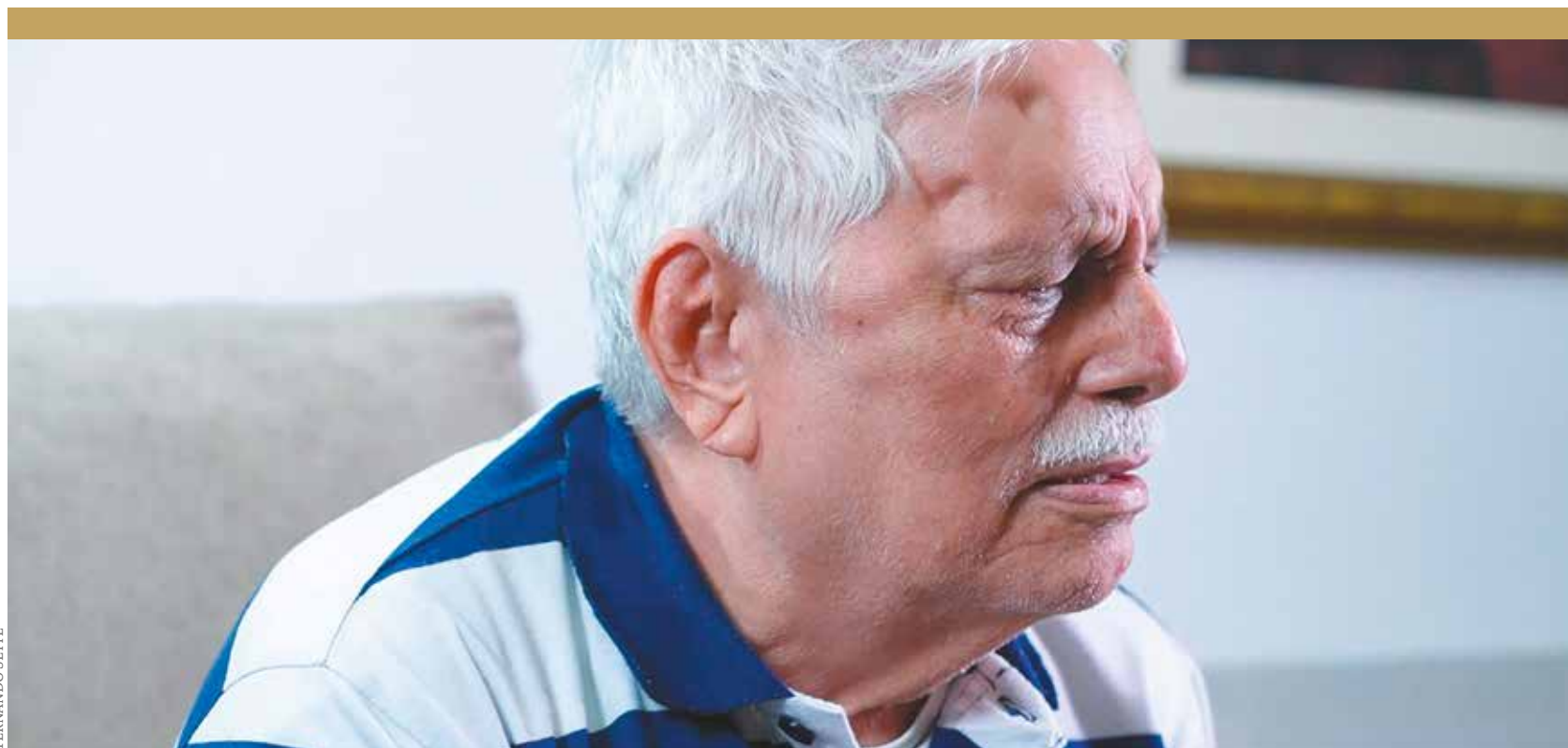
Eloy Lins se recorda de um episódio dos primórdios da DPE em Breves, quando o papel da instituição ainda não era amplamente compreendido. Era um caso da Justiça Militar.

O então juiz, hoje desembargador, mandou chamar o defensor para explicar o motivo de ele não ter ido fazer

a defesa dos militares. Eloy disse ao juiz: “Eu vim para cá para defender pessoas deficientes financeiramente. Esse cidadão é oficial, ele tem dinheiro para contratar escritório de advocacia. Então, o senhor não vai me ver nesse lado. Eu sou defensor público, eu não vim aqui para chegar e fazer acordo com quem pode pagar. Se o senhor quiser, eu escrevo que eu não vou defender oficial”.

A situação, embora constrangedora, rendeu uma boa relação com a Justiça Militar. “Ele passou a me respeitar, porque a Defensoria parecia que era um favor para quem não queria gastar dinheiro. Eu acho que até hoje muita gente confunde o papel da Defensoria. Até hoje, mas ela já se firmou como uma instituição de defesa dos vulneráveis.”

O defensor público Eloy Lins nunca se descolou do jornalista e escritor. E assim ele era reconhecido nas cidades que atendia. Certa vez, escreveu uma peça em 48 horas a pedido de um grupo de teatro local. “Fui escrever o texto daquela exploração. Saía dali o capitalista com a lata de palmito já impressa, falava com o dono da terra, que explorava o caboclo que ia cortar o palmito do mato.” A peça, afirma, mostrou uma realidade da região.



FERNANDO SETTE



FERNANDO SETTE

Um defensor marcado para morrer

JOSÉ ROBERTO DA COSTA MARTINS

*Defensor público aposentado, ex-presidente da Associação dos Defensores Públicos do Pará (Adpep), **José Roberto da Costa Martins** foi um dos poucos que escaparam das listas de marcados para morrer que assombravam o Estado do Pará nas décadas de 1970 e 1980. No auge da luta pela terra, ele atuou em defesa dos desassistidos e trabalhadores rurais que reivindicavam o território onde viviam e produziam.*

“**C**heguei em Conceição do Araguaia na Quarta-feira de Cinzas de 1983 a convite do líder do governo na Assembleia, que era o deputado Paulo Fonteles. Em Conceição, Paulo adoeceu e ficou com receio de se deixar internar, mesmo tendo um grande amigo lá, o médico Pedro Monteiro. Ele disse: ‘Vou voltar para Belém, porque lá os meus irmãos vão cuidar de mim. Eu não confio nessa possibilidade de estar sem segurança’.

“Ele me deu os nomes das pessoas que eu deveria procurar em Redenção, Rio Maria, Xinguara e São Geraldo, que na época ainda era distrito de Xinguara. Eram municípios todos recém-emancipados, tendo como município mãe Conceição do Araguaia.

Paulo foi advogado da CPT – Comissão Pastoral da Terra. E eu fui perceber que, por falta de advogado, pessoas que tinham nascido e se criado numa área de terra, já na terceira geração, um cara chegava com documento falso e conseguia despejá-los. O que valia era, pura e simplesmente, a prova documental. A grande maioria dessas provas era forjada, eram falsas. Percebi o perigo que era estar como defensor público que ia lidar com questões coletivas, porque esse era o objetivo da Defensoria Pública.

“Somos instrumentos de defesa da população do Pará. Essa é a grande missão da Defensoria Pública: possibilitar o acesso daqueles que não têm condição de pagar ao Poder Judiciário. Quando o governador Jader Barbalho se elegeu, Benedicto Monteiro e

Paulo tiveram uma conversa com ele nesse sentido: vamos criar um órgão que possa tratar das questões coletivas. Claro que, à medida que a Defensoria foi ganhando corpo, a gente começou também a fazer o divórcio, a pensão de alimentos. O que é importante, mas a ideia inicial era tratar das questões coletivas.

“Eu fui para o Sul do Pará. Uns foram para a Gleba Cidapar e estudantes de Direito, dirigidos por um ou dois advogados, foram para a região do Guamá e Terra Firme, para tratar da legalização urbana de áreas em conflito. O governador Jader Barbalho desapropriou as áreas por decreto, uma revolução no que se refere à legalização fundiária na capital. Ninguém era dono de nada.

“Em Rio Maria, me deram um ponto de referência, a casa de um carroceiro que ficava próximo de onde parava o ônibus. Bati na porta a primeira vez, a segunda vez e ouvia cochichos. Resolvi me apresentar, como advogado que estava lá para conhecer a região. Eles abriram a porta e estavam lá João Canuto de Oliveira, Expedito Ribeiro de Souza, as lideranças todas de Rio Maria. Três deles foram assassinados posteriormente. Lá eu fiquei sabendo de um trabalhador rural, chamado Belchior Martins da Costa, que tinha sido assassinado com 140 tiros. A viúva me procurou, a viúva e a filha, perguntando: ‘O que a gente faz? A gente não pode nem ir na delegacia, porque eles não aceitam que a gente vá lá’. Esse talvez eu considere o principal fato de eu querer continuar a viagem.

“Se essa questão do Belchior mexeu comigo, quando eu chego em São Geraldo tinham 300 famílias despejadas da fazenda Brasil Central. Um negócio totalmente desumano. Criança, idoso, todo mundo na beira da estrada. Procurei o agente distrital e ele me disse que o despejo fora ilegal, não foi feito por policiais militares, embora estivessem fardados, e o oficial de justiça não era da Justiça. Eles

tinham um papelão branco em que estava grudada a Coluna do Castello (coluna do jornalista Carlos Castello Branco), publicada no Jornal do Brasil. A maioria dos despejados era analfabeta. Ou seja, com esse papel eles despejaram 300 famílias.

“Bem jovem, com 23 anos, empolgado, fui procurar o Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e o agente distrital me aconselhou a não procurar. Ele disse: ‘Aqui funcionam o Getat, o BEC (Batalhão de Engenharia e Construção, do Exército) e um ponto de apoio da Presidência da República, do SNI (Serviço Nacional de Informações). Dificilmente eles vão te dar informação’.

“A comunicação era muito difícil. Já tinham assassinado o Belchior e o Gabriel Pimenta, em Marabá. Tudo o que eu sabia, e que tivesse um mínimo de fundamento, eu redigia um telegrama e mandava. Só que a pessoa dos Correios, na época, repassava essas informações. Muitas vezes eu cheguei a atravessar o rio Araguaia, para o então Estado de Goiás, hoje Tocantins, para passar telegrama e me manter vivo.

“Fiquei na casa do dono de uma olaria. Nesse dia, eu estava dormindo e me acordaram e disseram: ‘Sai daqui, porque já estão sabendo que tu estás aqui’. Dormi na casa paroquial, que estava desocupada, padre Aristides e padre Chico tinham sido presos (padres franceses François Gouriou e Aristides Camio, condenados por incitar invasões de terra com base na Lei de Segurança Nacional – LSN), e para surpresa minha, de manhã, quando abro a porta, tinham jogado um monte de vísceras de animais, como quem diz ‘sai daí’. Essa viagem, que era para durar três, quatro dias, durou quase um mês. Quando voltei para Belém, aceitei a missão, mesmo com os riscos, e fiquei em Conceição. Fiquei até o assassinato do Paulo.

“Em janeiro, houve um conflito na fazenda Forkilha e morreu o filho do fazendeiro Jairo Andrade, secretário-geral da UDR (União Democrática Ruralista, organização que reunia fazendeiros e latifundiários). O Paulo mandou avisar que precisava conversar urgente comigo. Ele disse: ‘Chegou a hora de tu ires embora, vai ter represália. Esse pessoal não brinca em serviço. Se acontecer alguma coisa contigo, a tua família não vai me perdoar’.

“Quando eu cheguei em Conceição do Araguaia, o pessoal dizia: ‘Olha, tem uma lista de mortes

“As listas tinham dez nomes e eram atualizadas. À medida que iam morrendo, colocavam mais três, mais dois, mais um. Sempre com dez.”



anunciadas. Aí eu procurei saber quem eram essas pessoas. E realmente foi acontecendo. Mesmo a gente denunciando, foi acontecendo.

“As listas tinham dez nomes e eram atualizadas. À medida que iam morrendo, colocavam mais três, mais dois, mais um. Sempre com dez. Na lista estavam o padre Ricardo Rezende, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o então deputado federal Ademir Andrade, que tinha uma postura bastante avançada.

“Eu lembro bem que, em Rio Maria, foram assassinados, mesmo a gente denunciando, Expedito Ribeiro, João Canuto, Brás e Ronan e assim por diante. Acho que não conseguiram matar duas pessoas: o secretário do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xinguara, porque estava armado e reagiu, e o filho do João Canuto, Orlando Canuto. Sequestrado, o Orlando, mesmo algemado, pulou por cima de uma cerca, saiu se arrastando, atiraram no escuro e não conseguiram matá-lo. Essa região da Belém-Brasília virou um caos com essa questão do conflito fundiário.

“Voltei para Belém em 13 de agosto de 1987 e percebi que tinha chegado no meu limite. Fui removido para Acará, a prefeita me deu uma sala na prefeitura e eu fiquei tranquilo. Eu queria, como diz o colega Paraguassú Éleres, defensorar. A inteligência do sistema de segurança disse: ‘Nada. Vão te acertar’. Já era o governo de Hélio Gueiros e me puxaram para a Fbesp (antiga Fundação do Bem-Estar Social do Pará, hoje Fasepa – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará) por questão de segurança. Muitos colegas talvez não saibam disso, porque eu nunca contei. Mas o fato de eu não estar na Defensoria era por uma questão de segurança.”

O boato que virou notícia

Colega de trabalho e amigo de Paulo Fonteles, advogado assassinado na rodovia BR-316, em Belém, o defensor José Roberto Martins se emociona ao recordar o impacto da notícia que mais temia receber nos anos de 1980. “Eu estava na audiência possessória da fazenda Buritirana quando o juiz me chamou, dr. Eronides Souza Primo, e disse: ‘Doutor, o senhor quer que eu suspenda a audiência?’ Eu perguntei por que e ele respondeu: ‘Acabaram de matar o Paulo Fonteles’. Eu disse que era mentira. De vez em quando a gente ouvia ‘mataram o Paulo, mataram o Paulo’. Quando terminou a audiência, o presidente do Iterpa, Fernando Velasco, me liga dizendo que o Paulo tinha sido assassinado e que a inteligência do sistema de segurança pública sabia que iam me matar.”

O defensor relata o passo a passo para salvar a própria vida. “Eu disse que ia para Belém, mas não fui. Devem ter me procurado na PA-150. Eu fui para Goiás, Araguaína. Quando eu voltei, o Benedicto Monteiro disse: ‘Eu não estou pedindo, estou determinando que tu saias daí’. Minha esposa estava grávida e isso pesou muito nessa história de sair. Na verdade, eu não queria sair. Mas eu vi que ou eu saía ou o meu filho ia nascer órfão.”

José Roberto Martins relembra que a lista de marcados para morrer, no primeiro momento, parecia coisa de ficção. Mas não era. “Eu conversava com muitas lideranças e fazer parte dessa lista significava estar fazendo um bom trabalho. Olha a contradição. Se o meu nome está na lista, estou trabalhando direito. É assim que funcionava.”



FERNANDO SETTE

A defesa dos que defendem

ELIANA SOCORRO SANTOS VASCONCELOS

*“Não se pode conceber o tripé da Justiça (assistência judiciária gratuita, decisões justas e equitativas e defesa dos interesses dos necessitados) somente para os abastados”, afirma a defensora pública aposentada **Eliana Vasconcelos**, vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará (Adpep). Com uma trajetória de 37 anos de serviços prestados à instituição, Eliana afirma: “O defensor público é um agente de transformação”.*

“**A** Defensoria Pública, criada na Constituição Federal de 1988, nos artigos 134 e 135, trouxe ao país a possibilidade de as classes menos favorecidas economicamente ingressarem em juízo, já que as pessoas não dispunham de recursos financeiros para pagar seus advogados. O legislador entendeu que essas pessoas não poderiam deixar de demandar judicialmente suas questões pelo fato de não poderem constituir seus advogados.

“Nesse contexto, a Defensoria Pública surgiu no Estado do Pará antes da Constituição, assim como no Estado do Rio de Janeiro, que é a Defensoria mais antiga. No Pará, ela começou a atuar efetivamente em 1983, por iniciativa do então procurador Benedicto Mon-

teiro e do governador Jader Barbalho, em razão dos graves conflitos fundiários que ocorriam no Estado, envolvendo diretamente os camponeses, os trabalhadores ruais, em detrimento do avanço do latifúndio.

“Essa preocupação do procurador e do governador do Estado era justamente porque as pessoas se encontravam indefesas. A Defensoria Pública surgiu com a incumbência de advogados trabalharem nas diversas áreas, tanto na capital quanto no interior, na defesa dos hipossuficientes economicamente.

“Meu ingresso, em 2 de maio de 1986, foi para um município que não necessariamente tinha conflito agrário, mas que precisava do defensor público. Fui nomeada para atuar no Termo Judiciário de



“A importância da Defensoria é a garantia do acesso à Justiça na sua plenitude. Não se pode conceber o tripé da Justiça somente para os abastados.”

Inhangapi, pertencente à Comarca de Castanhal. E foi uma experiência muito gratificante. A população desconhecia as atribuições do defensor público. A possibilidade de levar suas questões ao Poder Judiciário representava a solução de problemas de ordem familiar, possessória, de registro civil, soluções a que a população não tinha acesso por não poder pagar advogados.

“No interior, nas comarcas onde havia conflitos do latifúndio, a presença do defensor foi muito marcante, exatamente para saber que graves violações de direitos humanos ocorriam e o Estado do Pará era comumente noticiado por conflitos no campo, entre produtores e trabalhadores rurais. A importância da Defensoria, àquela época e agora, é a garantia do acesso à Justiça na sua plenitude. O legislador constituinte veio atender um anseio, até porque não se pode conceber o tripé da Justiça somente para os abastados, mas sim para a grande massa da população economicamente vulnerável.

“As demandas patrocinadas pela Defensoria Pública são da maior ordem de importância. Além da presença do defensor público nas questões que envolvem conciliação, mediação, a presença do defensor como um orientador social e também um transformador. A partir do momento em que o defensor orienta a população dos direitos que ela tem como

cidadã, ele passa a ser um divisor de água entre o desconhecimento do direito e o pleno exercício do direito de acesso à Justiça.

“A Adpep (Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará) veio também nesse contexto, de defender os que defendem. Os dois artigos da Constituição precisavam de regulamentação pelo legislador ordinário exatamente para unificar e planificar as Defensorias Públicas em todo o país. E a nossa associação, fundada em 17 de dezembro de 1987, com a presença de 39 defensores, veio também para garantir os direitos dessa classe profissional que já prestava relevantes serviços à sociedade mas que ainda não tinha seus próprios direitos regulamentados, tais como classificação na carreira, regulação de vencimentos, promoções, remoções, aposentadoria. Essa gama de direitos passou a ser a meta da nossa associação.

“Tenho cinco mandatos como vice-presidente. E essa associação passou a ser a casa que nos acolhe para a defesa dos nossos direitos. Como carreira de Estado, tal como a Magistratura e o Ministério Público, a carreira do defensor público é pautada na igualdade, paridade de armas, com o Poder Judiciário e o Ministério Público. O defensor público, que defende o legalmente necessitado, precisa estar com todos os seus direitos garantidos para que ele possa levar na plenitude os direitos dos nossos assistidos.

“Todos nós, defensores públicos, certamente temos uma pauta de demandas que realmente nos sensibilizam devido à realidade social em que nós vivemos – desde os primórdios da nossa fundação acompanhando os dilemas e desigualdades sociais, nas questões como disputas de terra, problemas do direito de família, as questões de saúde, entre outras.”

Defensora atuou no processo de irmã Dorothy

Eliana Vasconcelos foi a primeira defensora pública do executor da irmã Dorothy Stang. “Daí a importância da Defensoria Pública, para que fique bem demonstrada que, na pauta do sistema de justiça, sempre é obrigatória a presença do defensor público, ainda que grave, ainda que de grande comoção social tenha sido o acontecimento, como foi

o homicídio da irmã Dorothy Stang.”

Eliana também atuou no Núcleo de Execução Penal da Defensoria. “Quando nós iniciamos, era a própria Superintendência do Sistema Penitenciário que atendia as pessoas encarceradas. O objetivo da nossa criação: impedir as graves violações dos direitos humanos ocorridas nos cárceres.”

Também foi muito significativa, destaca a defensora aposentada, a especialização no campo das pessoas com transtorno mental em conflito com a lei. “Pessoas que são doentes mentais mas que praticaram delito tipificado no Código Penal. Pessoas que não têm noção da realidade, de que cometeram um crime, se veem respondendo a um processo do qual elas não têm conhecimento da essência, da amplitude, até o encarceramento, por medida de segurança, em hospitais de custódia, anteriormente chamados de manicômios judiciários. O grande legado que a Defensoria Pública do meu Estado me deu, e que é motivo de orgulho, é saber que eu pude, com a atuação neste Núcleo de Execução Penal, levar e garantir os direitos aos encarcerados. E também de ver a humanização da aplicação da medida de segurança aos portadores de deficiências mentais. Hoje nós já temos uma aplicação mais humanizada, onde se vê a necessidade do Estado não somente punir, mas tratar do cidadão em situação de transtorno mental em conflito com a lei.”



ACERVO CPT/PA



FERNANDO SETTE

“Ninguém queria ser defensor público”

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE MONTEIRO

Antônio Carlos de Andrade Monteiro é defensor público há 39 anos. Sempre atuando como advogado de trabalhadores, tem a própria vida orientada pela função que exerce na instituição, no amparo legal aos desfavorecidos. Antônio Carlos, o “Toninho”, viveu os fatos históricos que marcaram a criação da Defensoria Pública do Estado do Pará, embrenhado nos acontecimentos políticos que construíram a instituição.

“**S**ou defensor público há 39 anos, completei exatamente dia 12 de janeiro, mas já convivía com a Defensoria um pouco antes. Já conhecia a Defensoria, acompanhava o trabalho do Dr. Benedicto Monteiro, porque eu sou amigo do filho dele, Benedicto Monteiro Filho. Inclusive já tinha sido convidado para vir para a Defensoria um pouco antes.

“Em 1930, o Magalhães Barata publicou um decreto criando a Assistência Judiciária do Estado. Esse foi o primeiro momento em que se falou em dar assistência aos pobres. Não tinha essa formação de Defensoria, porque essa ideia não existia no Brasil. A assistência judiciária era praticada pelo

Ministério Público, mas com limitações.

“Nos anos 1980, o então governador Jader Barbalho nomeou o advogado Benedicto Monteiro para ser procurador em um contexto histórico em que só havia dois partidos, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido Democrático Social (PDS). O PDS reunia a direita brasileira e o MDB abrigava todos que se posicionavam contra a ditadura militar e defendiam a volta da democracia.

“O MDB reunia forças que depois deram origem ao PT (Partido dos Trabalhadores), que era o partido revolucionário, como o PCR (Partido Comunista Revolucionário), e algumas forças que estavam na universidade, como a Caminhando, a Convergência



Socialista, que era mais à esquerda naquela época. Todo esse pessoal estava dentro do MDB. Depois é que o PT surgiu. E os outros partidos também. O PCB (Partido Comunista Brasileiro) já existia antes, como os outros também, mas estava proscrito na época. Então todo mundo se abrigava dentro do MDB. E eu era do PCB, do Partidão.

“Houve a morte do defensor Gabriel Pimenta, em Marabá, e a Adelina Braglia, que era vice-prefeita de Marabá, porque o prefeito era o Haroldo Bezerra, chamou o Jordi (advogado Arnaldo Jordi, à época no PCB)

“Eu fiquei, eu acreditei que a Defensoria um dia ia ser o que é hoje. Eu acreditei muito que ela ia melhorar e melhorou. Melhorou bastante.”

para ter uma conversa junto com o procurador-geral, que era o Benedicto Monteiro, para alguém substituir o Gabriel Pimenta. E o Jordi me apresentou como essa pessoa. E todo mundo concordou com o meu nome, porque eu já tinha alguma atuação como advogado nessa área. Pequena, ainda, porque nós lá éramos todos muito jovens na época. Eu acho que eu tinha 24, 25 anos. Topei, mas eu acabei não indo para Marabá. Por conta das pressões de que eu ia morrer lá e tudo mais, eu acabei indo para Barcarena e fiquei um ano e meio em Barcarena como defensor.

“Acompanhei esse momento histórico da Defensoria, acompanhei os movimentos políticos que deram origem à Defensoria. Era muito difícil. Ninguém queria ser defensor público, porque se ganhava muito pouco. Qualquer advogado que atuasse na Justiça do Trabalho ganhava mais.

“Eu, por exemplo, eu fiz Justiça do Trabalho, que a Defensoria nunca fez. Eu era advogado do Sindicato da Construção Civil, atuando lá, ganhando pela Defensoria Pública. Eu fui para lá porque o Dr. Benedicto determinou, a mim e ao Dr. Raul Santelena.

E isso também se deu em um contexto histórico em que o presidente do sindicato já estava lá havia mais de 20 anos e a oposição se reuniu para tirá-lo de lá porque era um sindicato inoperante que apoiava os militares e tudo mais. Nós fomos para lá com cara e coragem, ajudamos na chapa e conseguimos derrotá-lo. E aí eu já fiquei como advogado do sindicato, eu e o Raul. E logo depois, passado um ano e pouco, nós voltamos para a Defensoria.

“Nessa época havia a permissão de advogar, porque nós só tivemos a proibição de advogar a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal. A Constituição nos deu o direito de optar pela carreira. Em São Paulo, por exemplo, se optava para ser procurador do Estado, aqui nós optávamos para sermos defensores públicos ou então nós sairíamos.

“Eu fiquei, eu acreditei que a Defensoria um dia ia ser o que é hoje. Eu acreditei muito que ela ia melhorar e melhorou. Melhorou bastante, hoje nós estamos, digamos assim, em termos salariais, iguais ao Ministério Público, iguais ao Judiciário, mas já batalhamos muito, nós já sofremos muito. Era muito difícil, porque além de ganhar pouco, nós sofremos muito risco de vida, porque naquela época a ideia era de que o defensor público era um comunista. E imagina o que é o comunista nesse contexto do conservadorismo brasileiro, que foi ressuscitado agora também.

“Morriam de medo e nós também tínhamos medo, porque nós vimos vários colegas nossos sofrerem atentado. O João Batista, por exemplo, foi morto, Paulo Fonteles. João Batista foi coordenador da Defensoria, foi diretor do Interior. O Gabriel Pimenta foi morto. Então todos nós morríamos de medo, principalmente aqueles que faziam a atuação no campo e eram advogados de sindicato. Graças a Deus, esse tempo foi superado.

“Tudo que eu tenho eu devo à Defensoria, tudo. Mas também abdiquei de algumas coisas. Por exemplo, abdiquei de uma boa parte da minha vida, da família.”

“Estávamos vivendo uma época de muito conflito agrário. E não só conflito agrário, como conflito na cidade. Ananindeua praticamente se fez naquela época, na base da invasão. E Belém também, uma boa parte de Belém não tem 20% de títulos definitivos nos imóveis porque foi tudo fruto de ocupação de terra. A população ia lá, botava um barraco e saía construindo. E quem é que ajudava eles nesse processo? Era a Defensoria. Boa parte de Ananindeua teve o apoio da Defensoria para ser o que é hoje. Paar, Júlia Seffer, Águas Brancas, Águas Negras, Jaderlândia foram uma grande ocupação. E a Defensoria estava lá.

“Tudo que eu tenho eu devo à Defensoria, tudo. A Defensoria não me deve nada. Mas também abdiquei de algumas coisas. Por exemplo, abdiquei de uma boa parte da minha vida, da família. Apesar de ter sofrido um bocado logo no início, hoje a gente colhe, a gente tem uma estrutura melhor.”

Militância universitária ocupou espaços

Militante histórico da esquerda paraense, Antônio Carlos de Andrade Monteiro assinala a origem política dos primeiros defensores. “Nós somos oriundos de um grupo na universidade (Universidade Federal do Pará), todos nós tínhamos alguma atividade política, todos. Então, houve uma reunião em Abaetetuba, com um padre. E nessa reunião foi discutido o seguinte: todos nós, estudantes que fossem de movimento social, que tivessem alguma atividade na esquerda, nós deveríamos fazer concurso para as carreiras jurídicas, porque essa área era dominada pelo conservadorismo da pior espécie. E foi uma coisa que deu certo”.

Segundo o defensor, hoje, se for feito um resgate histórico, muitos ativistas universitários são juizes do trabalho, até desembargadores. “Vieram da nossa época. Outros são promotores. Alguns foram delegados, depois juizes. O que nos movia era o idealismo, porque dinheiro não tinha. Era o idealismo. Felizmente a coisa engrenou e a Defensoria é o que é hoje. E nós passamos a ter uma condição financeira razoável para trabalhar e sustentar nossas famílias.”



FERNANDO SETTE

A Justiça para todos

MARIALVA DE SENA SANTOS

*A advogada **Marialva de Sena Santos**, defensora pública por 33 anos, exerceu cargos de gestão e participou da construção da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) como instituição. Como subdefensora-geral, de 2004 a 2005, esteve à frente de projetos inovadores e premiados, como o Balcão de Direitos, reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que até hoje é referência.*

“**N**ossa história começa em 1983, quando o Procurador-geral Benedicto Monteiro solicitou ao governador Jader Barbalho a nomeação de defensores públicos para que atuassem nas mediações de conflitos desse Estado do Pará. Alguns defensores foram atuar em Gleba Cidapar, Marabá, Redenção, os municípios de maiores conflitos agrários do Estado.

“A Defensoria, na época, estava vinculada à Procuradoria Geral do Estado. Posteriormente, em 1985, ela teve previsão legal dentro da lei complementar nº 2 da Procuradoria Geral do Estado, em que aparece no texto como Defensoria Pública. A partir daí, a Defensoria passa a assumir a assistência jurídica desenvolvida pela Procuradoria, que inicialmente era feita pelo Ministério Público do Pará.

“Em seguida, em junho de 1988, houve a ruptura da Defensoria Pública com a Procuradoria Geral do Estado e um decreto do governador da época, Carlos Santos, efetivou 114 defensores públicos conforme previa a Constituição Federal no seu Artigo 22 das Disposições Transitórias. Ou seja, todos os defensores que estavam até a instalação da Constituinte passaram a ser efetivos e nós tivemos que fazer a opção na carreira.

“Tenho a honra de dizer que participei da edificação dessa instituição, que começou com muitas dificuldades, sem a mínima estrutura, sem a segurança jurídica, sem apoio governamental, sem estrutura física e básica necessária. Inclusive, os salários eram muito, muito baixos. Mas o amor à instituição, à causa dos vulneráveis, nos fez permanecer até hoje na Defensoria Pública.



“Esse trabalho da história da Defensoria possibilita resgatar a memória, servindo de base para que as novas gerações de defensores públicos possam avaliar que não foi fácil chegar até onde chegamos – com muito amor, com muita dedicação, todos os defensores públicos que iniciaram aquele processo de edificação foram valentes, guerreiros – e que elas possam ter orgulho da importância desses defensores para a história da Defensoria Pública. E que possam manter todas as garantias e direitos que foram conquistados nesse período, para desenvolver um trabalho muito

“Tenho a honra de dizer que participei da edificação dessa instituição, que começou com muitas dificuldades, sem a mínima estrutura.”

mais eficiente e eficaz para a população desse Estado. Hoje, os defensores têm uma remuneração muito boa, têm estrutura e condições de trabalho, proporcionados tanto pela instituição quanto pelo Estado.

“A Defensoria Pública representa a garantia de acesso à Justiça a todos os cidadãos brasileiros. É de suma importância, principalmente, para os mais vulneráveis, para as pessoas que não têm condições de pagar advogado e custas processuais. É uma forma de universalizar o acesso à Justiça.

“Antigamente, quem acessava a Defensoria Pública eram os pobres. Hoje, até a classe média está acessando a Defensoria, em virtude das adversidades da vida. O meu sonho, e a minha realização, é ter participado desse projeto, ser defensora pública – fui estagiária dois anos e me apaixonei pela Defensoria Pública – e tenho muito orgulho de dizer que hoje temos uma instituição fortalecida.

“A própria Emenda Constitucional 80, ‘Defensoria Para Todos’, aprovada em 2014, determina que em



todos os Estados do Brasil tivesse uma Defensoria Pública. A Constituição do Estado do Pará já previu isso. Em âmbito de legislação, a Defensoria Pública do Pará sempre foi vanguarda.”

Projeto reconhecido pelas Nações Unidas

Como subdefensora pública, de 2004 a 2005, Marialva de Sena Santos coordenou a implantação de um premiado projeto desenvolvido pela Defensoria Pública, que até hoje é referência e política estratégica da instituição: o Balcão de Direitos. “Esse projeto foi referido no relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) na época da aprovação da Emenda Constitucional 45. A ONU reconheceu nosso projeto e recomendou que ele fosse desenvolvido nas demais Defensorias e em outros sistemas de Justiça de todo o Brasil.”

Também na gestão de Marialva foi criado o projeto Pai Legal, o reconhecimento de paternidade que a própria instituição possibilita, por meio de exame. “Foi uma parceria internacional com o governo da Martinica

e com a Universidade Federal do Pará (UFPA). A universidade realizava os exames das partes encaminhadas pela Defensoria Pública.”

Em 2005, a DPE realizou um dos maiores concursos públicos, o C-90, para 97 vagas. Em 2006, os novos defensores públicos tomaram posse. “Temos outros projetos desenvolvidos. De 2010 a 2012, eu era diretora do Centro de Estudo, tivemos a primeira pós-graduação, em parceria com a Universidade Federal do Pará, para a capacitação de 50 defensores públicos na área de direitos humanos. Posteriormente, oferecemos capacitação para 18 defensores públicos na área de Direito Agrário. Realizamos o primeiro curso de capacitação para novos defensores públicos e o primeiro concurso para estagiários.”

Na Regional de Ananindeua, a gestão de Marialva adquiriu o primeiro prédio próprio da Defensoria Pública, o prédio da Sede Regional de Ananindeua, inaugurado no dia 5 de abril de 1994. “Na época, o governador Jader Barbalho assinou o Termo de Afetação em favor da Defensoria Pública. Posteriormente, na gestão do dr. Italo Mácola e o governador era o dr. Almir Gabriel, nós adquirimos o segundo prédio próprio, que é a sede hoje da Defensoria Pública, na Manoel Barata, inaugurado no dia 29 de dezembro de 1998.”

É DIREITO, É EPI

Palavras
jurídicas
e omissão
do form

Defensores públicos ganham estabilidade

colocados em situação de estabilidade por meio de concurso público. A decisão foi dada pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos (CNDP) em reunião realizada em Brasília. O CNDP é o órgão máximo de controle e fiscalização dos defensores públicos em todo o Brasil. A decisão foi tomada após a apresentação de um projeto de lei pelo deputado federal Luiz Carlos de Oliveira (PP-PA). O projeto prevê a criação de um Conselho Nacional de Defensores Públicos (CNDP) e a instituição de um concurso público para a seleção dos defensores públicos. A decisão foi tomada após a apresentação de um projeto de lei pelo deputado federal Luiz Carlos de Oliveira (PP-PA). O projeto prevê a criação de um Conselho Nacional de Defensores Públicos (CNDP) e a instituição de um concurso público para a seleção dos defensores públicos.

DA 20 DEFEN





e
tudo. Toda
muita gente
está, repen
tando.
pelo governo
e desliza to
dominância
de direitos
de direitos, em
carreiros, em
vilação de di
por parte de
muito exclus
promissas de
trabalho no
legitimado

40 anos

HISTÓRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ





-1988-

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
COMPROVANTE DO FUNCIONÁRIO

MARIALVA PEREIRA DE SENA DEFENSOR PUBLICO A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 000/000-000 0		
NOME	UNIDADE	
692.573 MATRICULA	50.001 CÓD. UNIDADE	JAN88 MÊS/ANO

CÓDIGO - PROVENTOS/DESCONTOS - VALOR	
101SALARIO	11.964,00
TOTAL	11.964,00
5101.N.P.S.	1.046,85
TOTAL	1.046,85

LIQUIDO 10.917,15

PRODEPA-Proc. de Dados do Estado do Pará



8 ■ Belém, sexta-feira, 27 de agosto de 2004

ILÃO

CIDADANIA

“Balcão de Direitos” vai começar pela Cremação

Visando orientar e conscientizar a população sobre os direitos e deveres, a Defensoria Pública e a Secretaria Especial de Direitos Humanos lançaram ontem o programa “Balcão de Direitos”, no Centro Integrado de Justiça. O objetivo é prestar assistência jurídica gratuita à comunidade de baixa renda na capital e no interior do Estado. O bairro da Cremação será, amanhã e domingo, o primeiro beneficiado do projeto.

Centenas de pessoas são esperadas no evento, que disponibilizará aos participantes, serviços como emissão de documentos, orientação legal de promotores e defensores públicos e facilidade de acesso à Justiça, com orientação de juízes e palestras sobre direitos e deveres do cidadão. De acordo com a sub-procuradora da Defensoria Pública Marinalva Senna, o programa percorrerá diversos bairros populosos na capital, como Jurunas, Guamá e Terra Firme.

No interior, o programa beneficiará, principalmente, municípios com assentamentos

fundiários, comunidades quilombolas, integrantes do programa federal “Fome Zero” e áreas indígenas. “O programa já é sucesso em capitais como Recife, e agora foi lançado no Pará. Um dos nossos objetivos é diminuir o número de pessoas sem certidão de nascimento no Estado”, disse Marinalva. O colégio “Amílcar Tupiassu”, no bairro da Cremação, será o primeiro espaço itinerante do “Balcão de Direitos” que funcionará amanhã e domingo das 8 às 14 horas. No interior o atendimento está previsto para o final de setembro.

Juntamente com o programa “Balcão de Direitos”, foi lançada ontem a cartilha “Defensoria Cidadã”, que informa a população princípios de direito relacionados a mulher, idoso, criança e adolescente, consumidor e portador de necessidades especiais. “Nosso maior desafio foi tornar termos técnicos do Direito em uma leitura acessível para as pessoas de baixa escolaridade, desenvolvendo o desejo a cidadania na população”, disse a sub-procuradora.

BALCÃO DE DIREITOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ



É DIREITO. É EFICAZ. É PÚBLICO. É SEU.

**Palestras, atendimento
jurídico conciliador
e emissão de documentos
de forma itinerante.**



Defensoria Pública em novo prédio



O novo prédio da Defensoria Pública de Ananindeua

Desde o dia 5 de abril que a Defensoria Pública de Ananindeua está instalada em novo prédio. O endereço é o do antigo Fórum de Ananindeua, na BR-316.

A cerimônia de inauguração contou com a participação de diversas autoridades locais, bem como, dos defensores públicos.

Hoje, a Defensoria Pública já conta com 16 defensores, dentre os quais estão a dra. Mariadva Sena Santos (Defensora Regional da 1ª Região), dr. Carlos dos Santos Souza (Diretor da Defensoria do Interior), dra. Sônia R. Lobo Glyck Paul (Procuradora Geral).

As pessoas que estiverem interessadas em conhecer o trabalho desenvolvido pela Defensoria, ou mesmo aqueles que dela necessitarem, é só ir até o novo prédio da Defensoria Pública. Nós garantimos que o atendimento é rápido.



De esquerda para direita: dra. Sônia, dr. Carlos e dra. Mariadva Sena



BELEM, QUINTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2007

poder@poliberal.com.br ■ Tel: 3216-1072

PODER

■ POLÍTICA

■ DINHEIRO ■ BASTIDORES

Aprovados em concurso da Defensoria querem contratação imediata

Os candidatos aprovados no concurso realizado pela Defensoria Pública Estadual querem a contratação imediata. Não há o que esperar, dizem, já que o órgão dispõe de 97 vagas, 84 delas ocupadas por temporários, e a lei manda que haja a substituição. O argumento será apresentado hoje durante reunião intermediária pelo Ministério Público do Trabalho, prevista para as 17h.

A seleção dos novos defensores públicos estaduais foi iniciada em dezembro de 2005, através de concurso público. O resultado final foi homologado em fevereiro deste ano, com a publicação dos nomes dos 143 aprovados. Porém, até agora nenhum deles foi convocado para assumir o cargo, cuja função é

prestar assistência judicial a cidadãos pobres.

Por enquanto, o que os concursados têm são promessas da governadora de que serão chamados 50 aprovados a partir de junho. Como garantia, esperam que o Ministério Público do Trabalho entre em campo e exija a imediata nomeação não só porque as vagas existem e são ocupadas por pessoas não submetidas aos rigores de um concurso público.

Outros argumentos são a inclusão dos gastos na previsão orçamentária deste ano, aprovada pelo legislativo estadual, e amparo legal através da lei complementar 5-4, de 2006, que determina a permanência dos servidores temporários na Defensoria Pública somente até a



Comissão dos concursados da Defensoria quer as vagas ocupadas pelos temporários

realização de concurso público.

O artigo 84, por exemplo, determina que "pertencem no exercício da função, até a realização de

concurso público e provimento dos cargos da categoria inicial da carreira, os Defensores Públicos ocupantes da função".

A comissão de concursados que se reúne hoje com o MP, a Procuradoria e a Defensoria Pública do Estado argumentará ainda que decisões de instâncias superiores da Justiça deram ganho de causa a eles. Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que cinco concursados fossem nomeados em Tocantins, onde eles eram preferidos por temporários.



FERNANDO SETTE

Pioneiro na atenção aos indígenas

MÁRIO LUIZ GUIMARÃES PRINTES

***Mário Luiz Guimarães Printes**, natural de Oriximiná, no oeste do Pará, ingressou na Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) em julho de 1985 e ficou até 2014. Trabalhou em Oriximiná, Terra Santa e Faro. Às vezes, Óbidos e Juruti. Foi o idealizador de um programa de assistência cidadã que atende às populações ribeirinha, quilombola e indígena. Em 2014, recebeu o título de Honra ao Mérito da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa).*

“**N**o início da Defensoria Pública nós éramos meio marginalizados. Não nos viam como uma autoridade, principalmente por nós tratarmos assuntos dos pobres. Nós éramos vistos como inimigos dos ricos. Até nas comunicações nós éramos tratados como ilustríssimos, não como excelentíssimos. Éramos uma segunda classe.

“Eu vesti a camisa da Defensoria. Em 1985, a Defensoria funcionava nas dependências do Fórum.

Eu tinha uma sala e atendia uma média de no mínimo 20 pessoas por dia. Aquilo incomodava, porque tratávamos de assuntos dos pobres e pelo número de pessoas que procurava a Defensoria. Um dia a juíza me chamou e disse que precisava da minha sala. Eu questionei: ‘Por que a senhora não usa a sala do Ministério Público, que nem promotor público tem aqui?’. ‘Não, mas eu quero a sua’, ela disse.

“Eu fui no comércio, comprei três sacas, ensacolei meu material e escrevi numa folha de papel:



FERNANDO SETTE

‘A partir de amanhã, eu vou atender embaixo do jambeiro na praça em frente à prefeitura’. E coleí lá. Liguei para a procuradora e disse que estava embaixo da árvore. Fui pra baixo da árvore e as pessoas começaram a me procurar. Fiquei três dias lá.

“Nós éramos vistos como inimigos dos ricos. Até nas comunicações nós éramos tratados como ilustríssimos, não como excelentíssimos. Éramos uma segunda classe.”

“A procuradora sugeriu que eu procurasse um prédio. Tinha um prédio da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado) fechado e me cederam. Eu me mudei e depois comuniquei e fiquei lá trabalhando. O prédio estava deteriorado. Isso me incomodava, eu achava que os pobres tinham o direito de ser atendidos num espaço digno.

“A partir do que eu fiz, a Defensoria, aqui na capital, passou a me ver com outros olhos, a dar mais atenção, porque eu comecei a fazer parte da comunidade. Um exemplo: eu sou cristão ecumênico e quem abria a Campanha da Fraternidade das igrejas – católica, evangélica – era eu. Isso influenciou muito na minha atividade e na Defensoria Pública. Eu passei a ser visto de outra maneira. Tanto que eu fui convidado para participar do Fórum Social Mundial. Nós fomos o destaque. Eu trouxe sessenta indígenas. Até em Santarém

passaram a ver a Defensoria com outros olhos, devido à minha atitude. Eu nunca me curvei.”

Casamento coletivo indígena

O defensor público aposentado Mário Printes idealizou e realizou o primeiro casamento coletivo indígena do Brasil, um marco na história da Defensoria Pública do Pará. O evento ocorreu em dezembro de 2009, na Aldeia Mapuera, localizada às margens do rio do mesmo nome, no município de Oriximiná, na região oeste do Pará.

A cerimônia oficializou a união civil de 283 casais de indígenas de dez etnias na própria aldeia, em uma parceria entre a Defensoria Pública, a Prefeitura de Oriximiná a Câmara de Vereadores e a Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (Apim). O defensor Mário Printes também foi nomeado juiz de paz.

Integrantes de diversos povos da região do alto Trombetas, em Oriximiná, procuraram a Defensoria Pública para solicitar ajuda para resolver problemas previdenciários. Os indígenas eram casados apenas em cerimônias nas aldeias dentro de suas próprias tradições, mas quando morriam deixavam as viúvas desamparadas financeiramente, porque elas não conseguiam comprovar a união estável, como requer a legislação brasileira.

A partir da oficialização da união civil, a situação se tornou mais fácil para que as mulheres ou filhos dos indígenas cadastrados na Previdência Social comprovassem a dependência familiar para conseguir o benefício previdenciário.



FOTOS DO ARQUIVO MÁRIO PRINTES





ROMULO SILVA

O diferencial é cuidar das pessoas

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM

*A subdefensora pública-geral **Mônica Palheta Furtado Belém** ingressou na instituição em um momento histórico: deixou de ser temporária por meio do segundo concurso que consolidou a formatação constitucional da Defensoria como instância essencial de garantia da função jurisdicional do Estado de promoção dos direitos humanos e defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, de forma integral e gratuita.*

“**T**enho 22 anos de Defensoria Pública. Entrei pelo primeiro concurso de defensores públicos, em 15 de março de 2001, para atuar em Abaetetuba. Foi uma grande experiência. É uma Comarca grande, com muitos problemas, que perpassam não somente pelas crianças e adolescentes, mas também pelo tráfico e questões que envolvem família. Ali seria um divisor de águas na minha vida.

“Atuei na defesa criminal, com pessoas que não tinham condições de pagar advogado particular, e foi quando eu comecei a me identificar com a profissão. Eram muitas pessoas que estavam presas, que deveriam ser escutadas e passar pelo devido processo legal.

“Desde quando eu ingressei na Defensoria, muito jovem, eu percebi que essa era a profissão que eu queria abraçar. Porque me humanizava, me fazia enxergar as mazelas da sociedade.

“Defensorar é aprender diariamente sobre a defesa não só técnica, mas a defesa social. É buscar sempre fazer o seu melhor. Ouvir os casos e procurar soluções. Esse aprendizado constante perpassa também por uma troca, de ouvir e se colocar à disposição das pessoas. Você é o instrumento de acesso à Justiça, de transformação social e de levar paz para aquela pessoa que lhe busca.

“É fundamental nós termos um defensor, uma defensora cuidando dessas pessoas que são vulnerabilizadas, seja por questão familiar, pensão alimentícia,



“Desde quando eu ingressei na Defensoria, muito jovem, eu percebi que essa era a profissão que eu queria abraçar. Porque me humanizava, me fazia enxergar as mazelas da sociedade.”

reconhecimento de paternidade. Crianças e adolescentes são usados para cometer atos infracionais ou crimes e também precisam dessa assistência, não somente da Defensoria como do Estado. Foi quando eu percebi a importância do defensor público como agente de transformação social, que pacifica conflitos seja de uma forma judicial mas principalmente extrajudicial. Muitas vezes, em conflitos de família, o defensor pode e deve procurar conciliar as partes.

“Também tive a oportunidade de, na execução penal, trabalhar com penas alternativas. Como defensora pública já concursada, efetiva, executei um convênio oriundo de verba federal para fazer um

trabalho de inclusão social. Para várias pessoas que cometiam delitos de menor potencial ofensivo, ou que estavam sendo acusadas nesse tipo de delito, no curso do processo havia uma pena alternativa: a pessoa saía da prisão e se colocava em programas de capacitação, cursos técnicos profissionalizantes. Ao final do processo, ela já saía capacitada e muitas vezes até com a carteira assinada. A gente trabalhava a empregabilidade.

“Essa Defensoria em que eu trabalho, em que eu vivo, com a qual eu me identifico, é uma Defensoria que é de pessoas para pessoas. É uma Defensoria Pública que cuida das pessoas. Ela não só promove o acesso à justiça, mas se preocupa com as pessoas. Esse é o grande diferencial, na minha opinião, da Defensoria Pública no sistema de justiça. É uma Defensoria que se preocupa com todos os tipos de vulnerabilidade, não somente aquela processual, mas também social, também econômica, também de direitos humanos, enfim, ela abarca múltiplas ações, várias atribuições dentro de um órgão de execução que é o defensor e a defensora.

“A Defensoria é realmente a minha grande vocação, é o amor que eu trago desde muito tempo, é minha segunda família, onde eu passo muito mais

tempo do que na minha própria casa. A Defensoria é a minha base, é a minha formação como profissional. Foi aqui nesta casa que eu aprendi muitas coisas, que eu aprendo diariamente, que eu busco ser melhor não somente como defensora, mas como uma pessoa que faz parte de uma sociedade que precisa de agentes políticos, de agentes transformadores da vida das pessoas.

“Quem entrou numa Defensoria Pública desde o início e está hoje na Defensoria Pública percebe o quanto avançamos, quantas pessoas passaram por cargo de gestão, o quanto foi importante cada um ali colaborar com a sua força de trabalho. com o seu tempo. Todos os que passaram, seja em gestão, seja na atividade fim, seja servidores, membros, cada um deu a sua cota de colaboração para que hoje nós tenhamos uma Defensoria Pública ainda mais vibrante, mais pujante, mais presente. Nós avançamos muito. Hoje já estamos em mais de 102 comarcas. Isso mostra que a Defensoria Pública está crescendo, está se mostrando ainda mais importante para a sociedade em vários municípios. E queremos poder ocupar os 144 municípios no sentido, efetivamente, de poder dar às pessoas voz, vez e oportunidade de ter os seus direitos garantidos e efetivados.”

Liberdade ainda que tarde

Na Comarca de Abaetetuba, a hoje subdefensora Mônica Belém deparou com um homem que estava preso havia muito tempo, acusado de ter violentado sexualmente a enteada. O caso se tornou emblemático. “Já na fase final do processo, antes das alegações finais, eu fiz uma visita carcerária. Foi lá que eu percebi o quanto ter a Defensoria presente na defesa técnica de uma pessoa era fundamental. Depois de perceber que realmente ali havia uma injustiça, eu peticionei ao magistrado que, de uma forma muito sensível, entendeu por ouvi-lo novamente. Diante dessa escuta, o próprio magistrado se convenceu de que a gente precisaria fazer outras diligências.”

No curso do trabalho, Mônica estudou as relações familiares, da mãe, da suposta vítima, do acusado. “Nós verificamos, ao final, que não era ele o autor. Infelizmente, era o próprio pai. Aí a gente restabeleceu a justiça, ainda que tardia, que fez com que ele fosse colocado em liberdade e tivesse uma sentença absolutória.”





FERNANDO SETTE

Defensoria pronta para o futuro

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO

*A Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) é hoje uma instituição voltada para o futuro, afirma o defensor público-geral **João Paulo Carneiro Gonçalves Lédo**. Os pilares estão assentados na humanização, no combate à violência, na implementação da cidadania e na tecnologia. Em 13 anos de carreira, João Paulo Lédo acumulou experiências transformadoras.*

“A história da assistência jurídica no Estado do Pará remonta ao Barata, o interventor Magalhães Barata, que tem uma portaria separando um grupo de advogados para atender às pessoas pobres. Ele colocava as condições para a pessoa ser atendida. Foi somente no governo Jader Barbalho, em 1983, que se começou a criar essa instituição de Estado Defensoria Pública do Pará – em 1988, na Constituição Federal, e em 1989, na Constituição do Estado do Pará.

“A Constituição do Estado do Pará é pioneira. Em 1989, ela já dizia que deveria ter um defensor público residindo em todas as Comarcas do Pará, o que tem sido desde então uma das metas da instituição Defensoria Pública: levar assistência jurídica pública integral aos quatro cantos do Estado.

“Essa meta ainda não foi cem por cento alcançada porque, desde a sua criação, a Defensoria Pública carece de recursos financeiros, orçamentários, que

permitissem chegar nos 144 municípios do Pará de maneira permanente. Por isso, nós temos na Defensoria Pública ações de natureza itinerante, para que nenhum município fique sem o atendimento da instituição, mas avançamos muito nesse último período.

“Existiram, nesses 40 anos, períodos de altos e baixos. Tivemos momentos em que a Defensoria cresceu bastante e também momentos em que ela pouco avançou. Especificamente, no momento atual, no governo Helder Barbalho, a Defensoria conseguiu números extraordinários. Há três anos, se dissessem que a Defensoria estaria em mais de 100 municípios, que realizaria dois milhões de atendimentos, ou que nós teríamos mais de 270 membros atuando nos mais diversos municípios do Estado, qualquer um diria que aquela pessoa era um mentiroso. Hoje, os números da interiorização da Defensoria Pública são perceptíveis pela sociedade paraense.

“Agora, a Defensoria é uma instituição, acima de



“A Defensoria vai avançando nos interiores passo a passo. Nós saímos, em 2020, de 44 municípios e estamos agora em 102 municípios.”

tudo, voltada para o futuro. Um futuro de transformação e inovação tecnológica. Estamos fazendo os nossos principais investimentos em digitalização, softwares, equipamentos de informática e na contratação de profissionais de tecnologia da informação, que tornaram possível uma nova dinâmica no atendimento ao público, no agendamento desse atendimento.

“Em que pese a Defensoria, em 2020, ter saído de 700 mil atendimentos, para chegar em 2023 a dois milhões e trezentos mil atendimentos, muito ainda tem a ser feito. Especificamente, a Defensoria do futuro precisa saber equilibrar o investimento e a

informatização do atendimento, sem deixar de lado o calor humano, o cuidado, o carinho com o assistido.

“A Defensoria tem que estar atenta com o futuro do Poder Judiciário e do próprio formato da Justiça, para continuar a ser uma instituição presente na vida de milhares de paraenses. As novas ferramentas vieram para aumentar a potencialidade do ser humano. É fundamental que esse investimento em tecnologia da informação se mantenha e, acima de tudo, que a gente não perca a nossa essência.

“Esse elo dessa história dos 40 anos, com esse livro, nos serve para mostrar a história da instituição e quais são os pilares em que ela está assentada, que vejo que são: um atendimento humanizado, o combate à violência e a implementação da cidadania. A Defensoria é muito mais do que uma instituição que faz a defesa processual daqueles que não têm condições de contratar um advogado. Ela visa à implementação ou à cobrança de políticas públicas voltadas para a população mais carente de recursos.

“Nesses três anos e seis meses na gestão da Defensoria Pública nós enfrentamos o grande desafio da interiorização, que passa pela realização de um novo concurso público, pela contratação de mais defensores e mais servidores, mas acima de tudo pela estruturação da instituição no interior. Esse processo não ocorre do dia para a noite. É paulatino. A Defensoria vai avançando nos interiores passo a passo. Nós saímos, em 2020, de 44 municípios e estamos agora em 102 municípios. Com a próxima nomeação de defensores nós devemos aumentar mais três, quatro municípios, chegando entre 105 e 110 municípios. Isso demanda ajustes que estão a ser feitos.

“A gente visa estar em todo o Marajó, essa é uma das metas da instituição, e também em municípios do sul do Pará, que são frentes agrícolas e minerárias, com grande fluxo populacional. É importante que a Defensoria Pública se faça presente nessas localidades, no combate às injustiças, à violência e na implantação da cidadania e na garantia de direitos à população paraense.”

Lugar de criança é na escola

Defensor público há 13, João Paulo Lédo passou dez anos dedicado à atividade fim da instituição. Em Altamira, uma das primeiras comarcas em que atuou, no auge de Belo Monte, não tinha como cobrar estrutura porque o município não estava preparado para receber aquele fluxo populacional. Um caso, no entanto, ficou marcado na carreira do defensor.

“A Defensoria, naquela época, atuava com um grupo de trabalho e me marcou uma ação judicial que eu consegui impetrar. Não tinha vaga nas escolas para as crianças. Altamira tinha um grande índice de crianças que não estavam matriculadas. E era uma das obrigações da Usina Hidrelétrica de Belo Monte que fossem construídas escolas para fazer frente a essa demanda populacional. Como essa condicionante não foi cumprida, nessa época eu atuava na área da infância, entrei com uma ação judicial que obrigou, através de uma liminar, que fossem construídas dez escolas naquele município. Certamente, com uma única ação, fizemos a diferença na vida de milhares de crianças que puderam estudar.”



FOTOS / DICOM DPE



1983

Fundação

Criada pela Lei Complementar Estadual nº 13 de 18 de junho. Nasceu como um apêndice da Procuradoria Geral do Estado.



1984

Primeira atuação

Absolvição do réu Hildebrando Gomes do Nascimento. Julgamento realizado na Câmara Municipal de Ananindeua.

1987

Associação

Criação da Associação dos Defensores Públicos do Pará.

2009

Matrimônios coletivos

Realização do primeiro casamento coletivo de indígenas do Brasil, ocorrido na Aldeia Mapuera (Oriximiná)

2021-2023

Selo Esperança Garcia

Reconhecimento pela execução de políticas de combate e enfrentamento ao racismo.



40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



1988

Reestruturação

Publicação do Decreto nº 5.494/1988, que desvinculou suas ações da PGE e a subordinou ao chefe do Executivo estadual.

1996

Conflito de Eldorado

Após o massacre de Eldorado dos Carajás, a Defensoria atuou na localização e identificação de familiares e viúvas.

2006

Reorganização

Lei Complementar nº 54. Estabeleceu atribuições e o funcionamento de seus órgãos e unidades.



2022

Marco Tecnológico

Implantação do “solar”: sistema de acompanhamento de processos de atendimento jurídico.

2023

Marco histórico

Dois milhões de atendimentos aos mais vulneráveis.



FERNANDO SETTE

40 anos

HISTÓRIA DA
**DEFENSORIA
PÚBLICA**
DO ESTADO
DO PARÁ



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

Um novo tempo

40 anos
HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



FOTOS/ FERNANDO SETTE

Até o fim de 2024, a DPE deverá somar 2,3 milhões de atendimentos.

Conquista histórica

DPE ULTRAPASSA 2 MILHÕES DE ATENDIMENTOS EM 2024

No ano de seu 40º aniversário, a Defensoria Pública do Estado do Pará celebra a impressionante marca de mais de 2 milhões de atendimentos prestados. Essa conquista reflete o compromisso da instituição em garantir o acesso à Justiça e a defesa dos direitos dos cidadãos mais vulneráveis. Até o fim de 2024, a DPE deverá somar 2,3 milhões de atendimentos

Na prática, essa marca histórica é resultado da abrangência dos atendimentos prestados pela DPE nas mais diversas áreas legais, incluindo questões de família, direitos do consumidor, habitação, saúde, criminalidade e direitos das mulheres, da população LGBTQIA+, dos indígenas e dos quilombolas. Cada atendimento representa uma pessoa ou uma família que recebeu apoio legal.

Os defensores públicos, com o apoio dos demais servidores, desempenham um papel fundamental no crescimento expressivo dos atendimentos. É deles a tarefa de garantir que os direitos dos cidadãos sejam protegi-

dos. E atingir essa marca é uma conquista notável, considerando os desafios enfrentados, como a demanda crescente e os recursos limitados.

A Defensoria tem buscado otimizar processos, capacitar equipes e ampliar sua presença no Pará para atender às necessidades da população. O esforço vem dando tão certo que já é possível traçar metas ambiciosas para o futuro.

Estão previstas nomeações de mais defensores e servidores, e a expansão da instituição para municípios estratégicos onde a Defensoria ainda não tem base de atuação, garantindo o cumprimento do papel vital da instituição na promoção da justiça social e na garantia dos direitos dos cidadãos paraenses.

De junho de 2020 a 2024, a DPE conseguiu chegar a todos os municípios paraenses. Em três anos, após um trabalho de expansão institucional, a DPE saiu de 44 para 102 cidades que agora podem contar com o auxílio de um defensor público, um aumento de 131,81%.



FOTOS / DICOM DPE

Emissão de documentos, garantia de direitos. A DPE avança para todos os municípios do Estado do Pará com prestação de serviços e promoção de cidadania.

De novembro de 2020 a junho de 2023, 62 novos defensores públicos foram nomeados. Atualmente, a DPE conta com 280 defensores em atividade. A expectativa é de que em breve haja novas nomeações e as 350 vagas para o cargo sejam preenchidas.

A modernização da instituição, com investimentos em tecnologia e contratação de profissionais especializados, tem garantido eficiência à DPE. De 2020 a 2023 foram investidos R\$ 9.893.375 no parque tecnológico da instituição.

Ao longo dos últimos quatro anos, a DPE renovou e ampliou o patrimônio institucional, investindo, de 2020 a 2023, R\$ 19.745.197,62. Garantiu, ainda, o aumento da frota própria em 161%.

Investimentos em infraestrutura possibilitaram a expansão dos serviços em todo o Estado. Em 2021, R\$

2.347.730 foram destinados a obras; em 2022 foram R\$ 5.513.000; e em 2023, R\$ 6.966.000.

Priorizando a sustentabilidade e a acessibilidade, nove sedes da DPE foram inauguradas no interior e na Região Metropolitana de Belém. As demais sedes da instituição passaram por obras de reforma e ampliação.

Em 2023, pela primeira vez a DPE recebeu o Selo Ouro de Transparência Pública, concedido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas da União (Atricon). O reconhecimento decorreu do resultado alcançado pelo Portal da Transparência da instituição, que obteve o índice de 89,12% de transparência, possibilitando ampla fiscalização da sociedade. Por meio do Portal da Transparência, disponível no site institucional, todos os cidadãos podem acompanhar a execução financeira e orçamentária da DPE.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARÁ

POLÍCIA CIVIL - BELÉM

NOME

RENATO PANTOJA FERREIRA



PAI: FRANCISCO CARLOS LOBO FERREIRA /
MÃE: NADIA SILENE DA SILVA PANTOJA

DATA NASCIMENTO

08/09/1990

NATURALIDADE

BELEM - PA

PATRI

PA

ÓRGÃO EMISSOR

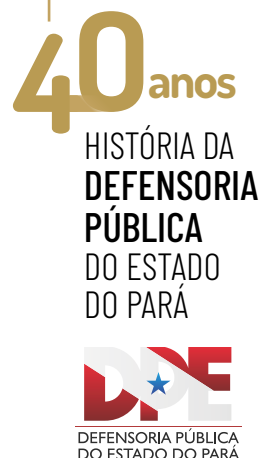
PCPA

DESCRIÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Defensoria Pública do Estado do Pará em números



280
DEFENSORES
EM ATIVIDADE

em 2024

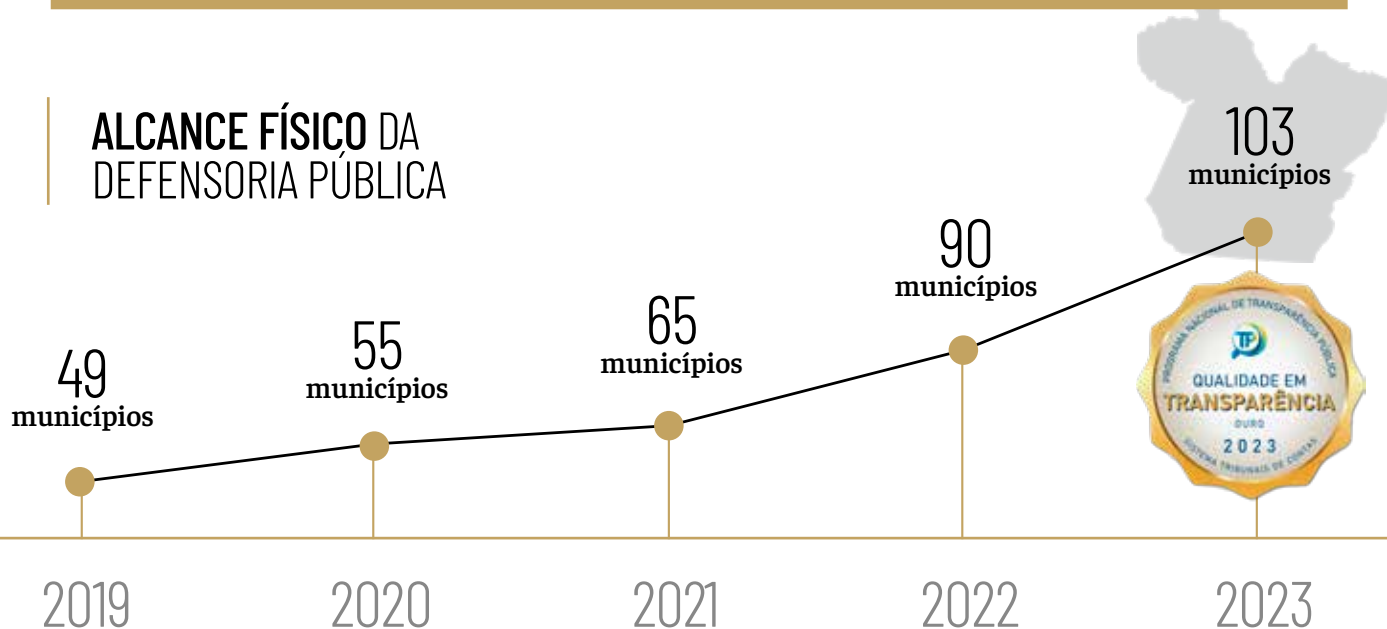
62 NOVOS
DEFENSORES
PÚBLICOS

nomeados entre
2020 e 2023

R\$ 9,8
MILHÕES
INVESTIDOS

no parque tecnológico
de 2020 a 2023

ALCANCE FÍSICO DA DEFENSORIA PÚBLICA



FONTE

Defensoria Pública
do Estado do Pará, 2024

TRANSPARÊNCIA

Selo Ouro concedido pela
Associação dos Membros
dos Tribunais de Contas da
União (Atricon)

OBRAS EXECUTADAS

2021

- Sala do Fórum de Santa Izabel
- Nova sede em Barcarena
- Nova sede em Marituba
- Centro Eles por Elas, em Belém

2022

- Anexo do prédio-sede
- Sede de Itaituba
- Sede de Ananindeua
- Sede de Augusto Corrêa
- Sede de Acará
- Sede de São Miguel do Guamá
- Estação Cidadania em São Miguel do Guamá
- Sede de Novo Repartimento
- Sede de Salinópolis
- Adequação da Gerência de Gestão de Pessoas (GGP)
- Adequação do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen)
- Escritórios da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará (Esdpa)

2023

- Sede de Bonito
- Sede de Tailândia
- Sede de Curionópolis
- Sede de Breves
- Novo Auditório do prédio-sede
- Sede de Santa Izabel
- Sede de Ipixuna do Pará
- Sede de Bujaru
- Sede de Itupiranga
- Sede de Muaná
- Sede de Castanhal

INVESTIMENTOS PATRIMONIAIS

R\$ 3,2
MILHÕES
de 2016 a 2019

R\$ 19,7
MILHÕES
de 2020 a 2023

INVESTIMENTO EM OBRAS

R\$ 14
MILHÃO
2021

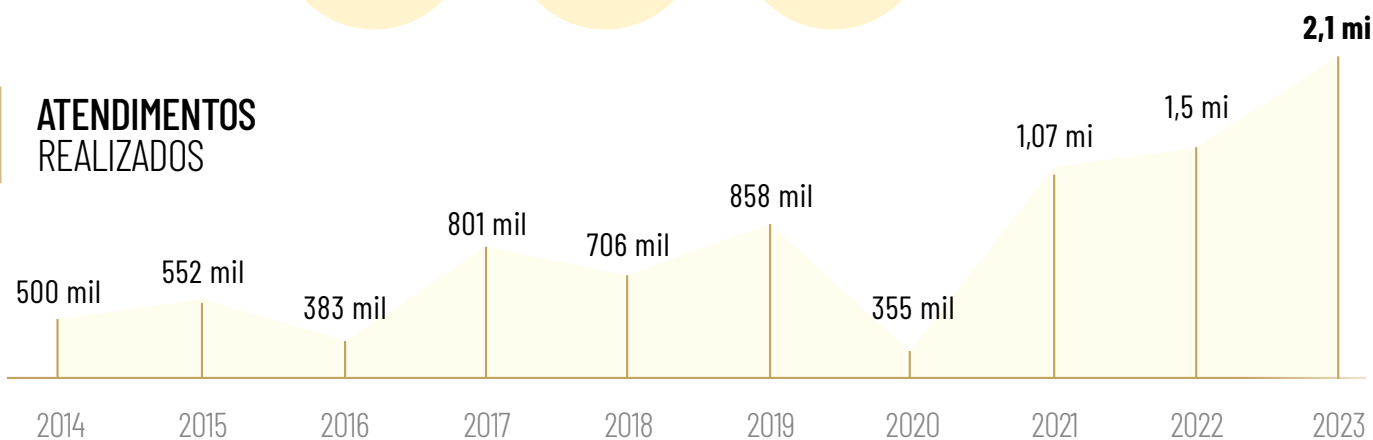
R\$ 5,5
MILHÕES
2022

R\$ 6,9
MILHÕES
2023



Atenção ao cidadão:
novos espaços ampliam
a prestação de serviços.

ATENDIMENTOS REALIZADOS



Setores e atendimento

NÚCLEO CÍVEL RESIDUAL OFERECE ASSISTÊNCIA E AJUIZA AÇÕES. ATENÇÃO CONSTANTE AOS MAIS VULNERÁVEIS.

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



FOTOS / FERNANDO SETTE

Defensora Liane Benchimol Albano.



Defensora Emilgrietty Santos Lisboa.



Defensora Wellyda Carla B.S. Dias.



FOTOS / FERNANDO SETTE

Defensora Luciana Souza dos Anjos.



Defensora Leiliana Santa Brígida Soares Lima.

Áreas de atuação

DE PORTAS ABERTAS,
DEFENSORIA PÚBLICA GARANTE
DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

40 anos

HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



CÍVEL

Compreende, entre outros, o ajuizamento e o acompanhamento de ações relativas a despejos, à reintegração de posse, a cobranças, a execuções, a indenizações e a ações de menor complexidade. Essa área também é chamada de civil. As ações de usucapião (em que alguém pede para ter a propriedade de um imóvel ou terreno que ocupou durante muito tempo), os problemas ligados ao condomínio, bem como as questões relacionadas aos contratos em geral, ao acidente de trânsito e ao inventário, também estão nessa área.

Cível Residual

Endereço:

Rua Manoel Barata N° 50.

Contato: 3239-4053

FAZENDA PÚBLICA

Área destinada à atuação extrajudicial e judicial que envolva o Poder Público, ações de indenização contra o Estado ou Município, servidor público, processo administrativo disciplinar, saúde pública (SUS, medicamentos, internação, transferência de leito), concurso público e execução fiscal. Esses são alguns exemplos de temas comumente atendidos pelos Defensores da Fazenda Pública.

Fazenda Pública

Endereço:

Rua Manoel Barata N° 50.

Contato: 3239-4053

DIREITO DE FAMÍLIA

Compreende todas os princípios que regem as relações familiares, sobre as pessoas que compõem aquele núcleo familiar e, também, ao patrimônio.

Núcleo de Atendimento à Família (NAEFA)

Endereço:

Travessa 1º de Março, 766 entre Carlos Gomes e Rua Silva Santos (esquina) próximo a Presidente Vargas – atrás do Hotel Princesa Louçã – Bairro Campina
Contato: 3342-8622

A Defensoria Pública do Pará não atua em matéria eleitoral, trabalhista nem em matérias de competência da Defensoria Pública da União, salvo previsão expressa em sentido contrário.

JUDICIALMENTE

Atuamos na 1ª instância (capital e interior), bem como perante o Tribunal de Justiça e Turma Recursais dos Juizados, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF).

EXTRAJUDICIALMENTE

Pedidos administrativos em geral, emissão de documentos, exames de paternidade, audiências públicas, mediação, conciliação, orientação jurídica etc.

CONSUMIDOR

O Direito do Consumidor, trazido pelo Código de Defesa do Consumidor – CDC, disciplina as relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor final bem como visa proteger o direito do consumidor. Dentre outros, são direitos básicos do consumidor a proteção da vida e da saúde, a informação adequada, a proteção contra publicidade enganosa, a proteção contratual, o direito de indenização e o acesso à justiça. A defesa do consumidor é promovida de forma extrajudicial com tratativas administrativas junto aos fornecedores como também de forma judicial através do ajuizamento e acompanhamento de ações que visam a garantia dos direitos básicos do consumidor.

Núcleo de Defesa do Consumidor (NUDECON)

Contato:
nudecon@defensoria.pa.def.br
atendimento.nudecon@defensoria.pa.def.br
(91) 99342-2925 (DAVI – Defensoria Assistente Virtual) (91) 98128-8851

Endereço:
Travessa 1º de Março, nº 766, Campina,
Belém, PA, CEP 66015-053.
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – 2º andar.
Horário de atendimento:
Segunda a Sexta, de 8h às 14h.

DIREITO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

O Direito da Infância e Adolescência pode ser segmentado em duas áreas de atuação na Defensoria Pública que são: proteção e infração. A área protetiva compreende o ajuizamento e o acompanhamento de ações de guarda, fundadas em situação de risco, adoção, tutela, autorizações de viagem para o exterior, regularização de registro civil, busca e apreensão, demandas escolares, dentre outras. Já a área infracional diz respeito aos processos de apuração da prática de atos infracionais, de adolescentes em conflito com a lei, bem como, de execução de medidas socioeducativas.

Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (NAECA)

Contato: (91) 3222-8818, (91) 98406-4053
(91) 99188-6447

naeca.belem@defensoria.pa.def.br

Endereço

Travessa São Francisco, n. 427,
Campina, Belém / CEP: 66023-185
Horário de atendimento:
Segunda a sexta-feira, de 8h às 14h.



Núcleo de Atendimento Especializado à Família.



Núcleo da Fazenda Pública.



Central de Atendimento da Defensoria Pública.

FOTOS / FERNANDO SETTE



Defensora Andrea Barreto Ricardi de O. Farias, do Núcleo da Fazenda Pública.



FOTOS / FERNANDO SETTE

Defensor Anderson da Silva Pereira, do Núcleo da Fazenda Pública.



Defensor José Anijar Fragoso Rei, do Núcleo da Fazenda Pública.

Áreas de atuação

DE PORTAS ABERTAS,
DEFENSORIA PÚBLICA GARANTE
DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

EXECUÇÃO PENAL

Núcleo de Defesa em Execução Penal é responsável pela assistência e acompanhamento de processos de execução de pena aplicada, seja provisória ou definitiva, seja em meio aberto ou fechado, assim como em penas restritivas de direito apenas. Fiscaliza a regular execução da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, para a defesa dos necessitados em todos os graus e instâncias, de forma individual e coletiva.

Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)

Endereço: R. Manoel Barata, nº 50.

Contato: 3239-4070

Horário de atendimento:

Segunda a sexta-feira, de 8h às 14h.

CRIMINAL

Em relação à área criminal, prestamos orientação jurídica e promovemos a defesa de todos os cidadãos que estejam sendo acusados de prática de algum ilícito penal ou que desejam a revisão de sua condenação. A atuação se dá em todos os graus da Justiça Estadual, assim como nos processos que tramitam junto à justiça Militar Estadual e aos Tribunais Superiores, em Brasília. Entre as suas atribuições, encontra-se, ainda, a de acompanhar os flagrantes.

Núcleo de Atendimento Criminal (NUDECRIM)

Endereço: R. Manoel Barata, nº 50.

Contatos: (91) 3239-4412/ 3239-

4413/ 3239-4418

E-mails:

nudecsecretaria@gmail.com /

coordnudecrim@gmail.com

Horário de atendimento:

Segunda a sexta-feira,

de 8h às 14h.

DIREITOS HUMANOS

Compreende o ajuizamento de ações em defesa dos interesses individuais e coletivos de grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado como pessoas em situação de rua, comunidade LGBTQI+, Indígenas e Povos Tradicionais, Refugiados, Pessoa com Deficiência e Idosos e casos de Racismo e Intolerância Religiosa. Dessa forma, presta-se assistência jurídica e psicossocial integral, elaborando políticas públicas que visem a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de suas áreas de especialidade.

Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH)

Contato: 3201-2680 (telefone e

whatsapp) e nddhpa@gmail.com

Endereço: Travessa Padre

Prudêncio, nº 154 -3º andar

Campina - CEP: 66.019-080,

Belém/PA

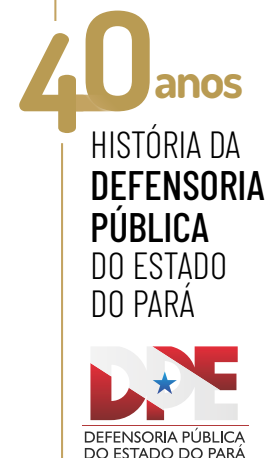
Horário de atendimento:

Terça, quarta e quinta-feira,

das 8 às 13 horas



FERNANDO SETTE



DIREITO AGRÁRIO E FUNDIÁRIO

A Defensoria Pública Agrária atua nos casos que envolvem conflito coletivo pela posse e propriedade de imóvel rural, usucapião agrário coletivo ou individual, direito de passagem em imóvel rural, servidão administrativa com ocupação individual ou coletiva, desapropriação individual ou coletiva de imóvel rural, bem como assegura o direito aos territórios tradicionais de comunidades quilombolas, ribeirinhos, agroextrativistas e indígenas em não aldeamento, priorizando a resolução extrajudicial dos conflitos agrários.

Núcleo Regional das Defensorias Públicas Agrárias (NDPA)
Contato: coordenacaoagrarias@defensoria.pa.def.br

Endereço:

R. Hernane Lameira, nº 507,
Santa Lídia, CEP 68745-390
Horário de Atendimento:
Segunda a Sexta, de 8h às 14h.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

Compreende o ajuizamento de ações necessárias à proteção dos interesses de vítimas de violência doméstica. A Lei Maria da Penha criou mecanismos para evitar e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esses mecanismos são muito usados para proteger as vítimas de violência doméstica que procuram o Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero.

Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (NUGEN)

Contato: 91 991726296;
91 981216771; 91 32394070;
91 33428606
Endereços

NUGEN Homem:

Central de Atendimento, 1º andar,
Trav. Manoel Barata 50;

NUGEN Mulher:

Trav. 1 de março 766.
Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, 8 às 14h.

40 anos

HISTÓRIA DA
**DEFENSORIA
PÚBLICA**
DO ESTADO
DO PARÁ



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

*A serviço da
comunidade*





DICOM DPE

Perfil

MULHERES PARDAS SÃO A MAIORIA DA POPULAÇÃO ASSISTIDA

Estudo da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará (Esdpa) revelou que as mulheres paraenses que se autodeclararam pardas são a maioria da população assistida pela Defensoria Pública do Estado do Pará. O projeto “Conhecendo o Assistido” buscou conhecer o perfil atual das pessoas atendidas pela instituição a partir da coleta de dados de etnia, faixa etária, renda e afins, com o objetivo de elaborar ações estratégicas à população hipossuficiente. O trabalho possibilita, ainda, evidenciar as reais necessidades estruturais e finalísticas dos Núcleos Metropolitanos e Regionais da DPE.

A pesquisa aplicou formulários socioeconômicos na Região Metropolitana de Belém (RMB) e Regionais no interior do Pará. Quanto à faixa etária, na RMB a maioria dos assistidos tem entre 37 e 47 anos e nos Núcleos Regionais, de 26 a 36 anos. A renda mensal na RMB é de até um salário mínimo; nos Núcleos Regionais a maioria depende do programa federal de renda mínima Bolsa Família.

No quesito moradia, a maioria respondeu que tem casa própria ou “um canto” para morar. As moradias, no entanto, se encontram, na maior parte dos casos, em situação precária ou irregular.

A pesquisa “Conhecendo o Assistido” está em fase de consolidação e análise de dados para apresentação de relatório final.

Conexão Defensoria

ATENDIMENTO VIRTUAL ALCANÇA
MAIS DE 900 MIL PESSOAS NA PANDEMIA

Em 2020, no início da pandemia de covid-19, a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) criou a ferramenta de atendimento virtual “Conexão Defensoria”. Somente de janeiro a novembro de 2023, o canal realizou mais de 364 mil atendimentos. De 2020 a 2023 foram realizados 900.824 atendimentos.

Hoje o serviço conta com mais canais de prestação de serviço, como o Disque 129, o WhatsApp 3201-2727 e o atendimento virtual pelo site, além dos atendimentos presenciais.

As unidades de atendimento presencial do “Conexão Defensoria” funcionam na Casa da Justiça e da Cidadania, localizada na avenida Nazaré, 582, com entrada pela travessa Rui Barbosa, no bairro Nazaré, em Belém; na Estação Cidadania do shopping center Grão Pará, na avenida Centenário, 1052, bairro Val-de-Cães, em Belém; e na Estação Cidadania do shopping Metrópole, na rodovia BR-316, 4500, bairro do Coqueiro, em Ananindeua. De janeiro a dezembro de 2023, as três unidades presenciais registraram 19.200 atendimentos à população.



FOTOS / DICOM DPE







Defesa da mulher

COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO É PRIORIDADE

O Núcleo Metropolitano de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, que teve o novo prédio inaugurado em janeiro de 2022, passou a contar com a atuação especializada do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen).

O trabalho do Nugen já no primeiro ano somou 3.971 atendimentos jurídicos e psicossociais, representando um aumento de 39% da atuação da DPE na defesa de vítimas de violência em relação ao ano anterior.

O Nugen conta com dois subnúcleos de atendimento: um de defesa da vítima de violência doméstica e outro de defesa do acusado de violência doméstica. O Nugen Pessoa Acusada registrou o atendimento de mil homens em situação de violência em 2022.



Cartilhas produzidas e distribuídas pelo Nugen.

Arara das Manas

ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Em setembro de 2022, a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) lançou o projeto “Arara das Manas”, que arrecada roupas, calçados e acessórios que são doados a mulheres em situação de violência socioeconômica, atendidas pelo Nugen. A assistência material, por meio da disponibilização de vestimentas e calçados, auxilia no processo de resgate da dignidade da mulher e o retorno delas aos espaços de convivência social.

E para ampliar a rede de atendimentos às mulheres vítimas de violência de gênero, a DPE está desenvolvendo o projeto “Casa de Defesa da Mulher”, onde se pretende reunir em um único espaço todos os atendimentos, jurídicos e psicossociais, para as mulheres em situação de violência doméstica, familiar e de gênero, a fim de garantir atendimento multidisciplinar humanizado.





FOTOS / DLOCOM DPE





DICOM DPE

Projeto Reincidência Zero

INICIATIVA RECEBE PREMIAÇÃO

Em 2022, os esforços da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) no combate à violência de gênero foram premiados pela Vara de Execução das Penas e Medidas Alternativas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que promove seleção anual para investir recursos em projetos viáveis no combate à violência contra a mulher.

O Centro Educativo Eles Por Elas, do Nugen, primeiro da Região Norte voltado ao acolhimento de homens envolvidos em situação de violência de gênero, atua na construção e consolidação da masculinidade saudável. Entre os programas executados há o “Reincidência Zero”, piloto na Região Norte em conformidade com a Lei Maria da Penha, que visa atender homens acusados de violência contra a mulher na busca de orientar e resgatar estes homens da condição de agressor por meio de rodas de reflexão e palestras educacionais multidisciplinares.

O “Reincidência Zero” ainda encaminha os homens atendidos para a rede de serviços socioassistenciais, que oferece atendimento à saúde mental e tratamento para dependência química e álcool.

Dados do Nugen apontam que o percentual de reincidência criminal dos assistidos é de apenas 0,44%. O Centro Educativo Eles Por Elas fica na rua Campos Sales, 280, bairro Comércio, em Belém.



Defensoria Sustentável

EM SINTONIA COM AS
GRANDES TRANSFORMAÇÕES

A Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) chega aos 40 anos adotando ações ambientalmente corretas. O programa “Defensoria Sustentável”, lançado em 2022, vem consolidando boas práticas nos ambientes de trabalho da instituição.

Para garantir a adoção de hábitos ambientalmente saudáveis, a DEP distribui kits sustentáveis para membros, servidores, colaboradores e estagiários da instituição. Cada kit contém um copo ecológico em fibra de bambu, material sustentável e antibacteriano natural, além de uma caneca reutilizável em porcelana.

Houve ainda a implantação lixeiras sustentáveis para incentivar a coleta seletiva. A utilização maciça do processo administrativo eletrônico reduz gastos com papel e insumos para impressoras.



FOTOS / DICOM DPE

A serviço da
comunidade





Balcão de Direitos

PROGRAMA DA DPE TEM
RECONHECIMENTO DA ONU

O programa “Balcão de Direitos”, criado pela Defensoria Pública do Estado do Pará para garantir dignidade aos cidadãos paraenses, é uma das mais bem-sucedidas iniciativas da instituição. Já mereceu até mesmo elogio em relatório da Organização das Nações Unidas (ONU).

Criado em 2004 para garantir o acesso à Justiça, à cidadania e aos direitos constitucionais às pessoas em situação de vulnerabilidade social, o programa “Balcão de Direitos” fechou o ano de 2022 com mais de 300 mil atendimentos realizados, marca histórica para a instituição.

O projeto atende, de forma itinerante, todas as regiões do Estado com a “Carreta de Direitos”, unidade móvel da instituição. O programa funciona no edifício-sede da DPE, na travessa Padre Prudêncio, 154, bairro da Campina. Para solicitar atendimento basta entrar em contato pelo número (91) 3201-2684 ou pelo e-mail balcaodedireitos.dppa@gmail.com.

DICOM DPE



Atendimentos no “Balcão de Direitos”

- Registro de extemporâneos: 1ª via de certidão de nascimento realizado fora do prazo legal.
- Solicitação de 2ª via de certidões de nascimento, casamento e óbito.
- Retificação de registros de nascimentos, casamento e óbito.
- Reconhecimento voluntário de paternidade.
- Conciliações: proposituras de ações judiciais (óbito fora do prazo, restaurações, suprimientos, justificações e outras de entendimento da coordenação de cada ação).
- Orientações.
- Atendimento presencial para obtenção de documentação básica.



FOTOS / DICOM DPE



40 anos

HISTÓRIA DA
**DEFENSORIA
PÚBLICA**
DO ESTADO
DO PARÁ



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

*Os caminhos
da pesquisa*



FERNANDO SETTE

Uma história de vínculos

DIEGO PEREIRA SANTOS – HISTORIADOR, PROFESSOR, PESQUISADOR

A ciência histórica constituiu-se como um campo do saber acadêmico a partir do século dos oitocentos. Naquele contexto, estava bem claro que ela possuía um viés analítico estabelecido pela (re)construção do passado a partir de fontes históricas pensadas aprioristicamente como registros escritos, fontes de caráter oficial, e muitas vezes estatal, que validavam uma determinada forma de ver e conceber as sociedades europeias, seja através da tradição ou da busca de um rompimento com o passado. Nascia assim a História, sob a égide dos vencedores, corroborando uma perspectiva nacional, e tendo como sujeitos aqueles que podiam e tinham o privilégio de ter suas histórias contadas e transmitidas. Para além deles, afixava-se a máxima: “eram povos sem história”.

A História, gradativamente, foi alargando seu campo de atuação, bem como a pesquisa histórica e a forma de concebê-la também se alteraram significativamente ao longo do tempo. Não há mais somente uma versão contada pelos vitoriosos, nem a busca de pretensa história real e muito menos uma hierarquização entre os registros escritos e os revelados pelo voluntarismo dos registros orais. Dessa forma, pode-se

dizer que houve uma expansão da participação de diversos sujeitos que passaram a ter direito a terem suas memórias consideradas e aceitas como parte, diga-se fundamental, do saber histórico, ampliando-se a participação de pessoas reais, de vínculos estabelecidos coletivamente, em um determinado tempo-espço.

Ao avançar sobre as possibilidades do desenvolvimento da inquirição sobre a Defensoria Pública do Estado do Pará, considerou-se como essencial uma primeira premissa: a história ali revisitada deveria ser contada por pessoas, indivíduos reais, sujeitos que construíram vínculos e compartilharam experiências naquele espaço. Foi com essa intenção que se desenvolveu a pesquisa histórica sobre essa instituição permanente, no decurso dos primeiros meses do ano de 2024. Por se tratar de um órgão estabelecido no passado, ela carrega, junto a seus funcionários e ex-funcionários, trajetórias compartilhadas, vínculos pessoais e afetivos, além de uma diversidade de memórias individuais e coletivas, por vezes não homogêneas.

Por este viés, no intuito de conciliar uma história institucional escrita a partir de várias interpretações relativas ao vivido, a pesquisa analisou suas fontes na



Arquivos da biblioteca Arthur Viana do Centur. Periódicos abriram o caminho para a pesquisa sobre os 40 anos da Defensoria Pública do Pará.

“Na inquirição sobre a Defensoria Pública do Estado do Pará, considerou-se como essencial uma primeira premissa: a história ali revisitada deveria ser contata por pessoas.”

condição de memórias, condicionadas a se consolidarem por meio da atual produção. Jacques Le Goff interpreta a memória como construída pela ação de indivíduos no presente ao exprimirem suas interpretações acerca do passado. Uma ação considerada volátil, que torna a memória um objeto de duração efêmera, em um constante e amplo processo de revisionismo (LE GOFF, 1990).

A memória também deve ser entendida a partir das possibilidades de escala em sua formação. Estas perspectivas de vivências são definidas por Maurice Halbwachs como escalonadas em níveis individuais e coletivos. Para o autor, a memória individual não está

dissociada de uma construção coletiva, pois é fruto de influência da circularidade do indivíduo pelos coletivos aos quais ele está integrado na sociedade, como registros da vivência em meio ao social, seja de concordância ao coletivo, ou do inverso. Quanto à memória coletiva, esta é formada pela articulação e localização de lembranças comprometidas com o sentido e a identidade do coletivo, sempre plural e difusa, reflexo dos hibridismos culturais encontrados no cotidiano humano (HALBWACHS, 1990).

O ponto de partida para o início da pesquisa histórica contou com a reunião com seus antigos membros que trouxeram e compartilharam diversas memórias sobre as suas vivências enquanto sujeitos da instituição, não obstante as suas lutas por reconhecimento e pela denominação de se tornarem legalmente defensores. Daquela reunião em diante, tinha-se claro o imperativo de re (constituição) de uma história vista por seus membros, defensores e defensoras, que lutaram e lutam por uma Defensoria Pública que caminhe ao encontro de demandas da sociedade sob a batuta da construção de uma sociedade mais democrática e menos desigual.

Diante das possibilidades, a reconstrução histórica precisava, portanto, refletir existências, ou seja, histórias individuais e compartilhadas a partir do prisma



O professor Diego Pereira Santos pesquisou notícias dos jornais dos anos de 1980 e 1990 para resgatar a história da DPE.

do presente. Era necessário interrogar sobre a gênese da instituição e compreender suas ações imediatas. Para tanto, voltamos-nos ao exercício de análise dos jornais que circularam no Estado do Pará entre as décadas de 1980 e 1990.

Há anos, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro disponibiliza uma hemeroteca digital na qual é possível realizar a consulta dos principais jornais do Pará, bem como de outros Estados e até de fora do Brasil. Em relação ao Pará, trata-se de um acervo de 143 periódicos que ajudam a contar a história de pessoas, instituições estabelecidas e do cotidiano e preocupações de um determinado tempo.

Dois jornais foram inquiridos de forma pormenorizada: o Diário do Pará, que possui acervo disponível entre 1982 e 1990, e O Liberal, de 1946 a 1989. A consulta aos dois periódicos foi essencial para a análise circunstanciada do contexto de formação e do desenvolvimento inicial da Defensoria, com destaque às questões relacionadas à defesa dos direitos humanos e ao direito de posse – agrário e urbano, tendo como ponto de partida o assassinato do advogado Gabriel Pimenta, em Marabá. Neles também

foi possível ainda perceber as ações iniciais da Defensoria relacionadas às primeiras audiências, questões políticas do contexto, seu rápido crescimento e interiorização, logo se aproximando das causas mais urgentes do cotidiano com atenção a milhares de pessoas desassistidas no campo e nas cidades.

Uma especificidade dos jornais da década de 1980 e 1990 é que era bastante comum a transcrição literal e pormenorizada de debates, muitas vezes acalorados, em particular relacionados às causas sociais e políticas, nos órgãos legislativos. Dessa forma, as tribunas da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal tornavam-se importantes momentos de inflexão, em particular porque a luta pela terra e a defesa dos trabalhadores eram bandeiras de luta pela qual os partidos de viés popular aproximavam-se, enquanto seus opositores levantavam a bandeira da propriedade e seus usos por uma minoria, por vezes até concordando com as suas agências e formas de lidar com a “ameaça” representada pelos trabalhadores rurais. Era um momento de transição democrática, portanto era comum que os debates políticos se prolongassem nas tribunas e tivessem reverberações na sociedade, ainda que esses



HERNANDO SETTE

muitas vezes fossem ainda polarizados pelas permanências e vicissitudes do período anterior à redemocratização política e à promulgação da Constituição Federal de 1988.

Outro conjunto fundamental para essa aproximação ao passado/presente foi a escuta ativa dos membros da Defensoria do Pará. Como instituição histórica e que completou quatro décadas em 2023, as memórias dos seus agentes foram cruzadas e cotejadas aos registros jornalísticos tendo como mediador a crítica histórica às fontes e aos interlocutores, uma vez que ambas estão sujeitas ao esquecimento e lembranças oportunas e, por vezes, intencionais. Desses registros foi possível ainda encontrar relatos com um potencial gerador, entremeados de sentimentos, do medo à satisfação, da necessidade ao compromisso com o exercício de suas funções. Não obstante, passaram a se constituir a partir de diversas experiências compartilhadas, que, por mais singulares que sejam, serão utilizadas metodologicamente na busca de um lugar comum: a vivência na instituição.

A seleção, entre as matérias dos jornais e os relatos orais, foi se moldando e ganhando volume através da escrita de um texto sequencialmente cronológico e linear, mas nem por isso apenas descritivo ou memorialístico. Cabe salientar, nesse sentido, que o órgão foi se moldando junto à história da democracia brasileira contemporânea, ganhando corpo, envergadura, mesmo que se reconheçam as fraturas e fragilidades coevas dessa última. A partir do seu nascimento, da década de 1980, a instituição entrelaçou-se aos mais rugosos acontecimentos da história da Amazônia e do Pará, ao mesmo tempo que teve atuação destacada em eventos internacionais, tal como o conflito de Eldorado dos Carajás, evento em que ela garantiu assistência jurídica aos familiares e viúvas dos mortos.

Em relação a esse último evento, realizou-se pesquisa documental in loco na Fundação Cultural do Pará, Centur, cujo objetivo foi entender a atuação da Defensoria, em particular após os eventos da “curva do S”. Infelizmente os jornais não trouxeram nenhuma menção direta à Defensoria e aos defensores, o que se



FERNANDO SETTE

conseguiu aproximar com o debate com trabalhos monográficos que articularam a presença essencial da instituição nas ações pelo reconhecimento das penções por morte dos assassinados. O trabalho direto com os jornais possibilitou ainda o reconhecimento de visões estereotipadas da imprensa, parcialidades e disputas por uma memória hegemônica sobre o conflito. As imagens dos mortos (em primeiro plano), presentes nas capas e no interior dos jornais de abril de 1996, são visceralmente reais, carregando um misto de desconforto e sentimento de impunidade.

A Defensoria do Pará continuou escrevendo sua história. No século XXI, a instituição aproximou-se de outras questões igualmente sensíveis, tais como a luta comunitária dos povos originários, a execução de políticas de combate e enfrentamento ao racismo, não obstante buscar garantir um atendimento humanizado e ágil a partir do sistema de acompanhamento de processos de atendimento jurídico. É uma nova instituição, apta a vislumbrar um porvir de conquistas. Porém, não é possível olhar para frente e esquecer

do passado. Essa opção geraria um rompimento da instituição consigo mesma, uma espécie de movimento ahistórico. É necessário e premente reconhecer a longevidade desse passado, um passado vivo e presente.

Para muitos essa talvez não seja uma história confortável e confortante ou até mesmo é possível que alguém não se identifique com esse passado, mas mesmo assim ele estará presente, rememorado nas páginas do livro sobre a sua história, sem dúvida também um marco para o que virá. Diante da sociedade paraense coeva, um alerta e um reconhecimento: o trabalho da Defensoria é essencial. Enquanto houver pessoas desassistidas em um Estado no qual ainda urgem diferenças sociais latentes e sem terem seus direitos constitucionais reconhecidos, a Defensoria cumpre o seu papel, carregando princípios que podem ser acompanhados em suas lutas no passado e que ainda hoje, muitos deles, permanecem incompletos para milhares de paraenses. O importante e o que nos ensina, diuturnamente, a Defensoria é que se deve continuar lutando, especialmente em prol dos que mais necessitam.

40 anos
HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



FOTOS / FERNANDO SETTE

Comissão de defensores públicos em reunião de planejamento para a elaboração do livro sobre a história da DPE. Contribuição dos pioneiros consolidou o trabalho.

Linhas da memória

ANTONIO CARLOS PIMENTEL JR. - EDITOR

Este trabalho só foi possível graças à contribuição dos defensores públicos pioneiros da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE). A reconstituição de fatos espalhados em pedaços ao longo de quatro décadas, agora vertidos para a narrativa, confirma o pensamento da professora Ecléa Bosi, em seu celebrado livro “Memória e Sociedade”: uma lembrança é como um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Esse processo quase mágico de recriação do tempo, passado para o livro, faz com que as histórias recordadas solidifiquem aquilo que verdadeiramente interessa, particularmente, para o registro de uma época.

São os atos de pensar, gravar e narrar que tornam os seres humanos tão especiais. Cada experiência se eterniza na palavra. Ou, como bem assinalou o escritor colombiano Gabriel García Márquez, em “Viver para contar”, “a vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la”.

Os relatos aqui apresentados são carregados de profundidade e relevância. Desde abril de 2022, quando o defensor público-geral João Paulo Carneiro Gonçalves Lédo instituiu a comissão organizadora do livro, por meio de portaria, a concentração e o esforço de cada integrante do grupo determinaram o andamento dos trabalhos.

Na memória dos defensores há múltiplos sentidos, expressões dos tempos. Emoções, alegrias, frustrações,

lutas, angústias, medo recortam as linhas e entrelinhas que costuram as vidas dedicadas ao acolhimento e à atenção às pessoas, à luz de uma nova consciência social, voltada para a justiça e para a solidariedade.

Este livro é a preservação da memória. Antes de tudo, porém, é uma homenagem a todos os defensores e defensoras, aos servidores e servidoras da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), pelo compromisso inarredável com a construção de um mundo melhor.

Comissão organizadora

Mônica Palheta Furtado Belém, presidente

Adalberto da Mota Souto

Antônio Carlos de Andrade Monteiro

Carlos dos Santos Sousa

Eliana Socorro Santos Vasconcelos

Italo de Almeida Mácola Júnior

José Roberto da Costa Martins

Marialva de Sena Santos

Mário Luiz Guimarães Printes.

40 anos
HISTÓRIA DA
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ



FOTOS / DCOM DPE

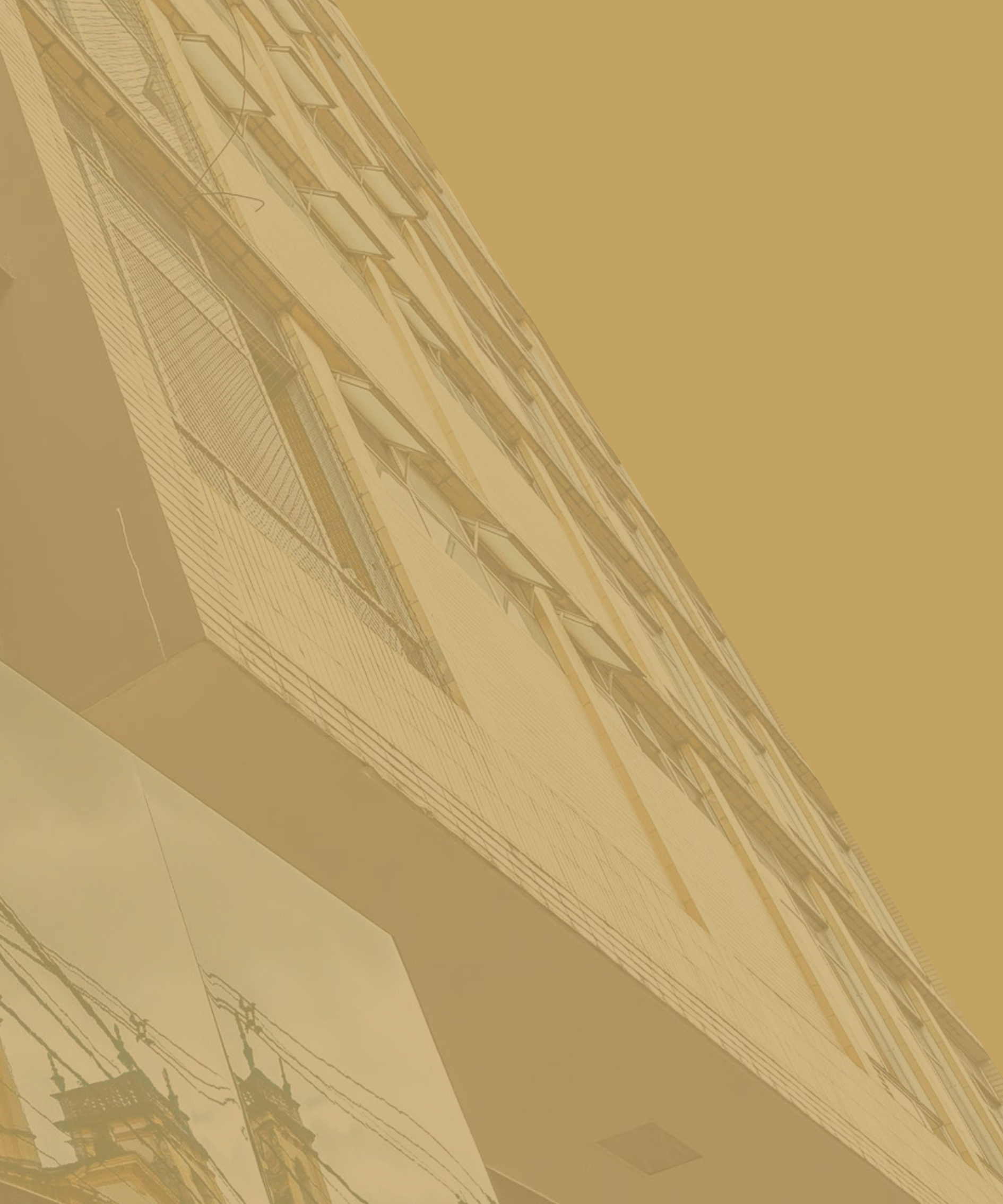


FOTOS / DICOM DPE



The logo consists of the letters 'DPE' in a bold, 3D sans-serif font. The 'D' and 'E' are yellow with white outlines, while the 'P' is white with a yellow outline. A small blue star is positioned between the 'P' and the 'E'. Below the logo, the text 'DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ' is written in white, uppercase, sans-serif letters on a dark grey background. The entire image has a warm, orange-yellow tint.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ



Fontes impressas

A RESPOSTA de Fonteles a Eloy. Diário do Pará, Belém, ano 1984, 23 nov. 1984. Política, p. 4-4.

ALMIR é responsabilizado: A chacina dos sem-terra pela PM provoca indignação em todos os segmentos da sociedade brasileira. Diário do Pará, Belém, ano 1996, 19 abr. 1996.

BENEDICTO Monteiro e toda a verdade: juíza. Diário do Pará, Belém, ano 1984, 7 jul. 1984. Cidade, p. 2-2.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

DEFENSORIA Pública consegue absolvição. Diário do Pará, Belém, ano 1984, 20 jun. 1984. Polícia, s/p.

DEFENSORIA Pública entra na guerra: O consumidor terá assistência jurídica e mais um órgão a apoiá-lo no combate à inflação. Diário do Pará, Belém, ano 1986, 12 mar. 1986. Local, p. 7-7.

DEPUTADO João Batista morto com três tiros. Diário do Pará, Belém, ano 1988, 7 dez. 1988. Polícia, s/p.

Referências Bibliográficas

GARANTIAS para Fonteles.
Diário do Pará, Belém, ano 1984,
12 jul. 1984. Política, p. 3-3.

GOVERNO planeja criar unidades
especiais de segurança coletiva.
Diário do Pará, Belém, ano 1996,
23 abr. 1996. Política,

MILHARES de pessoas atendidas:
Defensoria. Diário do Pará, Belém,
ano 1984, 29 mai. 1985. Local, p. 7-7.

MONTEIRO, Benedicto. A morte
de Chico Mendes. O Liberal, Belém,
ano 1989, 1 jan. 1989. Artigos, p. 8-8.

MORTO com 12 tiros: Líder sindical
abatido em frente ao Cemitério.
Diário do Pará, Belém, ano 1985,
19 dez. 1985.

O CASO Fonteles: um crime bem
planejado. Pessoal, Belém, ano 1987,
set. 1987.

PAULO Fonteles está ameaçado
de morte: Ameaça de grileiros
inclui também o Procurador Geral
do Estado. Diário do Pará, Belém,
ano 1984, 8 jun. 1984. Política, p. 3-3.

BENTES, Nádia Maria.
Organização e gestão dos
núcleos de atendimento
especializado da criança e do
adolescente da Defensoria
Pública do Pará. Dissertação
de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Sustentável
do Trópico Úmido. Belém,
Universidade Federal
do Pará, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano.
Formação e territorialização do
MST no Pará. Número Espacial:
Agricultura, Cidade e Análise
Regional, Vol. 1, nº 22,
2000, p. 210.

MEDEIROS, Leonilde Servolo.
Sem terra, "assentados",
"agricultores familiares":
considerações sobre os
conflitos sociais e as formas de
organização dos trabalhadores
rurais brasileiros. In:
GIARRACCA, Norma. Una nueva
ruralidad en América Latina?
Buenos Aires: CLACSO, 2001.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Coordenação, edição e revisão: Antonio Carlos Pimentel Jr.

Pesquisa histórica: Diego Pereira Santos

Textos e reportagem: Lilian Oliveira

Fotografia e edição de imagens: Fernando Sette e Dicom DPE

Projeto gráfico e diagramação: Filipe Alves Sanches

1ª edição, 2024



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

es quer Defensoria
ingerência política

as notícias veiculadas
al, alertando que pro-
ria substituído, o
efe da Defensoria Pú-
u Elleres, que está no
ato de 1984, fez decla-

de Jader
estudos

Mudanças vão
ocorrer no
Bades e Cel

de Jader
estudos

de Jader
estudos



mana do Defensor Público
20 de maio de 2006 - Belém - Pará



Festa popular inaugura a sede
da Procuradoria e Defensoria

O governador Jader Barbalho
inaugurou, ontem, as instalações
da Procuradoria Geral do Estado.



40 anos

HISTÓRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ



DIÁRIO DO PARÁ LOCAL

Belém, quarta-feira, 12 de março de 1986 7

Defensoria Pública entra na guerra

O consumidor terá assistência jurídica e mais um órgão a apoiá-lo no combate à inflação

Foto José Moreira



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

